



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 118

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 14 de Dezembro de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Mark Marques*

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos

Sumário

Agenda da Reunião:

1 - Anteproposta de Lei n.º 1/2011 – “segunda alteração à Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de Outubro, que aprova o enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado António Marinho, iniciou-se o debate com a participação dos Srs. Deputados José Rego (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

2 - Projecto de Resolução n.º 26/2011 – “desagregação dos mapas que integram o Orçamento da Região”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

O diploma foi novamente apresentado pelo Sr. Deputado António Marinho, seguido de debate com a participação dos Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Mário Moniz (*BE*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Berto Messias (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*) e do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*).

Após a aprovação do Projecto de Resolução por unanimidade, proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Francisco César (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*).

3 - Projecto de Resolução n.º 34/2011 – “Qualificação Comunitária da Manteiga dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Sobre o mesmo, usaram da palavra os Srs. Deputados António Ventura, a quem coube a apresentação do diploma, João Teves (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Duarte Moreira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

4 - Projecto de Resolução n.º 38/2011 – “igualdade de tratamento na SATA AIR AÇORES e na Sata Internacional”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP;

Após a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, usaram da palavra os Srs. Deputados António Pedro Costa (*PSD*), Jorge Macedo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco César (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*).

Proferiu um protesto o Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*) seguido de um contra-protesto por parte do Sr. Deputado Francisco César (*PS*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Para declarações de voto usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Jorge Macedo (*PSD*) e Francisco César (*PS*).

5- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/2011 – “regime jurídico do licenciamento, instalação e operação de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas, tapetes e equipamentos similares”;

Apresentado o diploma pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*), iniciou-se o debate. Usaram da palavra os Srs. Deputados Benilde Oliveira (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Jorge Macedo (*PSD*).

No debate na especialidade usou da palavra o Sr. Deputado José Rego (*PS*).

O diploma foi aprovado, tanto na generalidade, como em votação final global, por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 25 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Eram 10 horas e 07 minutos

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Garcia Lemos

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Alberto Valadão Vaz

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

João Oliveira Teves

José Gabriel Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Francisco da Silva **Álvares**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

José **Francisco** Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos continuar com a nossa Agenda.

Passamos para aquele que é o primeiro ponto de hoje: **Anteproposta de Lei n.º 1/2011 – “segunda alteração à Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de Outubro, que aprova o Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Dou a palavra, presumo, ao Sr. Deputado António Marinho, para apresentar o diploma.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente Anteproposta de Lei é mais uma das peças do pacote de transparência financeira que o PSD apresentou em Março passado e que pretende traduzir, no fundo, aquilo que deve constar em matéria do conhecimento de questões substancialmente importantes das finanças públicas

regionais a nível do Orçamento da Região. Por isso, trata-se de uma Anteposta de Lei que introduz alterações à Lei do Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

É importante que o orçamento tenha informação fiável, tenha informação suficiente que permita dar maior transparência à utilização dos recursos financeiros da Região.

É condição fundamental, para este Parlamento, que conheça, no momento da aprovação do orçamento, todo um conjunto de elementos que neste momento ainda não estão totalmente vertidos, digamos assim, na proposta de orçamento que nos é enviada todos os anos, designadamente em matéria de tudo aquilo que foge de alguma forma ao orçamento, porque se encontra neste novo público que está presente nomeadamente no Sector Público Empresarial Regional, e que gera responsabilidades importantes que acabam por onerar as gerações futuras.

É importante que o orçamento possua toda esta informação para permitir naturalmente uma análise mais aturada, mais minuciosa e naturalmente aí surjam deliberações e apreciações mais consistentes por parte das diversas forças representadas, em termos parlamentares, porque estamos aqui a falar tão só do documento que, no fundo, consubstancia, em termos financeiros, todas as opções políticas a nível regional.

Por isso é introduzido um artigo, ou são acrescentados alguns pontos nos anexos informativos do próprio Orçamento da Região Autónoma dos Açores, em que, e passando a descrever, inclui o balanço individualizado de cada uma das empresas do Sector Público Empresarial da Região e depois é feita a situação consolidada deste Sector Público Empresarial, uma vez que dentro do próprio Sector Público Empresarial existem fluxos que devem ser eliminados.

Portanto, é obrigatório ou absolutamente necessário conhecer essa consolidação e depois toda a parte correspondente ao endividamento deste Sector Público Empresarial, todas as responsabilidades assumidas pelo mesmo, para termos consciência em que medida é que as gerações futuras poderão vir a ser afectadas, positiva ou negativamente, não interessa para o caso, pelas

responsabilidades assumidas no domínio do Sector Público Empresarial, concretamente em relação às parcerias público-privadas.

Isto foi visto em comissão. Na altura foi ouvido o Sr. Vice-Presidente do Governo e, embora compreendendo os bons propósitos desta Anteproposta de Lei apresentada pelo PSD, considerava-a relativamente prematura, uma vez que, em função do Memorando de Entendimento do Estado Português com as instituições internacionais, nomeadamente com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia, poderia surgir a necessidade de existir novas alterações relativamente a esta Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores e que, de alguma forma, esta antecipação que aqui eventualmente existiria e que obviamente não tinha nada a ver em termos da antecipação, mas porque entendida na filosofia, na lógica do pacote de transparência apresentado, poderia dar um sinal negativo à própria Troika, às próprias instituições que estão envolvidas neste Memorando de Entendimento, no sentido em que estaria a pressionar estas instituições para seguirem um determinado caminho.

Muito sinceramente não era a nossa opinião. Pensamos inclusivamente que o facto de se estar a dar este passo significaria não algo de negativo, mas algo de positivo, porque daria a ideia que os Açores estavam preocupados com a condução das suas finanças públicas, por isso estariam a necessitar de possibilitar o conhecimento de muito mais informação e esse sinal seria positivo em termos daquilo que deveria ser entendido por parte destas instituições.

Ao que parece, eu julgo que neste momento isso é um caso que estará ultrapassado a partir do momento em que temos uma proposta de alteração, que já foi distribuída, em que o Partido Socialista (obviamente penso que o Governo estará de acordo com isso) introduz aqui, para além de todas as peças que na nossa Anteproposta de Lei gostaríamos de ver incluídas nos orçamentos que aqui são apresentados, mais dois pontos, as alíneas e) e f), relativamente ao pagamento a fornecedores e encargos assumidos e não pagos.

Penso que a apreensão ou a preocupação do Sr. Vice-Presidente do Governo estará neste momento ultrapassada, uma vez que considera que é positivo aquilo

que o PSD apresentou e ainda acrescenta dois pontos que, desde já posso dizer, o PSD estará perfeitamente de acordo com eles porque mais informação nunca é demais.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Somos boas pessoas! Estamos no Natal!

O Orador: Relativamente a este aspecto acho que estamos em condições, julgo eu (vamos ver qual é a posição dos restantes partidos), de, desta forma, prestarmos mais um bom serviço em nome da transparência da gestão dos recursos financeiros públicos na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao pacote de transparência entregue nesta Assembleia pelo PSD, da parte do Partido Socialista, ele sempre foi assumido de boa-fé relativamente a um conjunto de propostas que foram feitas e que têm sido paulatinamente aprovadas nesta Assembleia.

Lembro o Código de Bom Governo que foi aprovado há alguns meses, o regime de informação das contas do Sector Público Empresarial, que foi também aprovado por unanimidade. Ontem não estiveram de acordo na nossa maneira de ver relativamente à sua proposta, mas, todavia, esta que aqui vem hoje vai ao encontro do que disse Carlos César aquando das propostas entregues pelo PSD. Carlos César, na altura, disse que era importante que em democracia a informação esteja ao alcance de todos.

É nesta perspectiva que esta proposta deve ser analisada, como já foram as outras que, da parte do Partido Socialista, receberam a sua aprovação.

Sobre esta proposta que aqui está, entende o Partido Socialista, com duas propostas de alteração, que podemos ir mais além ainda no conjunto de informações que no orçamento possa estar à disposição dos Srs. Deputados.

Ouvimos falar muitas vezes em encargos assumidos e não pagos. Aquando da análise do orçamento devemos ter uma perspectiva do que é que aconteceu no ano anterior, ou no semestre anterior, sobre esta matéria, ou relativamente ao prazo de pagamento a fornecedores que também é um rácio importante para ser analisado aquando da questão orçamental.

Gostaria de lembrar que esta postura do PSD foi sendo assumida pelo Governo. Na sua resolução, relativamente ao orçamento, colocou este ano, um mapa novo, o Mapa XI, onde já lá estão as responsabilidades plurianuais, agrupadas por departamentos, não são só as relacionadas com as empresas públicas, mas também as responsabilidades futuras que o próprio Governo possa ter com contratos, em determinadas matérias, por departamento. Portanto, foi mais uma informação que tivemos à nossa disposição ao longo da análise do Orçamento de 2012 que aprovámos há pouco mais de 15 dias.

Da parte do Partido Socialista o que temos a dizer é que a informação deve ser disponibilizada.

Há um conjunto de informação que tem sido melhorada sucessivamente nos orçamentos e o Orçamento para 2012, com o Mapa XI, foi uma grande melhoria na leitura das responsabilidades futuras que o Governo possa assumir, ou algumas empresas pública possam ter assumido e vamos para além, propondo estas duas propostas de alteração as quais já me referi.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que o PSD nos traz, como fez referência o Sr. Deputado António Marinho, faz parte de um conjunto de proposta de um pacote ao qual o PSD chamou “o pacote de transparência das contas públicas na Região Autónoma dos Açores”.

Do nosso ponto de vista, quanta mais informação disponível tivermos, mais certeza temos na análise e, em tempo oportuno, poderemos fazer as intervenções, no tempo certo e com a pertinência que o momento assim o exige.

De qualquer das formas gostaria de salientar alguns aspectos que me parecem importantes. Têm a ver exactamente com a informação e a não informação (ou se quisermos a falta de informação) que existe sobre as contas públicas na Região, nomeadamente da administração directa ou também da parte do SPER. Hoje em dia não faz muito sentido que as Empresas do Sector Público Empresarial não disponibilizem, no final do ano, um relatório e contas, para todas as entidades que assim o entendam consultar possam aceder a esta informação.

Essa informação pode ser feita por duas vias: através de um *site* destas empresas, ou através do próprio Governo Regional (da Vice-Presidência) que disponibilize todos os relatórios e contas destas mesmas empresas.

Não somos efectivamente contra ao facto do PSD acrescentar aqui um conjunto de informações relativamente ao Sector Público Empresarial.

Aquilo que pretendemos e esperamos com esta iniciativa, reforçada com uma proposta de alteração do próprio Partido Socialista, é que ela não figure só no pape, que passem para a parte prática.

Queria fazer referênciã aqui na Lei do Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, não na parte dos procedimentos, da elaboração e organização do orçamento, mas na parte da execução destes mesmo orçamento e das alterações orçamentais.

Diz o artigo 23º, por exemplo:

“Informações a prestar à Assembleia Legislativa Regional

O Governo Regional deve informar trimestralmente a Assembleia Legislativa Regional acerca do montante, condições, entidades financiadoras e utilização de todos empréstimos contraídos, bem como acerca do montante, condições, entidades beneficiárias de empréstimos que conceda e outras operações activas que pratica.

O Governo Regional deve enviar regulamentar à Assembleia Legislativa Regional os balancetes trimestrais relativos à execução orçamental elaborados pela Direcção Regional do Orçamento e Tesouro”.

Mas tem mais. No artigo 24º faz referênciã:

“O Governo Regional deve publicar contas provisórias trimestrais 90 dias após o termo do trimestre a que se refere.”

Estas situações não estão salvaguardadas neste processo. Penso que o Sr. Vice-Presidente terá oportunidade de se explicar em relação a esta matéria. Ficamos a aguardar com alguma expectativa os seus esclarecimentos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Com muita expectativa!

O Orador: Para finalizar há aqui um conjunto de informações que nos parece que é pertinente.

Da nossa parte concordamos na generalidade com este pacote e quando me refiro a este pacote, refiro-me nomeadamente ao artigo 13º, os anexos informativos, e também à própria proposta de alteração do Partido Socialista.

Não sei se vamos discutir isso na especialidade, mas aquilo que o Partido Socialista quer, no fundo, é garantir, nos orçamentos do ano, que, por exemplo, em relação às dívidas passadas, nomeadamente aos fornecedores, estejam completamente sanadas em orçamentos seguintes.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Mais um tipo de informação!

O Orador: Exactamente, mais um tipo de informação, mas penso que depois terá oportunidade de esclarecer esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM votará favoravelmente esta iniciativa do PSD e também a proposta de alteração que foi apresentada pelo Partido Socialista.

Consideramos que este conjunto de iniciativas clarifica a informação sobre o Sector Público Empresarial da Região e também as responsabilidades provenientes das parcerias público-privadas.

Esta informação disponibilizada assim ao Parlamento é fundamental para que exista por parte da opinião pública e por parte das diversas entidades uma discussão com uma informação cabal sobre o assunto.

Quando os assuntos são discutidos com informação detalhada evidentemente que são perspectivas sérias, análises mais exigentes e rigorosas.

Dessa forma com certeza que servimos melhor o povo açoriano, as instituições e aqueles que representamos.

Presidente: Sr. Vice- Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Anteproposta de Lei que o PSD apresenta, como outras medidas anteriormente apresentadas, corresponde a um processo legislativo que visa um aperfeiçoamento do conteúdo formal da informação a disponibilizar.

O Governo considera que toda a informação que seja possível acrescentar, calendarizar e operacionalizar de forma sistemática sobre as contas da Região, é um efectivo contributo para reforçar o conhecimento de todos sobre esta matéria.

Neste contexto, o Governo considera que esta Anteproposta de Lei corresponde a esse objetivo.

Tento alguns pontos que já estão por resolução, inclusivamente no Conselho de Governo, incluídos por exemplo no Orçamento de 2012, como foi referido pelo Sr. Deputado José Rego, por iniciativa do Governo, no entanto nesta proposta acresce um conjunto de informação que poderá ser útil na análise e no debate do Orçamento da Região.

Nesse sentido, como “quem não deve não teme”...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): O Governo deve!

Deputado João Costa (*PSD*): E não é muito pouco!

O Orador: ... neste contexto consideramos que é fundamental também aprovar esta proposta.

Como muito bem foi referido pelo Partido Socialista é possível ainda acrescentar mais informação no âmbito desta transparência àquela que era proposta pelo PSD.

Por isso, penso que é muito bem-vinda a proposta do PS no sentido de que seja incluído todos os anos no orçamento a definição não só do efectivo prazo médio

de pagamentos da Região a fornecedores, no ano anterior, como um segundo trimestre do ano em que será votado nesta Assembleia o orçamento e, ao mesmo tempo, uma relação e a quantificação dos encargos assumidos e ainda não pagos.

Isto é, com este acréscimo que o Partido Socialista fez à proposta inicial do PSD, penso que efectivamente poderão os Srs. Deputados e particularmente todos os açorianos, aquando da discussão do orçamento, ter um conhecimento mais aprofundado, essencialmente mais actualizado, porque trata-se da actualização de informações, que só estariam disponíveis mais tarde, em relação à estrutura orçamental da Região e à sua correspondente situação financeira.

Por isso, acho que é uma demonstração clara de que a transparência e o rigor na definição desta informação é o objectivo que o Governo tem, que tem concretizado e que está sempre disponível para o aperfeiçoar e melhorar.

Outro aspecto que consideramos fundamental neste processo é que, como referi, haverá no âmbito desta legislação uma alteração, mas gostaria de dizer a esta câmara que, relativamente a essa alteração, já estamos a praticá-la. Apesar da nova Lei do Enquadramento Orçamental não estar ainda aprovada, assumimos o compromisso, e estamos a cumprir integralmente, com o Governo da República e com a Troika, de remeter mensalmente o conjunto de informação sistematizada de acordo com o modelo definido por essas entidades, como se a nova Lei de Enquadramento Orçamental estivesse aprovada.

A Região Autónoma dos Açores não esperou para que a Lei de Enquadramento Orçamental fosse alterada para disponibilizar toda a informação, de forma periódica e mensal, em relação aos padrões de informação do Estado que a própria entidade internacional assim tinha contratualizado com o Governo da República.

Neste contexto antecipámos inclusivamente a operacionalização prática à lei.

Não há dúvidas de que do ponto de vista de fluidez de informação e de transparência estamos aqui a ser um exemplo para o país.

Deputado José San-Bento (PSD): Muito bem!

Presidente: Não tenho mais inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Assim sendo, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos na especialidade.

Vamos votar a proposta de alteração, que é, em bom rigor, uma proposta de aditamento, apresentada pelo PS para o artigo 1º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 1º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora ao artigo 2º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:

Projecto de Resolução n.º 26/2011 – “desagregação dos mapas que integram o Orçamento da Região”, também da autoria do Grupo Parlamentar do PSD e ainda dentro deste pacote.

Dou a palavra, presumo, ao Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é a última peça legislativa deste pacote.

Trata-se de um Projecto de Resolução em que se pretende que ao nível dos mapas que integram o Orçamento da Região se verifique uma desagregação das verbas que aparecem muito concentradas, correspondendo àquilo que está definido através da Lei do Enquadramento Orçamental – e agarrando um pouco nesta vontade de disponibilizar informação, que acabou de ser citada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo –, fazendo com que ao nível da despesa se verifique uma maior desagregação, aquela que aliás consta de legislação existente, designadamente do Decreto-lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro, que permita, no fundo, conhecer melhor aquilo que se encontra dentro das grandes rúbricas.

Estamos a falar, por exemplo, ao nível de despesas com pessoal. É saber, dentro das despesas com pessoal, o que é que diz respeito a remunerações certas e permanentes, o que é que diz respeito a ajudas de custo, o que é que diz respeito a todo um conjunto de rúbricas desagregadas dentro da grande rúbrica actualmente existente e que aprovámos aqui.

A mesma coisa se passa com o resto das rúbricas da despesa. Portanto, permitenos saber, efectivamente, quanto é que se perspectiva gastar neste e naquele tipo de despesa e não na despesa como um todo como actualmente acontece.

Este Projecto de Resolução visa justamente esta desagregação de acordo com o classificador existente e que consta do Decreto-lei referido anteriormente.

Quando isto foi discutido em Comissão, o Sr. Vice-Presidente considerou que não era descabido. Considerou (a única coisa) que isto dava muito trabalho. Penso que falou aqui na altura que de 500 rubricas passaríamos para 10 mil rubricas.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): 20 mil!

O Orador: Muito trabalho é bom. É sempre muito bom termos muito trabalho. É bom sinal.

Seguramente ter mais informação é melhor.

Portanto, julgo que esta questão não levantou problemas em Comissão.

Da parte do Partido Socialista havia unicamente uma questão. Era que, uma vez que o processo de elaboração do orçamento já estava em curso, que isto não se

verificasse relativamente ao orçamento que acabámos de aprovar há 15 dias atrás (aliás, aprovado há 15 dias atrás, não foi propriamente aprovado por todos) ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): Aprovado pela Assembleia!

O Orador: ... e entrasse em vigor a partir do próximo orçamento.

Em função do agendamento desta iniciativa, já por si esta aprovação só vai ter efeitos relativamente ao próximo orçamento, só vai ter efeitos relativamente ao Orçamento de 2013.

Relativamente a esta matéria acho que estamos aqui numa última peça que pretende justamente dar mais informação e dar informação no momento fundamental, no momento em que todos aqui nos reunimos para debater o Orçamento da Região para o ano seguinte. Para escrutinar suficientemente este orçamento temos necessidade de um volume de informação que manifestamente é pouco nas condições que existem actualmente.

Se conhecermos melhor aquilo que está dentro de cada rúbrica muito concentrada, seguramente que isto dará lugar a melhores decisões, a melhores deliberações e seguramente que isto dará lugar a outro tipo de avaliação do próprio orçamento.

Com esta peça ficará naturalmente cumprido o objectivo que tínhamos de conceder maior transparência às contas públicas regionais, conhecendo melhor, à partida, aquilo que consta, no fundo, no orçamento que o Governo apresenta nesta casa.

É importante aqui salientar que estamos a produzir peças legislativas que, independentemente de quem é governo ou não, independentemente de quem é ou não oposição, auxilia seguramente todos para que daqui saiam boas deliberações.

Seguramente que aprovando documentos que conhecemos melhor, os açorianos ficam a conhecer melhor a forma como estão a ser geridos os impostos que saem dos seus bolsos.

Julgo que a questão não levantará, tal como não levantou o diploma anterior, objecções por parte do Partido Socialista e julgo que todos os outros partidos estarão de acordo que, tendo mais informação, seguramente têm a possibilidade de decidir em consciência de uma forma muito melhor do que faziam até agora.

Deputados Clélio Meneses e João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição do Partido Socialista sobre esta matéria é clara.

O Partido Socialista desde o início deste processo, da apresentação deste conjunto de pequenas peças legislativas da parte do Partido Social Democrata, mostrou-se disponível,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estava a correr tão bem! Faça favor, Sr. Deputado!

O Orador: ... como é seu apanágio, para tudo fazer para melhorar e acrescentar transparência ao processo orçamental e às contas públicas da nossa Região.

Deputado João Costa (PSD): No caso da unidade técnica foi diminuir!

O Orador: O Partido Socialista adoptou esta postura como também nas propostas feitas da parte do maior partido da oposição, em que verificou que elas necessitavam de algum aperfeiçoamento, deu o seu contributo, acrescentou conteúdo, acrescentou transparência e permitiu exactamente que os diplomas aqui discutidos fossem melhorados.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Infelizmente houve algumas peças legislativas às quais o Partido Socialista não lhe foi permitido acrescentar conteúdo, não lhe foi permitido acrescentar uma mais-valia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Por exemplo...

O Orador: É assim o processo legislativo: não concordamos sempre, muitas vezes estamos de acordo. É assim que funciona a democracia.

Sobre este projecto aquilo que desde o início dissemos é que a desagregação espacial, de acordo com o Classificador Económico em vigor, não era algo que para nós nos criasse problema, antes pelo contrário, neste sentido a postura do PS é de viabilizar e aprovar a peça legislativa proposta pelo Partido Social Democrata.

Deputados José San-Bento e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Aguardam-se inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para uma achega a este ponto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, actualmente é difícil, em algumas rúbricas, fazer propostas de alteração sem que exista o perigo de se tornarem perversas, porque podem, com a melhor das intenções, querer colmatar, por exemplo, uma lacuna na área da cultura e ao mesmo tempo correr o perigo de restringir a implementação de medidas importantes noutra área crucial ao cumprirmos a regra do equilíbrio orçamental.

A desagregação dos mapas que integram o orçamento é uma medida que contribui para a clarificação da despesa pública da Região e permite aos grupos parlamentares uma melhor base de trabalho às propostas de alteração que entendam fazer.

Esta recomendação é partilhada até pelo próprio Tribunal de Contas e merece o acolhimento do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida porque penso que em relação a esta matéria já tudo foi dito e clarificado pelas várias bancadas que intervieram.

Efectivamente a desagregação dos mapas que integram o Orçamento da Região só nos vem trazer uma informação mais desagregada, mais directa, relacionada com determinadas secretarias, com determinadas direcções e com determinados serviços.

Por esse ponto de vista, a forma de saber, em primeiro lugar, como é que o Governo implementa directamente as suas políticas no terreno, (como disse o Sr. Deputado Mário Moniz e muito bem, esta já tinha sido até uma recomendação do próprio Tribunal de Contas), vai trazer também uma mais-valia na análise do Orçamento da Região.

Por isso estamos de acordo em relação a esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Este debate está...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Com espírito natalício!

O Orador: ... com grande espírito natalício, mas acho que a questão não tem nada a ver com o período em que vivemos.

Como foi dito pelo Sr. Deputado António Marinho a aprovação desta medida encerra a proposta de contributo do PSD, anunciada em Março, para um pacote de transparência.

A conclusão a que chegámos no final deste processo é que nem a transparência é iniciativa ou proposta exclusiva do PSD...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Estava a correr tão bem, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... nem a transparência é algo que nenhuma outra bancada, e muito menos o Governo, não a pretenda.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não seja mauzinho!

O Orador: O consenso que aqui se gerou sobre estas matérias, ao contrário dos receios de alguns, é a demonstração clara de que a transparência, o rigor e a credibilidade é um património e uma característica deste Governo e da maioria que o suporta...

Deputados Berto Messias e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura e Florestas)

O Orador: ... porque não só aprovou todas as medidas que foram propostas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mais ânimo!

O Orador: ... como inclusivamente acrescentou mais informação e mais transparência...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem diria!

O Orador: ... à vossa proposta de transparência.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem diria!

O Orador: Neste contexto sobre esta matéria penso que estamos claros perante os açorianos.

Foi importante a iniciativa do PSD, foi importante o contributo do PSD, mas ao contributo do PSD acrescentámos ainda mais transparência e ganharam todos os açorianos com esta posição em conjunto.

Se me permitem a oportunidade, a transparência e o rigor, Srs. Deputados, não se fazem apenas com propostas legislativas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): O Tribunal de Conta que o diga!

O Orador: A transparência e o rigor fazem-se concretamente com as declarações que se fazem sobre as matérias de que falamos.

Quero aqui hoje denunciar aquilo que consideramos como lamentável e um exemplo claro de falta de transparência e de qualquer rigor, ou melhor, se assim o dissermos, falta de honestidade intelectual, em relação às declarações de ontem da líder do PSD, que afirmou publicamente que em 2012 o financiamento da saúde seria 22 milhões de euros...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... enganando claramente os açorianos. Isto é lamentável! Isto é um exemplo claro de falta de transparência,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... é um exemplo claro de uma forma de fazer política tentando enganar os açorianos e iludindo a realidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura e Florestas)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do Partido Popular Monárquico, tal como aconteceu em relação à anterior iniciativa, o que temos a dizer, como não estamos aqui a participar em nenhuma corrida para ver quem é que é mais transparente, é que na nossa perspectiva é evidente que a desagregação dos mapas que integram o Orçamento da Região permite uma análise mais pormenorizada das propostas que são elaboradas por parte do Governo e também facilitam a nossa própria apreciação e análise.

Nesse sentido, consideramos que é um contributo positivo. Desenvolve mais este aspecto da transparência, da informação, de mais informação que não existia. Por isso é um acréscimo. Sendo um acréscimo é um contributo, um contributo muito positivo.

Por isso o PPM associa-se a esta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer, no fim desta avaliação do pacote de transparência, duas coisas muito breves.

Primeiro para dizer que é importante, e já referimos isso por diversas vezes, à medida que os fomos aprovando, a disponibilidade demonstrada pelo Governo e

pelo Partido Socialista para os aprovar, mas o que é certo é que eles não teriam sido aprovados se não tivessem sido apresentados.

Deputados Pedro Gomes e João Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, o PSD é que os apresentou.

Deputado Francisco César (PS): Isso foi uma frase à Berta Cabral!

O Orador: Foi uma frase à Berta Cabral. Obviamente os senhores não podiam deixar passar, nem esquecer mais este momento, para vos permitir falar ou no PSD ou na Berta Cabral. Decidiram fazê-lo através da figura do Sr. Vice-Presidente do Governo.

Aquilo que lhe diria é que é conveniente ler e conhecer adequadamente as declarações da Sra. Doutora Berta Cabral relativamente à questão da saúde.

Os 22 milhões de euros que o senhor referiu, naturalmente lembra-lhe algum valor. Não lembra?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): O que eu disse é mentira?

O Orador: Lembra-lhe algum valor ou não lembra?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Disse alguma mentira?

O Orador: Esses 22 milhões de euros lembram-lhe algum valor seguramente a si, que é o acréscimo que se verificou de 22 milhões de euros e que o Sr. Secretário Regional da Saúde e creio que também o Sr. Vice-Presidente do Governo disseram que seria o suficiente para que no próximo ano...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): O que é que a Dra. Berta disse?

O Orador: ... a dívida da saúde não fosse aumentada.

A única coisa que deveria dizer, agora com números (posso dizer exactamente os números certos, aliás vi no parecer da Conta de 2010 que haveremos de discutir oportunamente), e é o que é certo, é que anualmente, só a dívida dos hospitais ultrapassa pelo menos 50 milhões de euros. Andou nos 80, andou nos 60 e tais e anda nos 50 e tais.

Portanto, os 22 milhões obviamente que não são suficientes para conseguir travar o défice crónico da saúde...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): E o que disse a Sra. Doutora Berta Cabral?

O Orador: ... o subfinanciamento crónico da saúde. Foi nesse contexto que foi referido pela Sra. Doutora Berta Cabral.

Que o senhor queira vir para aqui fazer um número neste momento...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que na aprovação de um pacote de transparência que permite que os açorianos conheçam melhor aquilo que andam a fazer com o dinheiro dos seus impostos, que o senhor venha com esse tipo de referências só para tentar manchar, como aliás já foi manchado, mas disso falaremos depois na altura certa, aquela figura de bonomia, de grande vontade de conceder uma transparência total às contas públicas que tinha referido antes, a única coisa que lhe posso dizer, Sr. Vice-Presidente do Governo, é que embora estejamos habituados a isso, fica-lhe mal.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, eu não queria falar da líder do seu partido.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Agora cá!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não queria? Chama-se obsessão!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas a questão é muito simples. Estamos a falar de transparência e de rigor.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Logo o senhor a dizer isso!

O Orador: Pergunto, Sr. Deputado António Marinho:

Como é que é possível falar em transparência quando a líder do seu partido, ainda ontem, fez uma declaração que representa uma tão gritante falta de rigor, de transparência e de honestidade intelectual?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Homessa!

O Orador: O que a líder do PSD fez ontem foi claramente mentir aos açorianos.

O que a líder do PSD fez ontem foi iludir os açorianos.

Se as minhas palavras não demonstram isso, se não acreditam, eu vou ler-vos a declaração de Berta Cabral, ontem, que está publicada no *site* do PSD. Vou ler o *site* do PSD,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não vai ler o *site*! Vai ler o que lá está escrito!

O Orador: ... porque é muito claro o que está aqui escrito:

“Ainda segundo Berta Cabral, com a verba prevista no Orçamento de 2012 para a Saúde, 22 milhões de euros,...” Está aqui escrito. Não diz reforço de 22 milhões.

O que Berta Cabral ontem disse aos açorianos é que a verba no Orçamento da Região para a saúde era de 22 milhões de euros. É o que está aqui escrito e eu entrego ao Sr. Presidente, para ser distribuída por todas as bancadas, uma cópia do *site* do PSD.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não precisa. O PS já tem cópia!

O Orador: Isto é de uma gravidade absoluta.

A diferença é que Berta Cabral disse que no Orçamento da Região estavam 22 milhões para a saúde, quando o que está no Orçamento da Região de transferências para a saúde são 239 milhões, 245 mil euros...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou seja, dez vezes mais do que aquilo que ontem foi afirmado pela líder do PSD e daquilo que hoje ainda está publicado no *site* do PSD sobre esta matéria.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura e Florestas)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP tem vindo a dar apoio às iniciativas do chamado pacote de transparência que com esta última peça termina.

Julgamos que ganhou o Parlamento, ganham os açorianos, ganha, de facto, a democracia açoriana.

Já que se falou aqui na questão da saúde, em declarações que ontem foram prestadas pela líder do PSD, de facto, a ideia que ela tem sobre o funcionamento do sistema regional de saúde é aquela que ontem foi transmitida, disse aos açorianos que afinal de contas têm de pagar taxas moderadoras iguais às do Continente. Isso é muito grave.

É bom que as açorianas e os açorianos tenham consciência disto. A Dra. Berta Cabral não considera que o problema da saúde é um problema de subfinanciamento da saúde.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Está enganado, Sr. Deputado!

O Orador: O problema da dívida da saúde e da falência técnica dos Hospitais Empresa, tem a ver com o subfinanciamento da saúde.

Aliás, o Tribunal de Contas tem vindo desde 2009 a recomendar ao Governo Regional que coloque o dinheiro correspondente ao bom funcionamento dos Hospitais Empresa, portanto, os fundos necessários ao normal funcionamento de modo a atenuar esses prejuízos.

A Dra. Berta Cabral acha que isso deve ser feito pelo aumento das taxas moderadoras ao nível daquelas que se praticam no Continente ...

Deputado Costa Pereira (PSD): Isso é o que se chama desonesto!

O Orador: Diga, Sr. Deputado. É um incómodo, não é?

Deputado Mark Marques (PSD): É desonesto!

O Orador: Mas não tenho culpa que cada vez que a Dra. Berta Cabral abra a boca só diga asneiras.

É bom que as açorianas e os açorianos percebam isto. Eu ontem até nem queria crer, mas de facto já confirmei. V. Exas. tratem... enfim, tratem da vossa líder.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Por isso é que estão com a preocupação que têm nos Açores!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Prescindo.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, se o senhor já tinha ficado mal ainda ficou pior. Acho que cada vez está a ficar pior.

Primeiro, por um motivo muito simples: quando estamos a falar em rigor o senhor começa logo com falta de rigor (é o que o senhor está a fazer aí), ao desinserir do contexto uma determinada informação.

Deputados João Costa e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É essa a falta de rigor.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Leia as declarações da sua líder!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, o senhor sabe, o senhor conhece os números. O senhor sabe em quanto a saúde se endivida anualmente.

Anualmente há um endividamento na saúde na ordem dos 100 milhões de euros, muito próximo dos 100 milhões de euros. O senhor sabe isso e faz os artifícios todos para tentar que as pessoas não saibam.

São esses 22 milhões de euros que a Dra. Berta Cabral disse que eram mais que insuficientes para tapar um subfinanciamento crónico de 100 milhões na área da saúde.

Deputados Duarte Freitas, Mark Marques e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sobre falta de rigor estamos conversados...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Convicção!

O Orador: ... ainda para mais quando o protagonista que diz isto é o Sr. Vice-Presidente do Governo, Dr. Sérgio Ávila.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não apoiado!

O Orador: Relativamente a esse aspecto o que o senhor sabe e o que o senhor tem que pensar por mais uns meses é como vai reduzir os 600 milhões de euros...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Não apoiado!

O Orador: ... de dívida na área da saúde...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é que é importante!

O Orador: ... se é 43% da dívida do Sector Público Empresarial Regional. Só de 2009 para 2010, enquanto que a dívida de todo o Sector Público Empresarial cresceu 29%, ou seja, cresceu exageradamente, na saúde cresceu 39%.

Os senhores deixam o sector da saúde num descalabre e ainda têm lata para vir aqui falar disso.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto a falta de rigor, já agora, Sr. Vice-Presidente, havemos de discutir isso na altura certa.

Falta de rigor é, por exemplo, utilizar receitas de Janeiro de 2011 para pagar despesa de 2010, como o senhor autorizou há uns anos atrás.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Falta de rigor é isso e é muito mais, e na Conta da Região que havemos de discutir aqui na altura certa, veremos os artifícios, os expedientes que os senhores fazem com o dinheiro que pertence aos açorianos.

Deputados Clélio Meneses e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Falta de rigor? Estamos conversados Sr. Vice-Presidente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar da intervenção e da posição deste Grupo Parlamentar, manifestada e muito bem pelo Sr. Deputado Francisco César, não posso deixar de intervir para referir aquilo que foi denunciado pelo Sr. Vice-Presidente do Governo.

Deputado João Costa (PSD): Mais um atestado!

O Orador: O PSD trouxe a esta casa várias propostas no âmbito do dito pacote da transparência, umas peças legislativas, outras pecinhas legislativas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Peças!

Deputado Mark Marques (PSD): Não seja mesquinho!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é que é nível! Isso é que é falar!

Deputado João Costa (PSD): O seu nível vai baixando à medida que vai subindo aí!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, assim não nos entendemos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Falta de nível absoluto!

Presidente: Vamos deixar o Sr. Deputado Berto Messias falar. Muito obrigado.

O Orador: ... e nós não temos absolutamente nada a temer no âmbito das nossas contas públicas.

Aprovámos e apoiámos todos os diplomas e todas as propostas que vieram aqui, nalguns casos indo até mais longe do que aquilo que propunha o PSD como há

pouco ficou bem evidente, na primeira proposta que aqui discutimos. O PSD propunha um conjunto de informações e o Partido Socialista acrescentou mais alíneas a essas informações a serem fornecidas.

Portanto, não temos absolutamente nada a temer em termos de gestão das nossas contas públicas. Aliás, não somos nós que o dizemos. São as várias instituições internacionais e nacionais completamente insuspeitas sobre esta matéria.

Não posso também deixar de dizer o seguinte:

Por muitas referências que façamos à Sra. Presidente do PSD/Açores, serão sempre poucas para denunciar os erros, as omissões e as contradições que, sucessivamente, a Sra. Presidente do PSD/Açores afirma.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É preciso dizer também o seguinte:

Transparência não se circunscreve aos instrumentos legais que temos e aos instrumentos legais e administrativos que criamos nesse âmbito.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Veja o título da JS sobre a transparência!

O Orador: Transparência é também aquilo que dizemos, a forma como dizemos e a forma como abordamos as matérias em questão, como é o caso também das nossas contas públicas, como é o caso, por exemplo, do sector da saúde.

Aquilo que o Sr. Vice-Presidente do Governo referiu e denunciou há pouco é um exercício de impreparação, de falta de rigor...

Deputado João Costa (PSD): Então leia!

O Orador: ... e de engano aos açorianos, feito pela Presidente do PSD/Açores, absolutamente lamentável e reprovável.

Deputado Rui Ramos (PSD): O que o senhor está a dizer é que é lamentável!

O Orador: A Sra. Presidente do PSD/Açores disse ontem, afirmou em vários órgãos de comunicação social, e como se não bastasse está no *site* do PSD/Açores,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ah! Também tem uma cópia!

O Orador: ... como posição oficial do PSD/Açores e da Presidente do PSD/Açores, que a verba prevista no Orçamento para 2012, para a saúde, é 22 milhões de euros.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Seja sério!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Seja sério! Leia o parágrafo antes!

Deputado Hernâni Jorge (PS): É verdade!

O Orador: É o que está no *site* do PSD/Açores!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos debater. Mas assim não nos ouvimos.

O Orador: Eu percebo que incomode.

Deputado Mark Marques (PSD): Incomoda a sua bancada! Leia antes!

Deputado João Costa (PSD): Tenha a coragem e leia o que está antes!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, faça favor de continuar.

O Orador: Nós não fazemos esses exercícios de descontextualização.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Leia lá!

O Orador: Não está descontextualizado. São afirmações da Dra. Berta Cabral que demonstram uma impreparação atroz neste sector.

Deputado Mark Marques (PSD): Estão todos empenhados ou não estão?

Deputado José San-Bento (PS): Empenhados o quê? Ó Sr. Deputado!

Deputado João Costa (PSD): Leia lá!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Leia lá!

O Orador: Leio!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, este entusiasmo é muito democrático e é muito enternecedor. No entanto, precisa de alguma mediação para que nos consigamos ouvir e para que consigamos prosseguir um debate com entusiasmo.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

O Orador: Vou ler e citar o que está no comunicado.

“Ainda segundo Berta Cabral, com a verba prevista no Orçamento para 2012 para a saúde, 22 milhões de euros...”

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Seja sério! Leia o parágrafo antes!

O Orador: Posso ler o anterior, que também está errado, completamente errado. Mas posso ler.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Leia lá!

Deputado Mark Marques (PSD): Mais depressa se apanha quem não fala a verdade do que um coxo, para não dizer outra palavra!

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado.

“A Saúde tem um défice anual de, aproximadamente, 100 milhões de euros.”

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ah!

O Orador: “Se todos os anos esses 100 milhões de euros forem somados ao que ficou por pagar no ano anterior entramos em bola de neve e foi isto que aconteceu até agora”.

Isto esclarece alguma coisa?

Deputado Mark Marques (PSD): Continue!

O Orador: Esclarece alguma coisa? Não me parece!

Depois diz, outra vez no *site* oficial do PSD/Açores.

“Ainda segundo Berta Cabral, com a verba prevista no Orçamento para 2012 para a saúde, 22 milhões de euros...”

Deputado João Costa (PSD): Para cobrir o défice!

O Orador: Está muito longe do défice.

Meus senhores, é uma impreparação atroz. Não se trata de descontextualização absolutamente nenhuma. Trata-se, sim, de falta de rigor, falta de transparência...

Deputado Mark Marques (PSD): Nascemos todos ontem!

O Orador: ... e de mais uma vez uma tentativa lamentável de enganar e ludibriar os Açores e os açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Sr. Secretário Álvaro Meneses, pode falar-se sobre saúde?

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álvaro Meneses): Está autorizado!

(Risos da Câmara)

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Era melhor falarmos sobre transparência, se me permite, Sr. Deputado, transparência financeira.

O Orador: Pois, se me permite Sr. Presidente, ontem falei aqui sobre saúde e o Sr. Secretário, em representação do Governo, aludiu que o Sr. Secretário da tutela não estava e que eu não estaria a ser correcto a falar sobre saúde.

Deputado Rui Ramos (PSD): E continua a não estar!

O Orador: Hoje fala-se sobre saúde e o Sr. Secretário da Saúde não está,...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Está em espírito!

O Orador: ... porque não tem nenhum diploma sobre a dívida da saúde.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álvaro Meneses): Estou à procura desse ponto na Agenda, mas estou com dificuldade em encontrar!

Deputado Berto Messias (PS): Não falámos sobre a dívida!

O Orador: O senhor é que veio aqui...

Deputado Berto Messias (PS): Orçamento!

O Orador: ... falou do orçamento, etc. Então vamos ao orçamento e à dívida da saúde, porque o senhor acabou de citar aí afirmações da líder do PSD, imprecisas (na vossa opinião são imprecisas). Se essas afirmações que estão aí são imprecisas, era bom que se clarificasse.

Sr. Vice-Presidente, vamos falar de rigor, de transparência, como diz o Sr. Vice-Presidente.

Vamos à transparência e ao rigor.

Sr. Vice-Presidente, quanto é que se deve às farmácias?

Quanto é a dívida a fornecedores, armazenistas?

Quanto é a dívida a convencionados de análises clínicas?

Quanto é a dívida a convencionados de radiologia?

Quanto é a dívida a convencionados de fisioterapia?

Some as dívidas todas, Sr. Vice-Presidente. Quanto é a dívida a fornecedores dos hospitais?

Há poucos dias dizia-se que o Hospital de Ponta Delgada não tinha crédito perante determinados fornecedores.

É isso que os açorianos querem saber: dívidas, rigor, transparência.

Como muito bem dizia o Sr. Deputado Berto Messias, não é um papel que vai trazer rigor e transparência às contas. É aquilo que nós dizemos.

Portanto, vamos dizer rigorosamente quanto é a dívida, já agora que a novel Presidente, importada do Continente, a Zorrinho, que veio para a SAUDAÇOR anuncia, depois desta licença sabática paga pela Região que ela teve no Continente, que vai fazer uma reunião com os fornecedores para pagar.

Quanto é a dívida total de todos estes fornecedores? Nalguns casos já estão em perigo postos de trabalho, quando a Região no último mês apenas ofereceu 5 postos de trabalho como oferta de emprego da Região.

Se não tomarmos medidas este sector caminha largamente para aumentar e engrossar essa fileira.

Sr. Vice-Presidente e Sr. Deputado Berto Messias:

Rigor, transparência, seriedade nas palavras e nos actos mais que na escrita.

Fico à espera do vosso esclarecimento.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Queria começar por lamentar a forma como o Deputado Francisco César e o Deputado Berto Messias se referiram às iniciativas do PSD.

O Deputado Francisco César chamou-lhe pequenas...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, havia peças com 3 linhas!

O Orador: ... e o Deputado Berto Messias chamou-lhe pecinhas.

Deputado Mark Marques (PSD): Cada um dá de si o que tem e a mais não é obrigado!

Deputado Francisco César (PS): O senhor já não se lembra do que é que disse!

O Orador: Eu julgo que todos reconhecemos aqui a importância do pacote de transparência apresentado pelo PSD. Portanto, não temos que estar a dizer se são peças, se são pecinhas ou pequenas peças.

Mas eu coloquei aqui uma questão ontem sobre as afirmações da líder do PSD e gostava de saber se o Grupo Parlamentar do PSD subscreve as afirmações da sua líder, Berta Cabral, quanto às taxas moderadoras que devem ser praticadas na Região, se elas devem ser idênticas, iguais às do Continente. Era a essa pergunta que gostava que V. Exas. respondessem.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, todas as pessoas enganam-se, todas as pessoas cometem gafes, todas as pessoas falham. É natural.

Deputado João Costa (PSD): O senhor é mestre nisso!

O Orador: A coisa mais natural do mundo é uma pessoa enganar-se, é uma pessoa ter um engano, um esquecimento, ter uma falha. E o acto mais natural do mundo é reconhecer que nos enganamos...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O senhor já alguma vez se enganou?

O Orador: ... reconhecer que falhámos...

Deputado João Costa (PSD): O senhor já reconheceu alguma vez que falhou?

O Orador: ... reconhecer que se calhar não era aquilo que queríamos dizer. Isso é humano, é natural e até é de reconhecer quando isso acontece.

Agora, saberem que a líder do vosso partido se enganou...

Deputado Luís Garcia (PSD): E o senhor insiste! Isto é que é descaramento!

O Orador: ... voluntária ou involuntariamente, que cometeu uma gafe, propositada ou não, (está demonstrado esse facto!) e os senhores estarem insistentemente a dizer que não é assim uma coisa que no vosso próprio *site* está demonstrado que não é assim...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não está!

O Orador: ... é que não faz qualquer sentido. Era muito mais correcto, penso eu, e não falaríamos mais disso, se dissessem “sim, é verdade, ontem a líder do meu partido enganou-se...

Deputado Mark Marques (PSD): Mas não se enganou!

O Orador: ... não queria dizer 22, queria dizer 236”. Enganou-se!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Estamos a discutir transparência!

Deputado João Costa (PSD): O senhor vai falar do *superavit*? Fale da habilidadezinha que fez!

O Orador: Enganou-se em 210 milhões de euros. Acontece!

Neste contexto todos compreenderíamos que tinha sido um dia menos feliz.

Agora repetir e insistir no erro, tentar transformar uma falha em algo que não é, é, na minha opinião, uma coisa que não faz sentido.

Segundo aspecto que considero fundamental nesta matéria: a divergência para outras matérias que não estão no âmbito deste debate.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Não estão! Mas o senhor é que divergiu!

O Orador: Estou a falar de transparência e de rigor. Se tiver dúvidas sobre essa matéria coloque-as.

Em segundo lugar (fundamental!), rigor e transparência das contas públicas regionais. Pergunte à Troika, pergunte ao vosso Governo da República, pergunte ao INE, pergunte ao Banco de Portugal, pergunte ao Ministro das

Finanças, pergunte a todas essas entidades, nacionais e internacionais, sobre o rigor e transparência da Região.

Sobre o valor total de contas, de dívidas, mais dívida, menos dívida, factos são factos! O dado é indesmentível!

Cada açoriano, qualquer que seja o critério que façam as contas, qualquer que seja a forma que somem e que parcelas somem, deve 5 vezes menos que cada madeirense e 6 vezes menos que cada português.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: É esta a realidade das nossas contas.

Cada açoriano deve 5 vezes menos que deve um madeirense e 6 vezes menos daquilo que deve um português do Continente. É esta a realidade, é esta a nossa credibilidade, é este o nosso rigor e é esta a nossa transparência.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma intervenção muito breve só para constatar que, em primeiro lugar, à falta de rigor que há bocado ficou perfeitamente evidenciada, e que muitos mais exemplos aqui poderíamos dar...

Deputado Berto Messias (PS): Por parte da sua líder!

O Orador: ... e aqui estaremos para os dar e lembrar,...

Deputado Berto Messias (PS): Por parte da sua líder!

O Orador: ... junta-se uma falta de seriedade gritante naquilo que lêem.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A contradição permanente no discurso que o senhor acabou de evidenciar, já a tinha evidenciado antes.

A contradição começa logo quando diz “nós gostamos muito deste pacote de transparência” mas depois, logo a seguir, os senhores têm um problema, é que vos salta a garras para fora.

Deputado Francisco César (PS): Olha quem fala!

O Orador: Os senhores estão a aprovar este pacote de transparência, fazem juras da transparência, mas ao mesmo tempo custa-vos muito algumas coisas e ao mesmo tempo lançam aquilo que lançaram, o *fait divers*. Para quê? Para tentar que aquela bonomia que apresentaram... afinal de contas os senhores estão com as garras todas de fora.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Deixe-me dizer-lhe uma coisa relativamente à Dra. Berta Cabral. A Dra. Berta Cabral é tão e somente a primeira responsável do partido que aqui veio a esta Assembleia apresentar um pacote de transparência para que os açorianos saibam melhor aquilo que fazem com o seu dinheiro. É só isso!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Temos aqui uma diferença fundamental. Por muito que os senhores digam, e as provas estão à vista... Deixe-me dizer uma coisa sem querer personalizar, mas tenho vontade de personalizar, ainda para mais quem disse isto foi o Dr. Sérgio Ávila e o Deputado Berto Messias.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: São logo esses dois.

O PSD aquilo que trouxe, e que aqui trouxe hoje com esta última peça, foi a vontade da transparência na gestão dos dinheiros públicos açorianos.

Os senhores aquilo que acabaram de trazer, designadamente através da figura destas duas pessoas que referi há bocado, foi este triste espectáculo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para fazer duas perguntas directas ao Sr. Deputado António Marinho. Constatou-se há pouco, como se pôde ver nas intervenções do PS e do Governo, falta de seriedade.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Gostaria que concretizassem em que é que nós fomos pouco sérios e disse no fim da sua intervenção que tinha vontade de personalizar e referiu-se ao meu nome. Quero que explique por que é que disse aquilo que disse relativamente à minha pessoa e ao meu nome.

Muito obrigado.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Eu reitero uma pergunta que dirigi ao Grupo Parlamentar do PSD, para que as açorianas e açorianos fiquem a perceber se de facto aquilo foi mais uma das gafes da vossa líder ou se o PSD pensa que relativamente ao financiamento da saúde devem as taxas moderadoras nos Açores ser iguais às do Continente.

Gostava de obter uma resposta clara do Grupo Parlamentar do PSD.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Onde é que está a falta de seriedade?

Está clara naquilo que o senhor leu e retirou do contexto, como tinha feito o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Ele leu os dois parágrafos!

O Orador: Portanto, é uma falta de seriedade gritante aquela que os senhores evidenciam.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Falta de seriedade é o que senhor está a fazer!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não foi retirado do contexto. Foi retirado do *site!*

O Orador: É uma falta de seriedade gritante.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Foi retirado do *site* não foi contexto!

O Orador: Depois a questão da personalização relativamente às duas pessoas em apreço.

Os açorianos sabem bem ao que eu me estou a referir.

Aquilo que os senhores aqui vêm dizer é completamente contraditório...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Está a referir-se a quê?

O Orador: ... com o que evidenciam entidades acima de qualquer suspeita, como por exemplo o Tribunal de Contas que, por acaso, por sinal, foi a única de todas as entidades, daquele rol de entidades que o Sr. Vice-Presidente há bocado referiu, que se esqueceu. Já não lhe agrada?

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Deixou de lhe agradar?

Está com algum problema com o que o Tribunal de Contas anda a concluir sobre a gestão das finanças regionais?

Deputados João Costa e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente a toda e qualquer afirmação feita pela Dra. Berta Cabral, o Grupo Parlamentar do PSD é um órgão de partido. É um órgão do PSD. Tudo o quanto diz a Dra. Berta Cabral que foi a líder escolhida em congresso, para líder do PSD, obviamente que merece da parte do Grupo Parlamentar do PSD completa, manifesta e total concordância.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mesmo nas asneiras?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Podemos então concluir, podem concluir as açorianas e os açorianos, depois da explicação que o Deputado António Marinho deu a esta câmara, que o PSD está de acordo...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Catarina Furtado (PS): É Natal!

O Orador: ... com a afirmação feita ontem pela Dra. Berta Cabral,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... que as taxas moderadoras nos Açores devem atingir os valores que estão a ser praticados no Continente e que, como se sabe, causam problemas dramáticos à população que é utente do Serviço Nacional de Saúde. É isto que as açorianas e os açorianos têm de concluir relativamente ao Partido Social Democrata.

Deputadas Catarina Furtado e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, o senhor tem razão: eu esqueci-me do Tribunal de Contas, mas foi por esquecimento, porque em termos das entidades que orgulhosamente confirmam as questões relativas à Região, incluo também o Tribunal de Contas.

Segunda questão, Sr. Deputado, só para terminar e vou dizer-lhe com toda a frontalidade:

Ao longo dos anos que o debate ocorre e que debatemos neste debate, o Sr. Deputado tem por vezes, no calor do debate, usado algumas expressões e algumas palavras que no mínimo poderiam ser consideradas excessivas.

Eu considero que isso deve-se à sua forma peculiar como intervém nesta Assembleia, e não levo a utilização dessa terminologia para além daquilo que considero um excesso de linguagem no calor do debate.

Deputado João Costa (PSD): Qual foi a linguagem?

Deputado José Rego (PS): Tem dúvidas?

O Orador: É importante conhecermos a personalidade de cada pessoa e em alguns momentos sabermos minimizar aquilo que são os excessos utilizados.

Poderia fazer o que já fizeram, que era valorizar excessivamente a forma e as palavras utilizadas, mas não o vou fazer, porque sei também que, em determinados momentos, diz-se coisas que não se pensa ou que se diz coisas que não se quer dizer.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Com certeza, Sr. Deputado António Marinho, foi isso que aconteceu consigo há pouco.

Se o senhor não quer, neste momento, justificar o momento menos feliz, com certeza que ficará com a certeza que eu não considero isso algo mais do que um excesso de linguagem da sua parte.

Deputado Luís Garcia (PSD): Era a última pessoa nesta casa que podia dizer isso! É preciso ter descaramento!

Deputado João Costa (PSD): E depois do que disse em aparte!

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade! Já se esqueceu disso!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos prosseguir o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Concordo com aquilo que V. Exa. acaba de dizer. No calor do debate às vezes utilizamos expressões que não queríamos utilizar e que no entusiasmo da discussão acabamos por as utilizar.

Mas devemos ter uma qualidade, Sr. Vice-Presidente. Quando as utilizamos devemos ter a humildade de pedir desculpa.

Deputado Berto Messias (PS): Exactamente!

O Orador: Isso é essencial no debate parlamentar, o que não acontece e não aconteceu nesta casa, infelizmente, por parte de pessoas com altíssima responsabilidade neste Parlamento. Já aconteceu aqui e bem recentemente, mas é um assunto que está em aberto.

Sr. Vice-Presidente permita-me também pegar numa frase sua e adaptá-la. V. Exa. diz que quem não deve não teme. Permita-me, Sr. Vice-Presidente, dizer-

lhe uma coisa, agora aplicando a frase: quem deve não teme. É isso que se passa.

V. Exa. absteve-se de me dar resposta escusando-se, regimentalmente, se calhar bem, que não tem o assunto, mas fico à espera de um esclarecimento e que sobretudo seja verdadeiro e transparente por parte do Sr. Secretário da Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

Deputado António Marinho (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto àquilo que se passou há pouco, pelas palavras do Sr. Deputado António Marinho, não posso deixar de, quando faz referência à falta de seriedade, convidar todos os deputados desta casa, todos os açorianos, todos os jornalistas, que leiam aquilo que consta do comunicado do PSD/Açores...

Deputado Luís Garcia (PSD): É claríssimo!

O Orador: ... no *site* do PSD/Açores. Vejam o que está lá dito e vejam as rubricas, os programas e as acções afectos ao sector da saúde, quer no Plano, quer no Orçamento, e verão que se confirma tudo aquilo que dissemos até ao momento.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Leiam *deficit*!

O Orador: Não posso deixar de dizer também (lamento profundamente dizê-lo), que segundo vimos no último plenário e vemos agora, parece que afinal a cobardia política é, de facto, apanágio da primeira fila do PSD/Açores.

Deputado Mark Marques (PSD): Está a ouvir, Sr. Vice-Presidente! Tome nota da linguagem, dos excessos.... Tome nota!

O Orador: Eu perguntei directamente, olhos nos olhos, ao Sr. Deputado António Marinho, a que é que se referia quando se referiu à minha pessoa e ao meu nome, dizendo, “afinal ainda por cima o senhor é que o faz”.

Perguntei directamente, olhos nos olhos, a que é que se referia e o senhor, mais uma vez, num exercício lamentável de cobardia política não concretizou e fugiu da pergunta que lhe fiz.

Portanto, num exercício lamentável (repito: lamentável!) de cobardia política.

Eu estou aqui, olhos nos olhos, sempre que o senhor quiser para discutir aquilo que o senhor quiser.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, acusar-me de cobarde é coisa que seguramente não cabe na minha pessoa.

Deputado Francisco César (PS): Concretize!

O Orador: Devo dizer-lhe directamente duas coisas relativamente a uma intervenção do Sr. Vice-Presidente e àquilo que o senhor acabou de dizer.

Relativamente ao Sr. Vice-Presidente o senhor não quer, seguramente, quando fala em determinado tipo de comportamentos aqui, que recordemos os episódios tristes protagonizados pelo senhor aqui. Não quer e também não quero! Episódios tristes desses bastam!

Deputado Berto Messias (PS): Mas somos capazes de pedir desculpa!

O Orador: Relativamente ao Sr. Deputado Berto Messias aquilo que eu digo e que continuo a afirmar é que aquilo que o senhor referiu e que foi protagonizado por si há bocado, lendo um papel que não diz nada daquilo que os senhores dizem,...

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: ... é claríssimo. Estar aí a agitar um papel para tentar pôr na boca dos outros aquilo que eles não disseram é falta de manifesta seriedade.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Não disseram? Está em todos os jornais da Região!

O Orador: Aquilo que disse relativamente a si e ao Sr. Vice-Presidente do Governo tem a ver com uma questão, é que os senhores são useiros e vezeiros nessa falta de seriedade política tentando pôr na boca dos outros...

Deputado Berto Messias (PS): Concretize!

O Orador: ... aquilo que os outros nunca disseram. São logo as duas personagens que mais utilizam isso.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): As atitudes ficam com quem as dizem!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, para informar a câmara que entregaremos na mesa ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: O Sr. Vice-Presidente já entregou!

O Orador: ... o tal papelinho que estávamos a agitar para que seja distribuído por todas as bancadas.

Presidente: Eu então agradecia que, se fosse possível, desse o *site*, seria mais económico nestes tempos de crise.

(Risos da Câmara)

O Orador: Também posso dar: www.psdacores.pt

Presidente: Muito obrigado, ganhamos todos.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Grande memória, Sr. Deputado Berto Messias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para um registo muito breve.

Por vezes usa-se aqui determinadas expressões e já se usou várias vezes, como já foi aqui dito.

Quero registar a expressão **cobardia** e **cobardia política** usada pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar e que é perfeitamente admissível no debate parlamentar.

Quando se usa essa expressão num debate parlamentar, a cobardia não se pode referir a outra coisa que não seja cobardia política.

Quero apenas registar, enfatizar esta expressão, porque no plenário passado fui aqui vítima de uma acção, que não está esquecida e vai ser relembrada em breve, exactamente por causa desse termo.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, olhos nos olhos...

Deputado António Marinho (PSD): O senhor é que olha sempre para baixo!

O Orador: V. Exa. acusou-me, a mim e ao Sr. Deputado Berto Messias, de falta de seriedade política (estou a citar as suas palavras) por pôr na boca dos outros aquilo que eles não dizem.

Sr. Deputado António Marinho, eu e o Deputado Berto Messias limitámo-nos a ler...

Deputados Mark Marques e João Costa (PSD): Partes! Partes!

Deputado Berto Messias (PS): É o que está aqui no *site*!

Deputado Mark Marques (PSD): Eu sei o *site*! Habilidades “circenses”!

O Orador: ... o que está no *site* do PSD.

Logo, das duas, uma:

Ou o que está no *site* do PSD não é aquilo que a sua líder disse; ou o que a sua líder disse não é o que está no *site* do PSD.

Portanto, esta matéria, para concluir este processo, é muito clara.

O que fizemos foi citar integralmente, em termos de declarações, o que está no *site* do PSD como declaração da sua líder.

Se é falta de seriedade política citar a líder do PSD, isso agora é que eu não consigo compreender...

Deputado Mark Marques (PSD): Isso agora é manobra! Um pequeno número!

O Orador: ... porque o cerne da questão foi que tudo isto se resumiu a citar a líder do vosso partido.

Se a líder do vosso partido o que diz gera essa reacção, o problema não foi do que nós lemos...

Deputado João Costa (PSD): O senhor nem sequer um parágrafo inteiro leu!

O Orador: ... (os senhores esquecem-se que lemos o que estava escrito) foi do que está escrito ou foi dito pela sua líder.

É esse o problema e a resposta à falta de seriedade política está dada nesta demonstração.

Sr. Deputado António Marinho, a falta de seriedade política não é de quem se limitou a ler o que o vosso *site* disse. Se calhar a falta de seriedade política está noutro sítio.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Nem sequer o parágrafo todo leu!

Deputada Nélia Amaral (PS): Leia o senhor!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu não tenho mais inscrições.

Vamos passar à votação deste Projecto de Resolução do PSD sobre a desagregação dos mapas que integram o Orçamento da Região.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Completo-se com esta aprovação o debate e a votação das peças que constituíam o pacote legislativo que o PSD apresentou no sentido de garantir maior transparência às finanças públicas Regionais.

Com ele os açorianos passarão a conhecer melhor a realidade financeira da Região, quer a actual, quer ao nível das responsabilidades futuras que estão a ser criadas e que naturalmente irão onerar as próximas gerações.

A boa gestão dos dinheiros públicos implica efectivamente o conhecimento da realidade e a total transparência das contas públicas das áreas orçamentais.

Por isso exigem-se mecanismos de controlo, que agora passaram a existir, que sejam eficazes e mais responsabilizadores, que garantam maior responsabilidade s quem efectua a gestão dos dinheiros públicos.

Julgamos que com a aprovação deste pacote a democracia ficou a ganhar.

Temos uma democracia mais modernizada a partir deste momento.

Deputado José Rego (PS): Na última semana!

O Orador: Efectivamente há novas fórmulas, há novas áreas onde se gerem muitas responsabilidades que estão fora dos orçamentos. A última semana, foi pródiga no conhecimento dessas realidades.

Há realidades que efectivamente são bastante onerosas relativamente às gerações futuras e por isso podemos agora, a partir deste momento, ficar a conhecê-las melhor.

Como sempre dissemos, aquilo que acabou de ser aprovado não é para este ou para outro governo, não é para esta ou para outra oposição. É para todas.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso nunca olhámos, nunca quisemos olhar para este pacote numa perspectiva de luta partidária, mas sim num serviço prestado aos Açores e aos açorianos.

Deputados Rui Ramos e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Acho que prestámos um bom serviço aos açorianos. O PSD está consciente e sente-se satisfeito pelo facto de ter prestado esse bom serviço.

Pena foi que o desafio que o PSD lançou, quando foi ouvido relativamente ao Plano e ao Orçamento, não tivesse sido respondido, isto é, que não tivéssemos atempadamente, sobre o signo já deste pacote de transparência, debatido nesta casa o último orçamento, e pena foi, deixem-me dizer também isto, a mancha

que aqui foi criada ontem apenas e exclusivamente da responsabilidade do Partido Socialista.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O que tivemos aqui ontem foi o desvirtuar completamente um diploma que trazíamos a esta casa e que seria muito importante, inclusivamente para todos os partidos, terem uma unidade técnica de apoio orçamental ...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não quiseram!

O Orador: ... que os auxiliassem a escrutinar melhor o orçamento, a escrutinar melhor as contas públicas.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Apresentámos uma proposta na especialidade!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não digas isso!

O Orador: O Partido Socialista aquilo que fez, dando um espectáculo triste, foi, na criação de algo que seria uma unidade técnica, constituída por técnicos, fazendo análises isentas, transformá-la na nomeação de agentes...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não havia alternativa!

O Orador: ... essencialmente de natureza política.

Foi pena. Não conseguimos aprovar essa peça.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Foi um *fait divers*! Nem sequer quiseram discutir na especialidade!

O Orador: O Sr. Deputado Hernâni Jorge, naturalmente, sente-se muito afectado por isso...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não quiseram discutir na especialidade!

O Orador: ... mas eu não tenho culpa. Atribua as culpas dentro do seu partido. Aquilo que tivemos aqui foi o triste espectáculo protagonizado pelo senhor, mas de uma forma geral pelo Partido Socialista, que tentaram hoje, com este *fait divers* que para aqui trouxeram e onde mostraram as garras, como dizia há bocado, compensar, infelizmente sem sucesso (infelizmente para vocês!).

Deputado Hernâni Jorge (PS): O Sr. Deputado António Marinho agora também é comentador político!

O Orador: Quero dizer neste momento que, ainda assim, e independentemente...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Agora é comentador político!

O Orador: Pelas suas afirmações, obviamente não retira o espectáculo triste que o senhor protagonizou ontem.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente a este pacote de transparência, ainda com a pena de não ter essa peça, acho que acabou aqui, neste momento, de ser prestado um bom serviço aos Açores e aos açorianos.

O PSD tem neste momento o sentimento do dever cumprido.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César para uma declaração de voto.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não se esqueça de ler tudo!

Deputado José San-Bento (PS): O bacalhau é que é com todos!

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado Clélio Meneses, como sabe, já deixei há muito tempo de o ouvir e de comentar as suas afirmações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista desde o início deste processo legislativo, desde a apresentação de peças legislativas da parte do PSD, assumiu em todos os locais onde essa discussão foi feita, a sua postura de aceitar, tentar melhorar, qualificar, para que haja e para que possa haver uma formalização do conhecimento, da informação e do controlo sobre as contas públicas regionais.

Deputados José San-Bento e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Nós, desde o início, tivemos essa postura.

Srs. Deputados, esta foi uma discussão política (neste Parlamento faz-se política!) que tivemos desde o início.

O Sr. Deputado nesta sala, por muitas das vezes que falou, tentou fazer passar o pacote da transparência como se fosse uma coisa que não tivesse nada a ver

com luta partidária, que não tivesse nada a ver com as próximas eleições regionais.

Mas infelizmente aquilo que o Sr. Deputado nos trouxe foi o anseio, o desejo, para que o Partido Socialista a todo o custo reprovasse as vossas propostas.

Deputada Benilde Oliveira (PS) e Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Neste debate não temos que estar necessariamente de acordo ou necessariamente contra.

Poderão existir diplomas que não concordamos com uma parte, poderão existir diplomas que concordamos com outra parte.

O que não se admite num processo legislativo é que quando um partido político que se assume como o maior partido da oposição, com anseios de poder, quando verifica que há partidos que não concordam consigo, a primeira coisa que faz é retirar a proposta...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sem chegar à especialidade!

O Orador: ... para que não se possa ter uma melhor discussão e aprofundamento da legislação a ser aprovada.

Deputado Mark Marques (PSD): E não está a doer de ontem!

O Orador: Isto é lamentável, Srs. Deputados!

Deputado Luís Garcia (PSD): É lamentável!

O Orador: Desde o início tentámos aperfeiçoar, até quando o pacote legislativo pouco mais era do que 3 linhas que remetiam para legislação nacional.

Mas estivemos de espírito aberto. Na Comissão trabalhámos sobre o assunto, mas os senhores apenas estavam preocupados se o PS estava contra ou a favor e pouco procuraram o diálogo.

O Partido Socialista não trabalhou assim e os açorianos têm consciência disso.

O Partido Socialista não trabalha assim!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: E podem ter a certeza absoluta, todas as propostas que melhorarem e formalizarem a transparência que esta bancada e este Governo praticam, terão da nossa parte o nosso apoio.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para uma declaração de voto.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Concluído este processo que vem certamente melhorar o funcionamento do trabalho parlamentar, designadamente naquilo que é a informação disponível e a transparência da actividade do Governo Regional e da aplicação dos dinheiros públicos, de facto, há a lamentar que não tenha sido possível criar a unidade técnica de apoio orçamental.

A Representação Parlamentar do PCP só pode congratular-se com a unanimidade que houve à volta destas peças legislativas que foram aprovadas.

Queria acrescentar ainda o seguinte:

O debate de hoje acabou por ser muito importante, porque as açorianas e os açorianos perceberam que o PSD admite que os açorianos têm de pagar 20 euros de taxas moderadoras para aceder às urgências hospitalares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo até às 12 horas e 15 minutos.

Eram 11 horas e 44 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 24 minutos.

Vamos entrar no ponto seguinte da nossa Agenda: **Projecto de Resolução n.º 34/2011 – “Qualificação Comunitária da Manteiga dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentar o diploma dou a palavra ao Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A agricultura pode alcançar competitividade, sustentabilidade e qualidade também pela sua pequenez e quando a esta está associada singularidade.

Para este efeito não existem modelos estabelecidos de forma individualizada para países ou regiões. Cada agricultura terá de encontrar a sua própria estratégia.

No nosso caso uma das vias para ganhar escala e porque nos enquadrámos na pequena produtividade passa por adaptarmo-nos inteligentemente a formas de diferenciação.

Nesta perspectiva não precisamos de efectuar grandes esforços para nos ajudar.

Repare-se que neste arquipélago está recheado de atributos naturais e culturais associados à sua geografia, que resultaram em costumes produtivos próprios das suas gentes.

Falamos da produção tradicional dos Açores que representa um património capaz de contribuir decisivamente para o desenvolvimento da agricultura desta Região.

Estamos certos que a especificidade, hoje em dia, é cada vez mais um potencial para que a criatividade e a iniciativa possam remar a favor de retornos economicamente saudáveis para os Açores.

Referimo-nos, por exemplo, a iniciativas que reconheçam e justifiquem a distinção que alguma da nossa agricultura transporta de geração para geração.

Ora nesta exacta medida, os produtos tradicionais dos países da União Europeia podem merecer de um reconhecimento específico com protecção jurídica, desde que, para o efeito exista a comprovação geográfica e humana associada às características únicas destes produtos.

Com efeito, em 1992 a Comissão Europeia criou sistema de protecção e de valorização dos produtos alimentares. Esta autenticação comunitária acima de tudo oferece aos consumidores um reforço na veracidade de aspectos como a origem e a tipicidade do saber fazer ligados aos produtos, assegurando um testemunho de qualidade.

Esta via legislativa possibilita aos consumidores uma maior protecção e segurança alimentar em relação ao valor intrínseco e à identidade própria de cada produto.

Interessa, pois, utilizar este instrumento legislativo para avaliar se a manteiga produzida nos Açores pode ser detentora de uma qualificação comunitária, visto resultar de um conjunto de condicionalismos de natureza climática, geográfica, de usos e práticas de produção das populações locais, que lhe confere propriedades físicas, químicas, microbiológicas e organoléticas distintas dos seus congéneres produzidos noutra qualquer região.

A particularidade deste produto deriva de um misto de factores pertencentes ao lugar e às suas gentes, ou melhor, emana da nossa condição insular.

A qualificação comunitária de mais este produto que se junta ao grupo dos produtos históricos dos Açores, a que se poderão seguir outros, permite evidenciar uma das estratégias de viabilização para a agricultura desta Região e que passa por uma activa aplicação da riqueza dos nossos recursos endógenos agroalimentares.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: A utilização deste nosso crédito histórico assume-se claramente como uma actuação duradoura.

Perante estas vantagens os produtos tradicionais devem ser parte integrante de uma verdadeira política de desenvolvimento rural regional.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa parlamentar que o PSD apresenta cria neste produtos rotulados pela génica açoriana um valor acrescentado que certamente irá melhorar o

rendimento dos agricultores e irá contribuir para a manutenção da população em algumas ilhas.

Além disso, com esta acção promove-se a diversificação agrícola, a protecção do meio natural, a salvaguarda da paisagem e disponibiliza-se aos consumidores produtores diferenciados de qualidade alimentar.

É obviamente uma opção política para um modelo agrícola regional que deve assentar na pluralidade da produção de alimentos e na qualidade nutricional.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Joao Teves tem a palavra.

(*) **Deputado João Teves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A transformação de produtos derivados do leite na Região Autónoma é superior a 30% da produção nacional, devendo-se ao facto de existirem condições edafoclimáticas que permitem que a produção do leite tenha por base o pastoreio.

A influência da alimentação dos nossos animais permite que consigamos produtos ímpares. A excelência dos nossos produtos agrícolas e derivados é reconhecida, quer a nível regional, nacional e até internacional devendo-se a muito aos apoios que o Governo Regional tem levado a cabo nas infraestruturas agrícolas e na modernização das explorações leiteiras.

Actualmente já existem 5 produtos de proveniência agrícola com a base jurídica de protecção das Identificações Geográficas Protegidas e Denominações de Origem Protegida, como é o caso do queijo de São Jorge, o do Pico, o ananás, o maracujá, o mel e a respectiva carne IGP.

Muito antes de serem levadas a cabo todas essas acções, o reconhecimento público das qualidades organolépticas foram e são reconhecidas pelos consumidores através dos seus paladares e dos respectivos aromas.

Os processos de certificação comunitários são extremamente complexos, lentos, devido a uma legislação comunitária extensa e complexa.

Para que a manteiga seja enquadrada numa qualificação comunitária necessita de um agrupamento de produtores, que assim o faça, que proponha a respectiva qualificação. Julgamos que o PSD saiba que assim o seja.

O Grupo Parlamentar do PS reconhece em algumas produções e produtos o seu reconhecimento por via da protecção. Pode ser uma mais-valia, mas terá no mercado, os produtos, os agentes das fileiras a reconhecer essa mais-valia e não é muito correcto que se chegue à certificação.

Aliás, por mais que esta Assembleia recomende, por mais incentivos que se criem, são os agentes das organizações de produtores que têm ou não interesse em constituir esses processos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, o Governo Regional desde sempre tem apoiado a certificação dos produtos dos Açores. Tem, inclusive, mecanismos legais de apoio a estas iniciativas, pelo que o proposto pelo PSD terá um efeito muito reduzido ou nulo.

Não obstante, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá aprovar a proposta de qualificação comunitária da manteiga dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No contexto de globalização dos mercados, ter produtos com valor acrescentado, é um factor essencial e decisivo para se obter vantagens comparativas e competitivas, e ter sustentabilidade económica e social.

A União Europeia, reconhecendo esta necessidade, criou um regime jurídico, entenda-se, uma protecção jurídica de valorização dos produtos agrícolas e agroalimentares, daí que tenha surgido a base jurídica DOP (Denominação de Origem Protegida) e IGP (Indicação Geográfica Protegida).

Na Região, actualmente existem os seguintes produtos devidamente certificados (são 6: 5 DOP e 1 IGP):

- queijo de São Jorge, ananás, maracujá, mel e queijo do Pico com Denominação de Origem Protegida;

- carne dos Açores, com a Indicação Geográfica Protegida.

No entanto, atendendo à nossa riqueza, muitos mais produtos poderiam ser qualificados.

Esta Assembleia, em 2005, aprovou um Projecto de Resolução que recomendava exactamente a qualificação de vários outros produtos.

Gostaria também de relembrar ao Sr. Secretário e ao Governo Regional um documento (penso que sabe qual é este documento, a esta distância se calhar não consegue identificar, mas digo-lhe qual é), o ELD – Estratégia Local de Desenvolvimento, um trabalho desenvolvido juntamente com a Norma-Açores e que visava a apresentação da Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural como entidade intermédia para a gestão das verbas da vertente LEADER, portanto, de dois eixos do PRORURAL.

Este documento fala exactamente na questão da qualificação dos produtos agrícolas, fala nomeadamente daqueles que já estão devidamente certificados e fala exactamente no Projecto de Resolução que foi aprovado nesta Assembleia em 2005 e que, como sabe, propunha que o leite dos Açores, o chá de São Miguel, a meloa da Graciosa, o alho da Graciosa, o queijo da Graciosa, a meloa de Santa Maria e a banana dos Açores também tivessem esta protecção jurídica. Em declarações, o Sr. Secretário Regional da Agricultura, em Agosto de 2010, precisamente há mais de um ano, fez um ponto de situação em relação a alguns desses produtos.

Compreendemos, e aliás o Sr. Deputado João Teves fez referência, que são processos complexos. Não é por uma iniciativa ou uma simples iniciativa que se consegue exactamente essas qualificações. É um processo moroso. Compreendemos e também são palavras do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Gostaria de saber, em primeiro lugar, em que fase é que está esse processo de qualificação, nomeadamente a meloa de Santa Maria, porque há um ano atrás

esse processo já tinha dado entrada no Ministério da Agricultura e estava a ser avaliado. Este era o ponto de situação.

Depois temos também a questão do chá de São Miguel que na altura faltava a acta do agrupamento de produtores para que o processo pudesse ser encaminhado para o Ministério da Agricultura.

Na questão do leite ela é mais complexa, porque, segundo palavras do Sr. Secretário, apesar de há mais de três anos estar-se a fazer estudos desenvolvidos juntamente com a Universidade dos Açores, ainda não se tinha chegado a uma conclusão em relação a este produto de maior importância aqui na nossa Região, no nosso sector primário e na nossa economia regional.

Para além destes produtos, ainda há um outro, como sabe, e que tem a ver com a certificação das bananas que também faz referência neste seu texto e que disse que tinha a ver com a constituição de agrupamento de produtores, há mais de um ano.

Penso que esses processos, pelo menos em relação a esses produtos, supostamente já deviam ter um desenvolvimento mais eficaz.

Sr. Secretário, não vale a pena estarmos só a aprovar iniciativas nesta Assembleia. É preciso que depois elas tenham concretização, porque certificações virtuais podem existir. O que queremos efectivamente é que elas existam para potenciar a nossa Região.

E não é só na área agrícola que podemos potenciar. Isso depois é transversal a toda a sociedade e em áreas tão importantes como o turismo. Sabemos que um dos três factores principais da procura de um destino tem a ver com a sua gastronomia e a esse nível temos produtos nos Açores, aliás, até em conferências patrocinadas pela Universidade dos Açores, faz-se referência, por exemplo, à alcatra da Terceira como um produto que devia merecer essa qualificação.

Seria uma ajuda ao Sr. Secretário da Economia que tanto promove, tanto promove os Açores, mas sem produtos de qualidade dificilmente lá poderemos chegar.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

A Qualificação Comunitária da Manteiga dos Açores ou de outro qualquer produto obedece aos regulamentos comunitários que definem as condições em que um produto pode aceder a essa qualificação.

Estes regulamentos comunitários impõem que os produtos tenham condições particulares de produção que os distingam dos seus produtos similares ou que tenham uma ligação à sua origem geográfica, que permitam, por um lado, reforçar a lealdade dos consumidores para com este produto que se certifica, que permitam aumentar o respeito pelas regras da concorrência leal entre os diversos agentes económicos, que permitam criar para economias como a nossa maiores níveis de sustentabilidade e de competitividade, no caso da sua agricultura, e que tragam também junto com o produto uma inequívoca mensagem de reputação para a melhoria dos rendimentos dos seus agentes e dos agentes da fileira que produz este produto que se pretende certificar.

Mas é bom termos uma consciência exacta e clara do que é que a regulamentação comunitária também impõe no que diz respeito à intervenção das entidades públicas ou privadas nessa matéria.

O que a regulamentação comunitária diz é que a atribuição de uma qualificação, seja uma Denominação de Origem Protegida, seja uma Identificação Geográfica ou outra, esta atribuição só poderá existir quando houver uma relação entre as características do produto, a sua tipicidade e a sua origem, por um lado, e por outro lado quando houver um agrupamento de produtores que submetam um pedido, devidamente fundamentado, para que o seu produto seja certificado, seja qualificado.

Para além dos produtos que já todos sabem e que aqui já foram referidos, que a Região tem como Denominação de Origem Protegida ou Identificação Geográfica, temos em desenvolvimento (e digo já em resposta ao Sr. Deputado Pedro Medina que o processo da meloa já está há dois anos submetido para ser

aprovado e ainda está no Ministério da Agricultura, porque têm sido pedidos vários esclarecimentos e têm sido dadas respostas para que esse processo prossiga) o processo da certificação do chá de São Miguel e já temos todos os documentos entregues e estamos a aguardar que ele seja devidamente analisado para se remeter às autoridades comunitárias.

Estamos a desenvolver, neste momento, trabalhos, através do Serviço de Desenvolvimento Agrário da Graciosa, para a tipificação, para a caracterização do alho e da meloa da Graciosa, e estamos com toda a disponibilidade a apoiar e a integrar nestes projectos todos os agrupamentos de produtores que queiram apresentar pedidos, que queiram submeter pedidos de certificação dos seus produtos às autoridades nacionais e comunitárias.

Temos na Graciosa, como interlocutor desse processo, a Adega Cooperativa e a Cooperativa Agrícola da Graciosa (é assim a sua denominação, foi alterada há tempos).

Em Santa Maria temos para a meloa o caso da Agromariensecoop e temos no caso concreto do chá de São Miguel as duas empresas produtoras de chá que, por dificuldades de se constituírem agrupamento de produtores, encontram-se a ser representadas pela própria Associação Agrícola da Ilha de São Miguel que se disponibilizou para, como entidade de agrupamento de produtores, desenvolver esse processo e os procedimentos que temos ajudado a concretizar.

O Governo tem apoiado todos esses processos. Tem tido em cada circunstância, em cada momento, disponibilidade, e tem, para continuar a apoiar qualquer outro processo dessa natureza, desde que tenha o agrupamento de produtores, desde que tenha a possibilidade de ter um interlocutor com quem desenvolver esse trabalho, com quem fazer esse investimento para submeter às autoridades comunitárias.

Mas é bom também que se diga que no caso concreto dos lacticínios dos Açores temos uma realidade um pouco diferente daquela que se pretende fazer passar em certas circunstâncias. É que os lacticínios dos Açores, através dos seus agrupamentos de produtores, através dos industriais de lacticínios, têm os seus produtos devidamente identificados como lacticínios dos Açores. Há um selo

que aparece em todas as embalagens, até aparece mesmo nas embalagens de marcas brancas, no mercado como “Lacticínio dos Açores”.

Aqueles objectivos que a legislação no fundo pretende, que é de ligar o produto, do ponto de vista da lealdade do consumidor, à sua especificidade de origem, à terra de origem e à possibilidade de sobre ele trazer maior rentabilidade, maior consideração económica e financeira e maior consideração dos mercados, essa rotulagem já está no produto dos lacticínios dos Açores, que é um símbolo dos próprios industriais dos lacticínios da Região.

Não se pense que por termos uma certificação, uma qualificação comunitária, que atribui uma denominação ou identificação geográfica, que só isso é que pode distinguir o produto junto do consumidor.

No caso dos lacticínios dos Açores, todos os produtos que queiram e que façam por isso, podem ter o selo de “Lacticínio dos Açores”, como está, aliás, patente a todos os consumidores.

O que eu gostaria de dizer finalmente é que no caso da meloa e do chá já vos demos a informação do ponto de situação. No caso do leite dos Açores este processo de certificação comunitária de Origem Protegida ou de Identificação Geográfica, e não propriamente aquele simples produtos de “Lacticínio dos Açores”, esse processo precisa do desenvolvimento, de trabalhos técnicos do ponto vista da sua tipificação e caracterização.

Estes trabalhos nalguns casos têm sido desenvolvidos pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário, porque têm para isso competência, fazem vários testes e pedem várias assessorias no sentido de desenvolver esses processos.

No caso do leite dos Açores temos uma dificuldade. Há uma empresa regional que está a desenvolver esse processo há vários anos e ainda não temos todo o manancial de informação técnica, científica, que possa fundamentar um pedido de certificação do leite dos Açores como um produto de Denominação de Origem ou como Identificação Geográfica Protegida. No caso até seria mais de Identificação Geográfica Protegida, porque os animais que o produzem, como sabem, não são autóctones, e portanto a Denominação de Origem nunca poderia possuir.

O que podemos dizer é que sempre que houver uma organização de produtores que tenha disponibilidade para acolher a vontade do Governo de desenvolver processos de certificação das suas produções, o Governo dará todo o apoio, incondicional apoio, para que essa certificação possa ser obtida e que com ela possa valorizar os produtos no mercado.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para um interpelação?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim. É para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Atendendo à hora em que nos encontramos, vamos terminar os nossos trabalhos da manhã por aqui. Regressamos às 15 com a Agenda.

Bom almoço e até lá.

Eram 12 horas e 46 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Estávamos a debater a Resolução do PSD relativa à Qualificação Comunitária da Manteiga dos Açores.

Tenho inscrito neste momento o Sr. Deputado Mário Moniz. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a debater um Projecto de Resolução que recomenda ao Governo iniciativas que permitam a Qualificação Comunitária da Manteiga dos Açores.

É uma iniciativa muito importante que merece o apoio do Bloco de Esquerda porque promove, neste caso particular, um produto sobejamente conhecido pela sua qualidade, mas ainda, não formalmente reconhecido.

Começo por citar a secretária geral da Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses, na Universidade dos Açores, dia 11 de Dezembro:

“Os Açores não estão a aproveitar todo o seu potencial em termos de obtenção de produtos DOP e IGP deixando até escapar a qualificação da manteiga e do leite”. “A manteiga e o leite dos Açores têm uma qualidade diferente...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... e específica e podem ser um motor fortíssimo para a economia da Região, se qualificados".

"Os turistas que procuram Portugal colocam a gastronomia como o terceiro ponto forte que os atraiu. Agora, podemos apanhá-los pela boca, mas temos de lhes dar coisas boas. Temos de ter produtos qualificados e não apresentar imitações". (Fim de citação).

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: É consensual que a nossa actividade agrícola terá de se diversificar, procurando, simultaneamente, garantir uma produção assente na qualidade e na criação de valor acrescentado aos seus produtos.

Apostar numa actividade agrícola de qualidade que proporcione produtos distintos relativamente a outros concorrentes no mercado, promovendo-a como ecológica e natural, é determinante para a sua diversificação e valorização.

Se queremos produtos agrícolas e pecuários que possam ser certificados e comercializados como naturais, então será fundamental apostar no cultivo da terra, não só como 'pasto' para a pecuária, mas que permita, também, o desenvolvimento sustentável hortícola e frutícola. Só desta forma, poderemos ter uma agricultura competitiva, marcada pela qualidade.

Ora, isto não se coaduna com a utilização, por parte de empresas açorianas produtoras de rações, de alimento composto complementar para vacas, contendo glúten, produzido a partir de milho geneticamente modificado.

Será, pois, urgente adoptar um novo modelo de desenvolvimento agrícola que, no respeitante ao seu papel no apoio à pecuária, evite a continuidade de um modelo económico assente numa monocultura, e aposte, isso sim, num modelo em que a agricultura e a pecuária constem como um desenvolvimento mais abrangente, ambicioso e sustentável para a nossa Região.

Basta o conhecimento deste rótulo, que diz “produzido a partir de milho geneticamente modificado”, para que o nosso leite e, conseqüentemente, a nossa manteiga sejam comercialmente desvalorizados, e as nossas culturas naturais postas em causa. Esta proposta é importante mas não podemos deixar de dar relevo ao alerta para a obrigação de se salvaguardar as características únicas do ciclo de produção, principalmente no que diz respeito à alimentação do gado; algo que, neste momento, não se encontra garantido, dado que é utilizado, na Região, alimento composto complementar para vacas que inclui, nos seus ingredientes, glúten produzido a partir de milho geneticamente modificado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai dar o seu apoio a esta Resolução e quero até cumprimentar, em particular, o Deputado António Ventura pela iniciativa. Apesar das nossas divergências ideológicas considero que o Sr. Deputado António Ventura é um defensor da agricultura. De facto esse sector merece ser acarinhado e todos os contributos que lhe possam ser dados são fundamentais, assim como este que hoje é aqui apresentado.

Aliás, o Deputado João Teves na intervenção que fez hoje de manhã, depois da apresentação...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Gosta de manteiga?

O Orador: Principalmente se a manteiga não for salgada, Sr. Deputado. Se a manteiga não for salgada gosto muito.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é bom para quem tem tensão alta, mas há manteiga sem sal!

O Orador: Depende até da qualidade e do grão do sal com que possa ser...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas sem sal nenhum não tem gosto!

O Orador: Pois, mas com sal, é muito.

Também depende do calibre do sal que se possa aduzir, isto para além dos problemas da alimentação do gado como já foi referido aqui.

Dizia eu que o Sr. Deputado João Teves, hoje de manhã, nos dizia que iria ser apoiada a iniciativa, mas que poderia ser de efeito reduzido, ou melhor, que o efeito da recomendação poderia ser reduzido.

Se me permitem, para já o próprio Regulamento Europeu é muito exigente. Por outro lado, só pode ser candidatado por associações de produtores e tem uma outra questão aqui que tem a ver com a alimentação do gado para garantir as qualidades organoléticas e físico-químicas da referida manteiga.

Deputado José Lima (PS): Isso é que é falar!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Orador: Sr. Presidente, será que eu ...

Presidente: A sua sabedoria causa-nos alguma admiração!

O Orador: ... não posso falar sobre a manteiga açoriana? Pelo amor de Deus!

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Deputada Zuraída Soares (BE): Estou derretida!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Está derretida, Sra. Deputada? Ainda bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Deputado, não gosta de manteiga com alho?

O Orador: Como eu estava a dizer, e se me permitem, porque também não me queria alongar muito sobre a manteiga, como o Deputado João Teves

reconheceu, e penso que todos reconhecemos, não basta apenas a aprovação deste Projecto de Resolução.

O Sr. Secretário já mostrou aqui toda a disponibilidade do Governo Regional para poder apoiar. Agora julgo que eventualmente uma das medidas que deveria ser tomada pelo Governo Regional, e gostava que o Sr. Secretário Regional pudesse dizer alguma coisa sobre o assunto, tem a ver com a alteração da Portaria 78/2008, republicada na Portaria 61/2001, que tem a ver com a questão dos apoios consignados no PRORURAL.

Parece-me que para se garantir a qualidade da manteiga há necessidade de ter muito cuidado com a alimentação do gado que produz a matéria prima para o fabrico da manteiga. Isso vai, com certeza, ter influência ao nível dos custos de produção.

Pergunto ao Sr. Secretário Regional se efectivamente essa disponibilidade que demonstrou, com a qual concordo, pode ir até à alteração desse regulamento a que me referi?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma curta intervenção, não para referir a posição da bancada do Partido Socialista, ela ficou clara pela intervenção do Sr. Deputado João Teves, mas relativamente a algo que foi dito, nomeadamente pelo Sr. Deputado Pedro Medina.

Para clarificar uma situação, porque aquilo que disse provavelmente até foi sem intenção, até pela forma como colocou as questões ao Sr. Secretário Regional da Agricultura.

O Regulamento 510/2006, no seu artigo 5º, diz que só os agrupamentos de produtores podem apresentar pedidos de registo de uma IGP ou de uma Denominação de Origem Protegida e que tal pedido só pode ser relativo a pedidos agrícolas ou a géneros alimentícios por eles produzidos ou obtidos.

Muito rapidamente para dizer o seguinte:

Não é o Governo Regional que qualifica (e é de qualificação que estamos a falar) os produtos regionais. Daí que naquela listagem que disse, até de um Projecto de Resolução que foi aprovado na anterior legislatura nesta casa, em que estavam incluídos diversos produtos, haver processos que estão mais adiantados, outros mais atrasados, precisamente porque esses processos dependem das organizações de produtores que os produzem ou estão ligados a essa cadeia.

No caso em apreço o Governo Regional sempre tem apoiado e tem apoiado em igual medida todas as organizações.

Por outro lado, para esclarecer também que existe uma portaria de ajuda à melhoria da capacidade de acesso aos mercados, nomeadamente na ajuda à comercialização no âmbito do PRORURAL, que no seu ponto 5º (despesas ilegíveis), diz o seguinte:

“ Realização de estudos de caracterização de produtos e modos de produção particulares;

- Realização de análises microbiológicas realizadas em laboratórios devidamente acreditados;

- Realização de análises físico-químicas realizadas em laboratórios devidamente acreditados;

- Realização de provas organolépticas/painel de provadores;

- Elaboração de cadernos de especificações com a descrição das características do produto e/ou do seu modo de produção particular, bem como, pedidos de alteração dos mesmos.”

Isto quer dizer que existe e está em aplicação formas de apoiar, de incentivar o aparecimento destas qualificações.

Estas qualificações são sempre da responsabilidade e sempre da iniciativa dos seus produtores ou dos agentes que estão ligados às cadeias de valor respectivas.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma intervenção curta.

O assunto que estamos a discutir é da maior importância e está em revisão na Comunidade Europeia. Está em revisão no sentido do reconhecimento internacional daquilo que é uma valorização e um reconhecimento comunitário.

Neste momento, no âmbito da Organização Mundial de Comércio, o que se discute também e põe-se nos tratados, é que a DOP, a IGP, ou a ETG sejam reconhecidas de forma internacional.

Também está em revisão a simplificação e a junção de um conjunto de critérios que mistura os vinhos, que mistura os queijos, que mistura as manteigas. Lembro que no caso das manteigas só há uma no espaço comunitário que está qualificada. Esperemos que esta seja a segunda.

É um assunto que a Comissão Europeia tenta alterar de modo a que haja uma maior promoção, um maior reconhecimento e uma maior valorização destes produtos que têm o carimbo de identidade do espaço comunitário.

Também dizer-vos que o agrupamento de produtores não é um problema. No caso da carne IGP, o agrupamento de produtores é a Federação Agrícola. A Federação Agrícola pode assumir também esta função porque tem a junção de todas as suas associações.

Naturalmente se houver um agrupamento muito específico relativamente a este produto, melhor. Mas não é preciso inventar mais nada. Basta obviamente estabelecer o diálogo com a Federação Agrícola, a vontade da Federação Agrícola, para que este processo siga em frente.

Muito obrigado.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que é muito significativa a unanimidade que aqui estamos a conseguir obter em relação a esta matéria. Isto significa que se mudaram os

tempos em que o sector primário, a sua competitividade e a importância dos seus produtos era considerado somenos.

Há 5, 6 ou 7 anos, tudo o que fosse a promoção da qualidade e da certificação do sector primário era considerado algo secundário no quadro económico do país e da região.

Neste momento, o que aprendemos com esta crise económica é que há um sector que é fundamental, o sector primário. Este sector foi desmantelado ao longo de anos. As excedências do país e da região, perante a União Europeia e perante o processo de integração da União Europeia, foram mal negociadas e mal dirigidas.

Isto significou que neste sector, as capacidades do país e a capacidade da região foram diminuídas e isso pagou-se caro.

Estamos neste momento a inverter esse caminho, valorizando o sector primário, não já como sector de actividade menos prestigiado, mas sim como um sector fundamental para a criação da riqueza da Região e para também assegurar que aí se possa criar também empregos.

No sector primário, que não é desprestigiante, é fundamental que se possa criar a capacidade de atracção desse sector em relação à própria criação de emprego.

Há aqui uma vertente, uma modificação muito, muito importante em relação à forma como se olha hoje para o sector primário e para a produção que aí é efectuada e também para a capacidade de criar riqueza na Região por parte desse sector.

No que diz respeito à Qualificação Comunitária da Manteiga dos Açores é óbvio que esta iniciativa tem todo o interesse. Dizem-me que há algumas dificuldades do ponto de vista prático que têm a ver realmente com a iniciativa, que tem de partir do agrupamento de produtores.

O Governo o que tem de fazer e o que deve fazer no âmbito desta temática é, de facto, incentivar, criar todas as condições do ponto de vista institucional, do ponto de vista burocrático, do ponto de vista da motivação do sector, para que este tipo de medidas venham a ser implementadas na prática.

Portanto, se isto se vier a fazer estamos de facto a seguir o caminho correcto, que é o caminho da valorização da agricultura, dos seus derivados, dos produtos derivados e também do reconhecimento, da qualidade e da especificidade deste produto que decorre da certificação se ela de facto vier a ser obtida.

Nesse sentido, o PPM votará favoravelmente esta iniciativa do Partido Social Democrata.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para responder à intervenção do Sr. Deputado Duarte Moreira que me deixou até surpreendido pela forma como o fez.

V. Exa. o que veio afirmar é que esta região não tem mais produtos certificados por culpa das organizações de produtores...

Deputado Duarte Moreira (PS): Desculpe lá, eu não disse nada disso!

O Orador: ... e que o Governo não tem responsabilidade nenhuma nessa matéria.

Dizer que o CDS imputa as responsabilidades ao Governo e deixa de fora as organizações de produtores, que eu saiba, na intervenção que fiz na parte da manhã não faço referência a nenhum desses pontos que V. Exa. afirmou.

Quero lembrar-lhe que na candidatura ao Programa LEADER PRORURAL 2007/2013, que foi o documento que eu apresentei na parte da manhã relativamente à estratégia local de desenvolvimento, diz o seguinte em relação à certificação dos novos produtos:

“Para além destes produtos,...” que são o queijo de São Jorge, o queijo do Pico, o ananás, o maracujá e o mel, “... a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pela Resolução nº 10/2005/A, de 14 de Novembro, recomendou ao Governo Regional dos Açores a dinamização de iniciativas de carácter organizativo e de apoio técnico junto dos produtores, em ordem à sua

habilitação para a criação de Denominações de Origem Protegida ou Indicação Geográfica Protegida...”

V. Exa. imputa responsabilidades ao CDS por estar a acusar as organizações de produtores. Eu devolvo essas responsabilidades a V. Exa. porque o que V. Exa. quis foi branquear uma actuação da parte do Governo durante esses últimos 6 anos em relação a produtos que em 2005 esta Assembleia recomendou que tivessem a sua certificação e que até aos dias de hoje não se verificou. Aliás o Sr. Secretário da Agricultura e Florestas, fez um ponto de situação em relação à maioria deles e em que fase eles estavam.

Pôr o Governo fora dessa responsabilidade não me parece correcto e também não me parece muito honesto da sua parte dizer coisas que efectivamente eu não disse aqui da parte da manhã.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*):
Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho outra vez ao debate apenas para retomar e repetir o que de manhã foi dito relativamente à posição do Governo sobre essas matérias da qualificação dos produtos regionais, acrescentando, todavia, que para além de toda a disponibilidade do Governo em apoiar todas as iniciativas que houver nesta matéria, sejam elas tomadas por associações sócio profissionais dos agricultores ou sócio económicas dos agricultores, seja até por empresas do sector, empresas agrícolas, temos toda a disponibilidade, aliás, temos um histórico que nos permite afirmar que o Governo tem apoiado todas as disponibilidades que existem nesta matéria para que se atinja o objectivo de se certificar os produtos regionais.

Gostaria também de dizer e de não deixar dúvida nenhuma relativamente a esta matéria, que em todo o edifício jurídico que temos feito nos últimos anos, em todas as medidas, há sempre uma discriminação, posição positiva de apoio para

os processos de qualificação dos produtos regionais e há apoios majorados para quem desenvolver estes processos.

Agora temos que ter uma consciência exacta do que é que queremos para a agricultura dos Açores.

Se queremos certificar um produto, como aliás esta iniciativa do PSD releva, nomeadamente no caso da manteiga, e se sabemos que o modo de produção do leite e da manteiga não preenche os requisitos para se obtenha este desidrato, este objectivo, e depois vir dizer que a culpa é do Governo, isso é óptimo, é excelente, é fantástico, descobriram a pólvora. Descobriram a pólvora para poder disparar contra o Governo. Isso é pólvora seca.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é um pouco aquilo que quero dizer aos Srs. Deputados, porque se houver da parte dos industriais de lacticínios, das organizações sócio profissionais da lavoura ou sócio económicas dos agricultores, uma iniciativa para certificar a manteiga, ela, obviamente, para além dos apoios que estão consagrados na legislação que temos produzido ao longo dos últimos anos, ainda contará com o envolvimento empenhado do Governo Regional.

Uma coisa é sabermos que há segmentos de produção, que há fileiras de valor, onde se pode de uma forma eficaz, determinada e eficiente dar apoio e ser consequente nos apoios que são dados, outra coisa é termos toda a consciência que há segmentos de produção, que há cadeias de valor que não têm condições objectivas de estarmos a certificar, porque os processos e os modos de produção não cumprem com as exigências que são determinadas.

Portanto, vamos lá ver se deixamos essa hipocrisia de vir recomendar tudo coisas que são giras com as quais estamos todos de acordo, mas que para algumas delas e nalgumas circunstâncias é preciso moldar o paradigma.

Para mudar o paradigma, por exemplo na produção de leite ou nos lacticínios da Região, estamos a falar de coisas muito sérias, muito mais sérias do que a certificação da manteiga, Sr. Deputado, porque esse paradigma está feito na base do sistema de produção que não cumpre para já os objectivos que são necessários ter para atingir este fim de certificação do produto manteiga.

Vamos ver se a gente se entende.

Se essas iniciativas viessem acompanhadas do necessário impacto financeiro para compensar os nossos agricultores e as nossas agro-indústrias que criam e mantêm muito trabalho para que esses objectivos fossem atingidos, eu achava imensa piada.

Não custa propor: certifiquem, certifiquem!

O Governo não certifica. O Governo acompanha e apoia todos os processos de certificação e tem um sistema de incentivos e de apoio às organizações de produtores e às organizações sócio económicas e profissionais para que se desenvolvam esses processos, um apoio majorado.

Agora, vamos ter bem em atenção (repito): há cadeias de valor onde estes processos são mais fáceis de implementar; há cadeias de valor onde esses processos são muito difíceis de implementar.

Deputado João Costa (PSD): É preciso vontade política! É preciso trabalhar!

O Orador: Este que aqui está em discussão é um processo de grande dificuldade.

Deputado João Costa (PSD): É preciso vontade política!

O Orador: Aliás, quero dizer-vos mais. Das iniciativas que tomamos do ponto de vista do convencimento das organizações de produtores e dos produtores para certificação dos seus produtos, temos feito uma divulgação de proximidade com essas organizações, exactamente para lhes permitir ponderar esses produtos de qualidade.

O que vos posso dizer é que para estes produtos de pequena dimensão económica, de cadeias de valor mais pequenas, esta certificação é porventura e é de certeza um bom contributo para a sua valorização.

Para a ligação do consumidor, para a fidelidade do consumidor a este produto, para a identificação da sua origem em determinadas cadeias de valor, nomeadamente no queijo, na manteiga e nos lacticínios, este objectivo é de enorme dificuldade.

Não venham depois aqui dizer que o Governo fugiu das suas responsabilidades ou que a culpa é do Governo porque não promoveu.

Nós apoiamos a iniciativa porque achamos que os nossos produtos têm qualidade e devem ser certificados.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Mas a certificação nesses sectores é de enorme dificuldade. Não haja hipocrisia nessas iniciativas.

Obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

Deputado João Costa (PSD): Depois deste reconhecimento de incapacidade, vamos ver o que vem aí!

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida para dizer ao Sr. Deputado Pedro Medina que aquilo que o senhor disse que eu disse não corresponde minimamente à verdade. Aliás, se os outros deputados terão percebido a mesma coisa que o senhor percebeu, alguma coisa está mal.

O que eu disse foi que estes processos nascem da vontade das produções, da cadeia de valor.

Obviamente que ao Governo Regional compete criar os mecanismos, e eles existem, de incentivo financeiro, de apoio técnico, logístico aos processos. Foi isso que eu disse.

Aliás, eu tive oportunidade até de dizer que provavelmente terei percebido mal ou involuntariamente o senhor terá dito ou dado a perceber uma determinada situação e foi só nesse sentido que eu fiz o esclarecimento que fiz.

Em relação à sua intervenção é só isso que tenho a dizer. O senhor não percebeu ou eu não me fiz perceber da forma como expus a situação.

Mais um ponto ligeiro para não concordar minimamente com uma afirmação feita aqui pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão ao dizer que nos Açores se abandonou e se vendeu a agricultura a troco de outros interesses com a entrada para a União Europeia.

Nos Açores, até pelas suas características edafoclimáticas, pela nossa dispersão, pelo nosso afastamento, a pecuária sempre teve um peso significativo, um peso que tem vindo a crescer e foi sempre dada muita atenção a estes sectores.

Nós temos condições naturais para a criação de pastagem, para a bovinicultura.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O Sr. Secretário está dizendo que não!

O Orador: Não é por acaso que a nossa principal produção tem a ver com a bovinicultura de leite e com a bovinicultura de carne, porque temos condições naturais para essa situação.

Não posso corroborar com a sua afirmação de que o sector tenha sido abandonado. Pelo menos todos os indicadores que temos, quer sejam indicadores do Instituto Nacional de Estatística, do Recenseamento Geral de Estatística de 2009, quer os indicadores regionais, têm bem presente o crescimento que se tem verificado, também muito motivado pelos apoios e pelos programas comunitários que têm estado em vigor e muito particularmente também pelos programas de apoio que estão neste momento em vigor.

Portanto, não concordo nada com aquilo que o senhor acabou de afirmar.

Obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Moreira o que eu há pouco lhe disse sobre aquilo que foi a política de abandono da agricultura em Portugal e também nos Açores é uma constatação óbvia.

Deputado Francisco César (PS): O quê?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): É uma constatação falsa!

O Orador: É uma constatação óbvia!

Veja bem. De tal forma é assim que há cerca de duas sessões a sua própria bancada propunha, o quê? A diversificação do sector agrícola. Porquê? Porque muitos dos sectores tradicionais foram abandonados.

Eu não quero dizer que no sector da pecuária se tenha mantido uma certa dimensão e que o sector tenha uma certa dimensão. Isso é verdade, tanto que produzimos um terço do leite nacional.

Agora que muitas das produções tradicionais foram abandonadas, foram e isso é uma constatação óbvia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Que a nossa capacidade de produção é muito superior à utilização que neste momento fazemos das nossas capacidades, do potencial agrícola da Região, isso também é uma constatação óbvia.

Deputado Francisco César (PS): Aí vai uma grande diferença! Isso é falta de rigor!

O Orador: Portanto, o que eu lhe disse é algo que qualquer analista, qualquer político, qualquer técnico, diz neste momento em Portugal e nos Açores. É que os diferentes governos, (não foram só os Governos do Partido Socialista, foram todos os Governos deste país!) não tiveram a atenção, a concentração de recursos necessários para manter esse sector a produzir o que podia produzir, a absorver o emprego que podia absorver e a ser protegido em relação a algumas políticas da União Europeia que significaram o abate de árvores, o abandono de cultura e a destruição da capacidade de produção em muitos sectores.

Hoje em dia, Sr. Deputado Duarte Moreira, esta leitura é uma leitura consensual. Não lhe estou a dar nenhuma novidade.

Todos nós, enquanto sociedade, enquanto país, enquanto região, reconhecemos que foi um erro tremendo não termos continuado a apostar na enorme capacidade da agricultura açoriana. Isto é algo que não tem discussão, Sr. Deputado Duarte Moreira.

Nessa matéria o Sr. Deputado está sozinho, porque se considera que o Governo Regional dos Açores fez tudo bem e que, ao contrário dos Governos da República ou dos governos dos outros partidos, está isento de crítica, então eu digo que lhe falta uma visão crítica, uma visão racional sobre este assunto.

Temos que ter capacidade de auto-crítica. Eu próprio lhe posso dizer que durante algum tempo, também não concentrei e não fiz uma análise ainda mais

rigorosa desta questão, potenciando e perspectivando aquela que era uma política ruínosa para o país e para a Região.

Foi ruínoso e neste momento estamos nesta situação porque de uma forma reiterada cedemos, em muitas matérias, no âmbito da União Europeia, em relação ao desmantelamento da agricultura portuguesa. Cedemos!

O próprio fundador do Partido Socialista, o Dr. Mário Soares, já reconheceu isso, que se foi muito longe,...

Deputado Francisco César (PS): Nos Açores?

O Orador: ... na política de cedências no âmbito da agricultura, das normas da União Europeia. É o próprio fundador do Partido Socialista que diz isso.

Deputado Berto Messias (PS): Mas ele referia-se aos Açores?

O Orador: Tenho a certeza que 99,9% dos dirigentes do Partido Socialista também reconhecem isso.

Deputado Duarte Moreira (PS): Mas ele referia-se aos Açores?

O Orador: Sr. Deputado Duarte Moreira, tenha um pouco de capacidade auto-crítica, não seja seguidista, não tenha uma visão exclusivamente partidária porque aí perde credibilidade, Sr. Deputado.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de não intervir mais sobre este debate,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já chega!

O Orador: ... mas parece que as referências que são aqui feitas sobre a agricultura e os agricultores açorianos me obrigam a ter que fazer mais uma intervenção.

A intervenção que quero fazer é para de uma forma muito transparente dizer aos senhores que devem consultar a evolução, por exemplo, dos Sensos da Agricultura Portuguesa e ver onde há 10, há 20, há 30 anos se posicionava a agricultura açoriana relativamente à agricultura de todas as outras regiões agrícolas do país, e consultarem os dados do último recenseamento agrícola e verem qual tem sido a evolução deste sector.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Hoje, parece que é moderno vir dizer-se que devemos voltar à agricultura. Eu acho que ainda seria mais consistente dizer-se “olhem para os Açores para verem como é que se faz agricultura”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uuuiii!

Deputado João Costa (PSD): A agricultura é um oásis!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Digo isto com a consciência e com o conhecimento de quem há muitos anos anda a trabalhar neste sector.

Deputado João Costa (PSD): O senhor está a desmentir o Sr. Deputado Berto Messias!

O Orador: Não há uma evolução, seja ela qual for, que seja totalmente isenta de erros.

Há erros! É óbvio que há.

Há insucessos! É óbvio que existem.

Mas globalmente a agricultura açoriana nos últimos anos tem evoluído de forma significativamente favorável.

Se olharmos para todos os indicadores que caracterizam a nossa agricultura, temos uma das melhores ou mesmo a melhor agricultura do país e é preciso dizer com toda a frontalidade que temos dos melhores agricultores do país.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não podemos estar sempre a denegrir aquilo que os agricultores fazem. Eles fazem muito pela nossa Região. Eles têm tido uma evolução muito favorável, têm aproveitado bem os incentivos e os apoios que lhes são dados. É bom que se diga isso.

Ao contrário do que se passou no Continente português e em outros países da Europa, quando muita gente pugnava por se adoptar na Região o sistema de pagamento desligado dos subsídios, o Governo do Partido Socialista (nem

sequer era eu que estava no Governo nessa altura!) manteve os pagamentos ligados à produção.

Isso foi fundamental para se continuar a ter uma região produtiva e laboriosa como é a nossa. Isto tem que ser dito e repetido, porque isto é que nos valoriza.

Queria dizer que o investimento que o sector tem recebido nos últimos anos tirou esse sector da miséria em que ele se encontrava há uns anos atrás.

Não havia unidades de transformação com condições higieno-sanitárias para produzir fosse o que fosse.

Não havia caminhos agrícolas, nem acessibilidades condignas à exploração.

Deputado João Costa (PSD): Pelos vistos ainda não há! O senhor vai meter mais um milhão!

O Orador: Bebiam os animais em tanques de água onde proliferavam as doenças.

Tínhamos das maiores taxas, taxas negativas, no que diz respeito à sanidade animal.

Não tínhamos matadouros, salas de desmancha...

Deputado João Costa (PSD): Ainda não temos!

Deputado Mark Marques (PSD): Alguns sítios ainda não têm!

O Orador: Não tínhamos nada disto.

Há muita coisa para fazer, há muito investimento para fazer, é óbvio! Mas não venham dizer que se abandonou a agricultura açoriana, porque isso é falso. Pelo menos desde 96...

Deputado Mark Marques (PSD): Quando os Açores nasceram!

O Orador: ... não houve outro sector que tivesse tanto investimento como foi o sector agrícola.

Gostaria também de vos dizer que não vivemos num mundo de facilidades na agricultura.

Sabemos que há agricultores com dificuldade, como também sabemos que há agricultores que por diversas circunstâncias têm maior sucesso na sua actividade agrícola. Sabemos que tudo isso existe.

Agora vir dizer que o Governo não tem dado atenção ao sector e vir dizer que não temos uma boa agricultura, é de certeza alguém que não anda neste mundo. Temos as nossas dificuldades, temos as nossas preocupações, temos muito ainda para fazer, mas o percurso que temos feito honra os agricultores e a agricultura açoriana.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, uma lembrança, se me permitem: nós não estamos a debater a agricultura mundial, nem a agricultura europeia, nem sequer a agricultura açoriana.

Estamos a debater a certificação comunitária da manteiga.

Eu agradecia que voltássemos ao tema, porque sobre agricultura ficávamos aqui até ao ano novo.

Sr. Deputado António Ventura, tem a certeza que ouviu as minhas palavras?

Deputado António Ventura (PSD): Todas!

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Deputado António Ventura é um bom ouvidor!

Deputado Mark Marques (PSD): Vamos ver se é um bom cumpridor!

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** O senhor quase que me corta o pio, Sr. Presidente.

Presidente: Não era essa a intenção.

O Orador: Vamos voltar à manteiga.

Sr. Secretário, em 2005, o PSD trouxe a esta casa uma iniciativa, que foi aprovada por unanimidade, para qualificar o leite dos Açores, o chá de São Miguel, a meloa da Graciosa, o alho da Graciosa, o queijo da Graciosa, a meloa de Santa Maria e a banana dos Açores.

Estamos a falar em 2005. Seis anos depois ainda não temos um processo qualificado. Isto denota o quê? Denota que temos uma boa agricultura, obviamente que sim.

Esta morosidade, esta falta de atenção política, obviamente que demonstra a prioridade que o Governo Regional dá a estas questões.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Obviamente que aquilo que o Sr. Secretário veio dizer em relação à manteiga (a hipocrisia) já está é a desculpar-se para aquilo que não vai fazer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Então diga, Sr. Secretário, aberta e claramente nesta casa, que não vai incentivar o agrupamento de produtores ou associações para a qualificação da manteiga.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não se pode admitir que o senhor, *a priori*, diga que não é possível.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É muito trabalho!

O Orador: Aliás a recomendação é bem clara. A recomendação fala numa IGP, ou numa DOP, ou numa ITG para parte ou totalidade.

O que se tem que avaliar é se é possível qualificar toda ou parte e percebendo que o elemento fundamental para esta qualificação é obviamente a alimentação directa da vaca leiteira na pastagem. Esta é que é a acção fundamental.

Sr. Secretário, o que não admitimos é que efectivamente o senhor, primeiro, não tenha conseguido cumprir aquela que foi uma resolução desta casa.

Deputado João Costa (PSD): De 2005!

O Orador: Mas mais grave do que isso: nem sequer as vossas resoluções sobre esta matéria os senhores conseguem cumprir...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque em 2001 veio a esta casa uma iniciativa do PS para a qualificação do chá dos Açores. 2001!

Deputado João Costa (PSD): 10 anos!

O Orador: E ainda não temos a qualificação do chá dos Açores. Nem sequer as vossas! Portanto, não me admiro nada que as nossas o senhor também não consiga qualificar.

Agora não pode é, à partida, dizer “eu não vou conseguir fazer”. O que o senhor estava a fazer era a justificar que não vai conseguir fazer, como justifica outras coisas.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Este é um erro de política, este é um erro de atenção, este é um erro de prioridade e assim se vê como a agricultura está bem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, respondendo àquele que foi o seu pedido neste âmbito, só um enquadramento de 10 segundos, não mais do que isso, para responder ao Sr. Secretário da Agricultura.

Deputado João Costa (PSD): O Secretário da Agricultura está num oásis!

O Orador: Sr. Secretário, o que lhe disse na minha primeira intervenção (só ia fazer essa intervenção) foi que a nível da agricultura não fizemos tudo nos Açores para manter o seu grau de diversificação para evitar as políticas negativas e excedências no âmbito do processo de integração na União Europeia e as políticas que foram desenvolvidas por parte da União Europeia em relação à agricultura dos Açores.

Que o Sr. Secretário Noé venha dizer agora “venham agricultores de toda a Europa, venham ver a arca de Noé que tenho aqui, a arca em que podem ver exemplos muito diversificados da agricultura açoriana, somos o grande exemplo onde os senhores podem encontrar toda a variedade de produtos, toda a pluralidade de produções...”, Sr. Secretário, isso não é verdade.

O que lhe quero dizer é que nestas coisas da governação é necessário humildade, é necessária capacidade de autocritica e o Sr. Secretário não tem.

Por isso termino dizendo-lhe o seguinte:

Sr. Secretário, de 96 para cá, nesta arca de Noé, eu não vi o senhor meter mais nada a não ser vacas.

Se o Noé original tivesse feito isso, não teríamos a diversidade que hoje tem o nosso planeta, não teríamos essa enorme riqueza que é hoje este sistema complexo do planeta.

O senhor não faz jus ao nome! O senhor não pode vir aqui reivindicar uma política de diversificação agrícola, de fortaleza agrícola, de grande aposta na agricultura, porque pura e simplesmente, Sr. Secretário, isso não é verdade. Isso só é verdade no seu mundo surrealista e nos seus sonhos.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos feito nos Açores, dizia eu há pouco, um percurso de sucesso na agricultura.

Deputado João Costa (*PSD*): Fechando os postos de recolha de leite!

O Orador: Temos feito esse percurso de sucesso, porque têm sido sempre, constante e sucessivamente, feitos grandes investimentos nas infraestruturas do sector, naquelas que servem a produção, como naquelas que servem a transformação dos produtos.

Deputado João Costa (*PSD*): Se é para continuar assim...

Deputado António Ventura (*PSD*): Sr. Presidente...

O Orador: Não há, região nenhuma do mundo que produza tudo o que consome. Há regiões que têm vocação, como a nossa, para produzir determinados produtos, nomeadamente na área da bovinicultura.

Gostaria por isso de dizer que tendo ainda a nossa agricultura todo o investimento que é necessário, e ela vai sempre de necessitar de contínuos investimentos, temos feito esse percurso e temos que reconhecer o trabalho que tem sido feito. Não custa nada reconhecer o trabalho que tem sido feito.

Não vale a pena estarmos sempre a desmerecer aquilo que fazemos pelos nossos agricultores.

Deputado João Costa (PSD): Eles fazem. Os senhores é que não fazem o suficiente!

O Orador: Há uma coisa que vos queria dizer. Não temos na Região apenas vacas. A monocultura da vaca já foi.

Continuamos a ter um sector leiteiro forte, que continua a crescer nos seus indicadores de produção, que tem dado muito contributo para a economia regional, mas temos já uma produção de carne que tem crescido nos últimos anos.

Se quisermos falar dos outros sectores que chamamos de diversificação, podemos ver o volume de investimentos que só nesse Quadro Comunitário de Apoio se fez e que é sensivelmente quatro vezes superior ao Quadro Comunitário anterior.

Relativamente a esta matéria creio que estamos devidamente entendidos.

Deputado António Ventura (PSD): Não estamos!

O Orador: No que diz respeito à certificação dos produtos, para além daquilo que já referi, dos apoios que estão legislados sobre esta matéria e os apoios majorados que damos para essas iniciativas, também temos (isso faz parte do nosso histórico, é o nosso percurso) vários exemplos de colaboração com as nossas organizações de produtores no sentido de certificar produtos.

Agora é bom que se tenha a consciência que no caso da manteiga e dos produtos lácteos estamos a falar de um sector que tem um modo de produção e um maneio das explorações que não é compatível de todo, em todas as circunstâncias, com a certificação de um produto que para o ser tem que obedecer a determinados princípios. É bom que se diga e se pergunte de forma clara:

É ou não o PSD, por exemplo, porque é ele que tem esta iniciativa, a favor, não da produção de OGM's (ainda não ouvi bem a posição do PSD nessa matéria), mas da introdução de OGM's no sistema alimentar do nosso gado bovino leiteiro?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é que é a manteiga?

O Orador: É contra ou é a favor?

Se é a favor, esta iniciativa tem o valor que tem; se é contra esta iniciativa tem o valor que tem.

Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado António Ventura (PSD): Que grande confusão!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

Deputado Duarte Moreira (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Neste momento não tenho mais inscrições.

Vamos proceder à votação deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projecto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Eu bem me parecia que existia algum consenso à volta desta matéria.

Vamos prosseguir. Vamos para o ponto 4 da nossa Agenda da Reunião:

Projecto de Resolução n.º 38/2011 – “igualdade de tratamento na SATA AIR AÇORES e na Sata Internacional”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A história dos Açores não pode ser contada sem nos lembrarmos que o fenómeno da emigração é parte indissociável. Por diversos circunstancialismos, desde acontecimentos de origem natural, económica e social, muitos foram os milhares de Açorianos que tiveram que deixar a sua terra em busca de melhores oportunidades.

Aqueles que um dia tiveram que partir, arregaçaram mangas, dedicaram-se ao trabalho e, muitos deles, actualmente, são homens e mulheres de sucesso nas comunidades onde se inseriram, facto, aliás, publicamente reconhecido pelo Sr. Secretário Regional da Economia, na sua recente deslocação a Winnipeg.

Este fluxo migratório deixa saudades.

Aos nossos emigrantes que estão longe e aos Açorianos que cá ficaram.

Hoje, o contributo da nossa diáspora materializa-se, essencialmente, pelo turismo.

É, portanto, preciso estreitar os laços, entre os que cá ficaram e os que partiram.

Porém, os nossos emigrantes que cá queiram regressar ou os Açorianos residentes que queiram visitar os seus familiares e amigos na diáspora, escolhendo (a nossa companhia) a SATA Internacional para viajar, estão a sentir dificuldades para transportar a sua bagagem de porão.

Estão em causa duas situações que se conjugam prejudicando gravemente os passageiros:

1 – A alteração da taxa cobrada pela bagagem que exceda a franquía estipulada – passou de 1 euro e 60 cêntimos para 7 euros por quilo, pese embora os descontos que o Governo esporadicamente faz, representando, em muitos casos, um aumento de mais de 400% e noutros casos de cerca de 200%.

2 – A diferença entre a quantidade de carga de porão incluída na tarifa aérea para um voo intercontinental e um voo inter-ilhas, ambos nas nossas companhias, a SATA Air Açores e a SATA Internacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A SATA Internacional (a nossa companhia) opera os voos da diáspora, na sua maioria a partir do aeroporto de Ponta Delgada e, em menor frequência, a partir do aeroporto das Lajes, na Ilha Terceira, pese embora as *gateways* que o Governo tanto se orgulha de ter criado.

Os emigrantes que venham aos Açores e o seu destino final não seja São Miguel, com excepção da operação sazonal para a Terceira, embora cumprindo os limites de peso da bagagem de porão na viagem intercontinental, têm que pagar excesso de peso nas ligações às suas ilhas (na nossa companhia) na SATA Air Açores, caso o peso da bagagem de porão exceda os 20 quilos.

Por outro lado, os Açorianos residentes em outras ilhas, que não São Miguel, e com destino final à diáspora, em voos operados pela nossa companhia, a SATA

Internacional, são penalizados e discriminados, pois a franquia livre de bagagem nos voos inter-ilhas, na nossa companhia, só lhes permitem transportar 20 quilos de bagagem de porão, sendo o limite de peso na viagem intercontinental superior.

Esta situação é inaceitável.

Como é que se pode falar em mercado da saudade quando o dono das nossas companhias, que permite aos passageiros trazerem 50 quilos de bagagem até Ponta Delgada, é o mesmo que só permite levar 20 quilos para outra ilha, aplicando uma simpática prenda de boas vindas de mais de 200 euros de excesso de bagagem, o que significa metade de uma passagem entre Boston e os Açores.

É caso para perguntar se para o Governo Regional os Açores não são um continente, com deslocação ao continente americano, onde apenas consideram uma só ilha esse continente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Onde está a justiça? Onde está a saudade?

Justiça não há e o emigrante que nos visita regressa sem saudades da sua terra e muito menos do seu Governo.

O mesmo se aplica a todos aqueles Açorianos que, não tendo hipóteses de emigrar, querendo visitar a diáspora, são confrontados com a mesma discriminação por parte do seu Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há muito que o CDS-PP afirma que o turismo só pode ser viável com uma boa política de transportes aéreos, algo que a Região tem possibilidade de promover porque é dona das nossas companhias: a SATA Internacional e a SATA Air Açores.

Acresce, ainda, o facto de a SATA Air Açores, aquando da renovação da sua frota, ter aduzido como argumento para a compra dos aviões DASH-Q 400 uma maior capacidade de carga.

Para o CDS-PP é preciso mais do que discursos bonitos. É preciso acarinhar os nossos emigrantes e permitir que os seus familiares e amigos na Região tenham a possibilidade de os visitar sem penalizações, sem discriminações.

No âmbito da nossa acção parlamentar, mas, acima de tudo, por uma questão de obrigação moral e ética assumimos, aqui e agora, uma crítica frontal a esta discriminação de açorianos residentes e emigrados e, construtivamente, apresentamos uma solução perfeitamente exequível.

Propomos que o Governo Regional, tão rápido quanto possível, permita aos passageiros que pretendam vir da diáspora às suas ilhas e aos Açorianos que queiram deslocar-se à diáspora usufruam, nos voos inter-ilhas, da mesma capacidade de carga dos voos intercontinentais operados pelas nossas companhias, a SATA Air Açores e a SATA Internacional.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não é para uma primeira intervenção, Sr. Presidente, é para um pedido de esclarecimento.

Queria saber, de acordo com a proposta do CDS/PP, os residentes nos Açores, nas viagens inter-ilhas, que limite de bagagem passam a ter?

Repito a pergunta: os residentes nos Açores, nas viagens inter-ilhas, de acordo com a proposta do CDS/PP, que limite de bagagem passam a ter?

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Os açorianos residentes, nos voos inter-ilhas, têm a tarifa que a SATA (a sua SATA,...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): A nossa!

O Orador: ... a nossa SATA, a SATA que o senhor superiormente dirige!...

Deputado José Rego (PS): Tutela!

O Orador: ... permite nos voos inter-ilhas.

Eu estranho, vindo de V. Exa., essa pergunta. É completamente estranho.

A primeira coisa que V. Exa. devia ter explicado é a discriminação absoluta que os senhores fazem.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Ainda tenho uma intervenção para fazer! Fiz um pedido de esclarecimento!

O Orador: Obviamente que tem a tarifa indicada no seu percurso de bagagem e que para viagens curtas, Sr. Secretário, de 20 minutos, como o senhor muito bem diz, tem direito a 20 quilos e nunca ouvi ninguém queixar-se dessa tarifa.

Mas devo dizer-lhe:

O que os residentes não entendem é o aumento de 400% que o senhor fez no excesso de bagagem. Isso é que os residentes não entendem, que passou de 1 euro e 60 cêntimos para 7 euros. Isso é o que o senhor vai ter que explicar aos residentes nos Açores...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... por que é que aumentou o excesso de bagagem nos Açores.

Eles não podem levar mais e até poderiam levar pagando a 1 euro e 60 cêntimos.

Portanto, mais uma vez o Governo Regional está a explorar os açorianos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... Sr. Secretário Regional da Economia, ao aumentar 400% o excesso de bagagem na nossa companhia, na SATA Air Açores, subsidiada pelo orçamento regional, altamente subsidiada pelo orçamento regional. E o senhor o que é que faz? Enfia-lhe a mesma tarifa que nos voos para a Europa. O senhor

cobra nos voos inter-ilhas 7 euros por excesso de bagagem. Isso é que é uma vergonha.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado Artur Lima, eu fiz-lhe uma pergunta. Não percebo essa excitação toda.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Mas os açorianos percebem!

O Orador: Só me faltou ouvir da sua parte, “se me tocam na borbulha”... Tempos houve em que já foi dito aqui.

Sr. Deputado Artur Lima, só para ver se eu percebi bem:

De acordo com a vossa proposta, um dos nossos emigrantes que venha do Canadá ou de Boston e chegue, por exemplo, à Terceira, para se deslocar para outra ilha, deve ter direito aos 50 quilos que tem na ligação. Certo?

De acordo com a vossa proposta, porque dela não consta qualquer referência a isso, um cidadão da Terceira que se queira deslocar no mesmo voo, sentado na cadeirinha ao lado desse emigrante, para a mesma ilha, tem direito a 20 quilos de bagagem. É isso?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Vamos discutir isso com seriedade, Sr. Secretário, e com rigor.

Quem vem da Califórnia paga mais de 1.500 euros para vir aos Açores (mais de 1.500 euros)

Quem vem de Boston paga 600 ou 700 euros.

Sr. Secretário pagou uma tarifa Boston-São Jorge, não pagou uma tarifa Boston-Terceira. Percebeu, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Percebi!

O Orador: Quando ele chega à Terceira, ele tem um determinado direito que o senhor lhe coarctá à partida. A bagagem dele é feita numa tarifa global e o destino é A-B.

Portanto, é incomparável segundo as regras...

Deputado Francisco César (PS): Com escala!

O Orador: O senhor não sabe o que está a dizer,...

Deputado Francisco César (PS): Então não sei?!

O Orador: ... porque se fosse com escala não tirava a bagagem. Se fosse com escala a bagagem não era pesada outra vez. Se fosse com escala, Sr. Deputado Francisco César, era despachada para o destino final.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, às vezes até 24 horas!

O Orador: Sr. Secretário, a questão é esta. E o senhor bem diz, as regras das companhias aéreas aplicam-se, são diferentes, a voos doméstico e a voos intercontinentais.

Deputado José San-Bento (PS): Já está respondido!

O Orador: O problema é que sendo as mesmas companhias, do mesmo dono, o senhor penaliza.

O senhor não pode bradar que quer turismo, não pode bradar que quer os emigrantes cá, não pode bradar que são importantíssimos, não pode bradar o mercado da saudade, não pode bradar isto tudo quando lhes aplica prendas.

Mas há mais prendas que lhe vou relevar ao longo do debate, Sr. Secretário.

Presidente: Sr. Deputado António Pedro Costa, tem a palavra.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta em análise do CDS/PP vem ao encontro das inúmeras e persistentes reivindicações dos emigrantes açorianos dos Estados Unidos da América e no Canadá.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se por um lado, as nossas comunidades da diáspora reclamam o direito a passagens aéreas mais baratas, para poderem visitar o arquipélago mais vezes e darem a conhecer a sua terra natal aos seus descendentes, por outro a

SATA agrava a situação, penalizando-os com sobretaxas de bagagens. Com isto não estamos a contribuir para intensificar o relacionamento entre a Região e os nossos emigrantes,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ... pelo que parece não se ter em conta o potencial deste enorme mercado turístico que importa desenvolver.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Os turistas de vários pontos da Europa do Norte já têm passagens subsidiadas, sendo necessário criar condições para incrementar também o turismo de emigração, que para os Açores é tão importante como aquele mercado do Norte da Europa.

Não há ninguém nas comunidades que não se queixe relativamente à existência de passagens aéreas muito caras. A esta injustiça resolveu a SATA sobrecarregar os emigrantes com taxas para o excesso de carga de porão. Apesar do desconto de 50% até aos 50 quilos, o agravamento e penalização desta tarifa para a diáspora é exagerada e deveria ser em nosso entender simplesmente eliminada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Exactamente! Tudo de graça!!!

O Orador: Não se entende que num voo corrido, como é por exemplo um voo entre Boston/Ponta Delgada/S. Jorge, haja uma diferença tão grande no limite de bagagem permitido pela SATA Internacional e pela SATA Air Açores, relativamente ao peso da carga transportada em porão, sobretudo porque se trata da mesma empresa transportadora.

Para o Grupo Parlamentar do PSD trata-se de uma verdadeira tarifa oculta que penaliza o mercado norte-americano.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Bastam as passagens mais caras dos voos entre a diáspora e os Açores, pelo que consideramos que a SATA deve tratar com justiça os emigrantes para que estes continuem a preferir a sua terra natal para as suas férias, em vez de irem para outros destinos ao preço da chuva.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, o Grupo Parlamentar o PSD apoia o Projeto do CDS/PP...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... e vai votar a favor para que se acabe com esta injustiça para com os emigrantes.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Gostaria de corresponder àquele que foi o repto, o apelo lançado pelo Sr. Deputado Artur Lima, e dizer que também é de todo o interesse do Governo que possamos debater este assunto com todo o rigor e com verdade, como acredito, aliás, ser do interesse de todos nesta casa.

Vamos talvez primeiro ver aquilo que faz a nossa SATA, conforme muito bem disse o Sr. Deputado Artur Lima, porque acho que o assunto, se me é permitida essa opinião, está inquinado à partida. Está inquinado à partida ao considerar que a SATA está em igualdade de circunstâncias com qualquer outra companhia, não naquelas que voam para os Açores, uma vez que é essencialmente, ou é única e exclusivamente a SATA, e que a grande diferença está naqueles que são os voos inter-ilhas.

A SATA permite, efectivamente, nas ligações entre Boston, Toronto, enfim, nas suas ligações com as comunidades e os aeroportos de entrada nos Açores, uma franquia de bagagem de 50 quilos.

Nos passageiros que se destinam a outras ilhas, esta franquia de bagagem nos voos da SATA Air Açores é de 20 quilos com uma tolerância de 2 quilos.

Uma medida que foi implementada, por orientação do Governo, pela SATA, foi a de considerar que neste excesso de bagagem que existe, nos voos da SATA Air Açores, os nossos emigrantes teriam um desconto de 50%.

Ora bom, acho que o contexto dessa situação, e sobretudo o contexto daquele que é o comportamento da SATA, não pode ser esquecido. Acho que há falhas neste processo e mais adiante, se me permitirem, direi aquelas que acho que são as falhas que existem neste processo, mas não me parece que a proposta de resolução do CDS/PP seja correcta ou pelo menos, de acordo com a análise rigorosa dos factos, deva ser uma proposta aprovada.

Comparando, e em companhias aéreas que fazem ligações transatlânticas, como por exemplo, no caso da United Airlines, a franquía que é permitida a um passageiro de viagem económica é de 23 quilos.

No caso da Continental, a franquía que é permitida é de 23 quilos.

Quer num caso, quer noutro, o passageiro que viaja em económica tem direito a duas peças de bagagem no porão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Na TAP também!

O Orador: Não. Na TAP tem direito a uma peça de bagagem no porão e tem direito a 23 quilos, apenas. Repito: na nossa TAP o passageiro que viagem em económica tem direito a uma peça de bagagem e a 23 quilos.

As duas únicas companhias que permitem uma franquía de 50 quilos são a SATA Internacional e a Air Transat nas suas ligações, julgo que com o Haiti e com Portugal. Essas duas companhias permitem essa ligação.

Convém também ver a taxa de excesso de bagagem. Por exemplo, no caso da United Airlines, um passageiro que tenha entre 23 e 32 quilos, tem que pagar 150 euros. Entre 32 e 45 quilos, como taxa de excesso de bagagem, tem que pagar 300 euros.

No caso da Continental, as referências são, como taxa de excesso de bagagem, entre 200 dólares, se o excesso for entre os 23 e os 32, e 400 dólares se o excesso for entre 32 e 45 quilos.

Serve isto para dizer o quê?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nada!

O Orador: Isto não serve para dizer que a situação da SATA Air Açores releva nessa comparação, mas serve para dizer que por muitas críticas que façamos à SATA Internacional, não é correcto dizer-se que a SATA Internacional despreza as nossas comunidades emigrantes e não tem em intenção as nossas comunidades emigradas.

A SATA Internacional ao permitir uma franquía de bagagem e 50 quilos está a ser a excepção...

Deputado João Costa (PSD): Nalgumas ilhas há discriminação!

O Orador: ... do ponto de vista de companhias aéreas.

Deputado João Costa (PSD): As comunidades emigrantes que não têm *gateways* são vítimas de discriminação!

O Orador: Houve algumas incorrecções na intervenção do Sr. Deputado Artur Lima que gostava de salientar.

O Sr. Deputado Artur Lima citou que um passageiro nessas situações pagaria 200 euros de excesso de bagagem, isso não é verdade, Sr. Deputado.

Vamos fazer a conta os dois:

Um passageiro traz 50 quilos. Chega à Terceira e quer despachar a sua bagagem para São Jorge. Tem 20 quilos. Logo tem 30 quilos como excesso de bagagem. Certo?

Deputado Pedro Gomes (PSD): São 7 euros!

Deputado José Lima (PS): Não são 7 euros!

O Orador: Ou melhor, terá 28 quilos como excesso de bagagem. Não é?

Com o desconto de 50% quanto é que esse passageiro paga dos 14 quilos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Faça a continha!

O Orador: Não paga 200 euros!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Faça!

O Orador: Já fiz.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quanto é que dá?

O Orador: Paga 105.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vezes 2!

O Orador: Um açoriano...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vezes 2!

O Orador: Não é vezes 2. Como é vezes 2?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, pois é!

O Orador: Então! Estamos a falar de um passageiro, Sr. Deputado.

Não é vezes 2. Não são 200 euros. Não paga 200 euros. A nossa unidade de referência, conforme o Sr. Deputado muito bem disse, tem a ver exactamente com o passageiro e há esse desconto de 50%.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando volta!

Deputado João Costa (PSD): Desde que não volte para trás!

O Orador: Mas isso significa...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando volta!

Presidente: Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Secretário Regional da Economia terminar a sua intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ida e volta! Corrija!

O Orador: Mas isso significa que esses 106 euros que é pago por um emigrante das nossas comunidades, que chega por exemplo à Terceira, e quer deslocar-se para São Jorge, é barato?

Não! Não é barato!

Da mesma forma que não é barato que um açoriano que viva na Terceira e que queira ir para São Jorge transportando igual peso, pague 210 euros.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas isso não faz sentido!

O Orador: Agora, não nos podemos esquecer do seguinte:

Estamos a falar de bagagem permitida.

O Sr. Deputado falou daquela tribuna que os nossos emigrantes, quando vão para as Caraíbas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu?! Falei de Caraíbas?

O Orador: Ou foi o Sr. Deputado António Pedro Costa?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

Deputado João Costa (PSD): Outros destinos!

Deputado José Rego (PS): Ao preço da chuva!

O Orador: Outros destinos.

Outros destinos não têm nem esse tipo de franquia de bagagem, nem esse tipo de desconto.

Deputado João Costa (PSD): Nem essas tarifas!

O Orador: O que eu gostaria de realçar na abordagem a esta resolução do CDS/PP é:

Em primeiro lugar, não é possível dizer que a SATA Internacional está a maltratar as nossas comunidades.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): SATA Air Açores!

O Orador: Em segundo lugar, a SATA Air Açores já faz, por orientação do Governo, um desconto muito significativo que no máximo, no pior cenário possível, leva a que um passageiro nessas situações pague 50%, pague os tais 105 euros.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): 200 euros!

O Orador: Num sentido.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Num sentido! Bem corrigido!

O Orador: Mas então se quer fazer dessa forma, quer dizer que um açoriano que vive na Terceira e que faz em dois sentidos paga 400 euros, enquanto só paga o emigrante esse quantitativo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Coitado do açoriano. Estão a extorquir!

O Orador: Não é coitado do açoriano, Sr. Deputado, sabe porquê?

Porque o senhor, por exemplo, viajando na TAP tem direito aos 23 quilos. Se o senhor tiver 3 quilos a mais, sabe quanto é que paga? 50 euros! É o que dá o *site* da TAP em contas feitas há momentos. Percebe?

Desse ponto de vista isso não serve – gostava que isto ficasse claro nesta abordagem – nem quer dizer que da parte do Governo se diga: Não! Mas isto está muito bom!

Nós compreendemos que um emigrante que opte, que decida por transportar os 50 quilos, pague efectivamente essa quantia. Aqui chegamos àquilo que acho que está a falhar neste processo (não é nesta resolução!) de relacionamento, nomeadamente da SATA com os emigrantes. Não há a informação devida

(aliás, esse foi um dos aspectos que o Sr. Deputado Jorge Macedo falou na Comissão) nos aeroportos de partida,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exactamente! Esse é o grande mal!

O Orador: ... ou até na altura em que se vende o bilhete, em que o passageiro compra o bilhete e saiba que se levar 50 quilos vai ter que pagar mais aquela quantia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O problema não está na quantia. O problema está efectivamente naquilo que é uma deficiente informação em relação ao passageiro no acto de compra do bilhete.

Se esse é um dos aspectos que o Sr. Deputado Artur Lima também quer salientar, eu concordo consigo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Somos vários!

O Orador: Nesse aspecto acho que tem razão e acho que esta é uma das várias situações que precisa de ser melhorada. Não está a funcionar, dito de outra forma.

Agora não pode é, criando uma situação de maior e mais grave discriminação entre aquilo que é um voo... Ou melhor, dito de outra forma:

Achamos que já é uma atenção em relação aos nossos emigrantes esse desconto de 50% que existe nas franquias de bagagem, na taxa de excesso de bagagem da SATA Air Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Eu sei perfeitamente que não é isto que o CDS/PP propõe na sua resolução, não é este o sentido do voto favorável do PSD, e sei sobretudo, porque já me foi dito, que não é isso que as nossas comunidades querem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então o que é que elas querem?

O Orador: O que as nossas comunidades querem é aquilo que vai no sentido da resolução do CDS/PP: taxas de franquia iguais para as bagagens.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vá lá!

O Orador: Mas a minha função aqui é dar conta a esta câmara, por um lado, das razões que justificam essa decisão, por que razão é que ela acontece, e acho que não temos condições, sobretudo na conjuntura em que vivemos, para ir mais além. Era isso que gostava de dizer.

Isso não significa, de forma nenhuma, que não haja aspectos a melhorar...

Deputado João Costa (PSD): Será mais perto das eleições!

O Orador: ... nesse assunto em concreto (e essa parte da deficiente informação ao passageiro no acto de compra do bilhete é claramente uma matéria que tem que ser revista), como também não quer dizer que existam outras áreas em que a companhia pode efectivamente ter essa atenção de contenção de custos.

Neste caso, a posição do Governo em relação a esta proposta de resolução é aquela, Sr. Deputado Artur Lima, que com todo o rigor e com a toda a verdade eu transmiti a esta casa.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD entende que o Governo dá instruções à SATA para adoptar tiques de *low cost* quando na prática as tarifas praticadas pela SATA são tudo menos *low cost*, diria mesmo são *high cost*.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É sempre a mesma coisa!

O Orador: Isso vem ao encontro daquilo que aconteceu no passado mês de Abril quando a SATA introduziu um aumento de 400% no preço por quilo de excesso de bagagem. Ou seja, cobrar 7 euros por quilo de excesso de bagagem fará sentido quando estivermos a falar de tarifas *low cost*. São as *low cost* que cobram 11 euros por uma mala de porão; são as *low cost* que cobram 10 euros para o passageiro poder embarcar em primeiro lugar (e também, já agora, é outro tique que também a SATA já adoptou...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! A SATA já cobra! São 15 euros!

O Orador: ... por lugares com mais espaço para as pernas).

O Governo diz à SATA para maximizar as receitas. Aliás, é recorrente essa afirmação por parte do Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA: maximizem as receitas, com tudo aquilo que possam apanhar.

Agora chegamos à questão dos nossos emigrantes. Os nossos emigrantes, ou o mercado da saudade, ou quem nos queira visitar vindo do continente americano, tem tudo menos tarifas baratas. Tem tarifas que são muito caras. Já por aí se percebe a penalização e o pouco sentido, diria quase estratégico, de podermos, por um lado, e diz o Governo que quer, agarrar o mercado da saudade, mas por outro lado o Governo afugenta, enxota o mercado da saudade, porque um passageiro que vem do continente americano, que pode trazer 50 quilos de bagagem, quando chega aos Açores a uma *gateway* para voar para outra ilha que não tem ligação com o ponto de origem desse passageiro (como Graciosa, São Jorge, por exemplo), tem de pagar 210 euros de excesso de bagagem.

Vão dizer: Não! É metade!

Mas como dizia há pouco o Deputado Artur Lima, e confirmado pelo Sr. Secretário, é bom que ele depois leve a roupinha de volta e não deixe 30 quilos de bagagem na ilha de destino.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): E leve um queijinho de São Jorge!

O Orador: Ou seja, é claramente um tarifa oculta, diria mesmo (o PSD diz mesmo!) que é uma golpada que a SATA está a praticar para com os nossos emigrantes e para com todos aqueles que nos querem visitar do continente americano.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Por tudo isso, Sr. Secretário, aprecio o registo *low profile*, calmo e sereno com que gosta de participar nos debates em que os partidos da oposição lhe tocam na borbulha, mas uma coisa é certa, não basta dizer que há coisas para melhorar, não basta dizer que agora é que vai ser, porque exemplos daquilo que foi, o seu currículo fala por si.

Queria quase que evitar relatar, porque já o fiz uma vez nesta casa, o conjunto de insucessos do seu currículo como Secretário Regional da Economia, mas deixe-nos só recordar e relembrar que foi o Atlântida...

Deputada Catarina Furtado (PS): Não é isso que estamos a discutir!

O Orador: ... foram os *ferries* do triângulo, foi o cancelamento do concurso das Águas das Lombadas...

Deputada Catarina Furtado (PS): Ah! As lombadas são as passagens aéreas!

O Orador: ... é o casino...

Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Presidente, isto não faz parte do debate!

O Orador: ... é a promoção turística e são as passagens áreas, Sra. Deputada,...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ... cuja promessa foi feita por essa bancada e pelo Presidente do Governo e é o Sr. Secretário que agora diz que agora é que vai ser, agora é que há coisas a melhorar, que com o currículo e o passado dos últimos 3 anos,...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Quando não há argumentos...

O Orador: ... se não conseguiu fazer, acreditamos nós, acreditam os senhores, que vai ser feito nos últimos 10 meses?

Os açorianos, lá em casa, de certeza que não acreditam que agora é que vai ser. Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Economia, vamos fazer contas.

Um emigrante que é natural e que se dirige para a Ilha de São Miguel, contando evidentemente, como dizia o Sr. Deputado Artur Lima, e muito bem, com uma viagem de ida e volta, porque ele não fica, volta outra vez à sua actividade profissional,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quanto é que paga?

O Orador: ... quanto é que paga se transportar os 50 quilos? 210 euros. Certo?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Certo! Sim senhor!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não paga nada!

O Orador: Não paga nada, só se for para outra ilha.

Portanto, para São Miguel transporta 50 quilos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não paga!

O Orador:... não paga. Regressa com 50 quilos não paga.

Agora vamos imaginar outro açoriano, natural da Ilha do Corvo. Quanto é que paga.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): 200 euros!

Deputada Catarina Furtado (PS): E um de São Jorge quanto é que paga?

O Orador: Transporta os mesmos 50 quilos quando chega à Ilha do Corvo, e já pagou aí 110 euros. Quando regressa à América paga outros 110 euros. Paga 210 euros.

O que lhe pergunto, Sr. Secretário, é se isto é justo?

As ilhas da coesão, quer para os emigrantes, quer para quem nos visita, um destino mais frágil como a Ilha do Corvo, ou por exemplo a Graciosa ou outra ilha, fica com uma acessibilidade em termos de preço, muito maior. Custa mais 210 euros visitar qualquer outra ilha dos Açores que não São Miguel e a Terceira.

Deputado Francisco César (PS): E os residentes?

O Orador: O que eu lhe pergunto é onde pára a política de coesão nestas medidas que foram adoptadas por parte da SATA? É isso que lhe pergunto.

Eu acho que há aqui uma discriminação evidente para quem vive noutras ilhas que não a Ilha de São Miguel e da Terceira.

Deputado João Costa (PSD): É a coesão para o Sr. Secretário da Economia!

O Orador: Estamos aqui a falar claramente de uma discriminação.

Sr. Secretário, 210 euros é muito dinheiro.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, e um residente quanto é que paga?

Deputado João Costa (PSD): E as ilhas da coesão, Sr. Deputado?

O Orador: É evidente que cria aqui uma dificuldade adicional às ilhas que já têm diversos prejuízos do ponto de vista das acessibilidades e de outro tipo de condições, como por exemplo a promoção.

O Sr. Secretário junta, à dificuldade de acessibilidade, à fragilidade da promoção, mais 210 euros para quem quiser visitar estas ilhas.

É isto que considero que deve ser alterado.

Evidentemente somos todos açorianos. Todos têm o direito de pagar o mesmo.

Não pode existir aqui um privilégio em relação a quem vive nas ilhas maiores, porque isto é negar a política de coesão, é discriminar os açorianos.

Por isso é que eu apoio e vou votar favoravelmente a proposta do CDS/PP...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... que vai no caminho certo, que vai no caminho de acabar com a discriminação entre açorianos.

É isso que eu considero positivo e as contas são fáceis de fazer.

Neste momento, esta discriminação custa 210 euros.

Sr. Secretário, 210 euros é muito dinheiro.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia, Sr. Deputado Francisco César:

Também para um esclarecimento relativamente à discriminação, Sr. Secretário, que também me preocupa muito e preocupa todos os açorianos. Gostaria que V. Exa. me esclarecesse, já que estão tão preocupados, com a discriminação dos residentes.

Sr. Secretário quanto paga um residente em São Miguel para ir a Londres?

Deputado João Costa (PSD): Muito bem! Ou a Frankfurt?

O Orador: Sr. Secretário, quanto paga um residente na Graciosa ou nas Flores para ir a Londres?

É ou não discriminação entre açorianos, feita pelo Governo e pela SATA?

Muito obrigado.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quanto é que paga desde Lisboa para ir a Cabo Verde?

Quanto é que paga um português, do Pico, para ir a Cabo Verde?

Deputado João Costa (PSD): Vá para o computador, Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) Deputado Francisco César (PS): Ser. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma discussão compreensível, tendo em conta as reivindicações dos nossos emigrantes, e que deve ser tida da forma mais séria e mais correcta possível.

Neste sentido, as bancadas que estão aqui representadas devem fazer um esforço para serem o mais correctas possível nos dados que apresentam. Muitas vezes há sempre a tentação de esquecer um número, de apresentar um dado que não é o mais correcto, mas a maior parte destas bancadas fizeram um esforço (podemos discordar ou não da substância do seu argumento) para os apresentar. Aquilo que, em primeiro lugar, me chocou no início desta discussão foi a postura com que o Deputado Jorge Macedo, pessoa que até aprecio, se apresentou neste debate.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está a incomodar!

O Orador: Quando queremos discutir a situação dos nossos emigrantes...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ele está a falar é do Jorge Macedo, não é da Berta Cabral! Ó Clélio...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Passam o tempo todo a dormir, a sonhar e acordados a falar nisso!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Faça favor de continuar, Sr. Deputado Francisco César.

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Macedo entrou neste debate não preocupado em fazer valer os seus argumentos, mas a tentar fazer campanha eleitoral contra o Sr. Secretário da Economia.

Deputado Berto Messias (PS): Guerrilha! Guerrilha!

O Orador: Esta é a verdade. Uma postura de guerrilha!

Mas eu digo-lhe, Sr. Deputado, se o PSD fosse tão bom a fazer propostas como o senhor é em produzir *sound bites* para a RTP e para os órgãos de comunicação social, o vosso partido finalmente fazia com que conseguíssemos perceber quais são as vossas verdadeiras propostas.

Deputados Berto Messias e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: A vossa única postura nesta sala é dizer que...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Só falamos de Ponta Delgada!

O Orador: ... tudo está mal na Secretaria da Economia, tudo está mal quando está relacionado com o Secretário da Economia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O Sr. Deputado fala de tarifas, fala de *low cost*, de *high cost*. Ninguém percebe o que é que o senhor quer dizer.

Gostava de lhe dizer uma coisa em relação ao turismo, Sr. Deputado. O turismo não se faz apenas com tarifas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Faz-se com táxis!

Deputada Benilde Oliveira (PS): O senhor ouça e aprenda!

O Orador: Faz-se com uma base de preço e de qualidade.

Tenho pena que o senhor nesta sala não tenha tido a coragem de reconhecer e de saudar o mérito que foi concedido à Região Autónoma dos Açores por uma revista chamada “Budget Travel”, neste ano. Esta revista, caso o Sr. Deputado não saiba, define destinos turísticos baseados na relação qualidade/preço.

Sabe em que lugar ficou a Região Autónoma dos Açores por causa desta relação de destino turístico preço/qualidade, Sr. Deputado?

Deputado João Costa (PSD): Em primeiro!

O Orador: Em primeiro lugar!

Deputado João Costa (PSD): E o turismo cresceu à custa disso!

O Orador: E sabe com que destinos competiu, Sr. Deputado?

Competiu com o Egipto, San Diego, Kansas, Santo António, faixa atlântica do Canadá, Belize, Polónia, Taipei e Atenas.

Tenho pena que nesta sala os Srs. Deputados, que são tão rápidos a criticar este governo, nunca tenham tido tempo para saudar o trabalho deste governo, dos nossos operadores turísticos para conseguir fazer com que a Região fosse um destino de excelência.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Costa (PSD): Lá está o oásis!

O Orador: Mas voltando e indo directamente à discussão.

O Sr. Deputado Jorge Macedo veio falar que a SATA era uma companhia (onde é que já se viu?) que praticava preços *high cost* (um bonito *sound bite*, Sr. Deputado!) nas tarifas e ao nível das bagagens agia como uma companhia *low cost*.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Ah! Afinal Percebeu!

O Orador: Sr. Deputado, no meio desse seu argumento esqueceu-se de referir que a companhia *Easyjet* cobra pelos seus volumes de bagagem. A SATA não cobra.

O Sr. Deputado esqueceu-se de referir que até 32 quilos a *Easyjet* cobra...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não te metas por aí!

O Orador: ... 12 euros por quilo a mais.

O Sr. Deputado esqueceu-se de referir, e os Srs. Deputados também não tiveram esta discussão aqui, que quer a TAP, quer a Ibéria, quer a United, já referidas pelo Sr. Secretário, têm um peso máximo permitido, independentemente da rota, na ordem dos 32 quilos.

A maior parte destas companhias o que impõem são restrições a um ou dois volumes. Mais do que isso têm que pagar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Deputado e acha justo que os emigrantes das 7, das 9 ilhas, paguem 210 euros a mais?

O Orador: Chegando à SATA – eu percebo o problema de alguns Deputados quando nós nos referimos à nossa companhia – aquilo que se verifica é que a nossa companhia, dentro do cômputo global, pratica tarifas e preços, relativamente a esta matéria, abaixo daquilo que estão tabelados. Tem esta discriminação positiva, quer para os seus residentes, quer para os emigrantes que aí vêm.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Desigualdade entre os emigrantes!

O Orador: Os Srs. Deputados podem-nos dizer: seria bom que fossem 50 quilos para todos os passageiros; seria bom que a tarifa fosse mais baixa.

Pois bem, Srs. Deputados, seria. Mas estas são as condições que nos são possíveis proporcionar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falta de igualdade!

O Orador: ...não o preço de mercado que é feito em todo o mundo, mas sim um preço que seja mais acessível. São estas as condições e é esta a acção que o Governo Regional tem tido...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falta de igualdade entre os açorianos!

O Orador: ... de produzir discriminações positivas no sentido de, na medida daquilo que são as condições suportáveis nesta conjuntura, conseguirmos proporcionar o maior número de equidade.

Tenho dito.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Desigualdade entre os açorianos!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E a discriminação, Sr. Deputado?

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este Projecto de Resolução do CDS/PP que reivindica uma igualdade de tratamento na SATA Air Açores e na SATA Internacional. Vamos fazê-lo, por um lado, porque esta reivindicação, em forma de proposta e de solicitação ao Governo, entendemo-la com justa, oportuna e até entendemo-la como sensata tendo em vista a situação de debilidade e de dificuldade económica que esta região atravessa.

Deputado João Costa (PSD): Se calhar uns milhõezinhos em publicidade dava para pagar isso!

A Oradora: Propunha que iniciássemos uma pequenina reflexão sobre o conteúdo deste Projecto de Resolução entrando por um lado diferente que não são as *low cost*, as *high cost* ou outras *cost* qualquer.

Entremos pelo lado das nossas prioridades.

Neste momento de dificuldade que a Região vive e o país também, no momento em que os fluxos turísticos para a nossa Região estão a baixar, o que é que queremos?

Queremos ou não que os nossos emigrantes venham a esta Região, passem tempos, dias, férias, festas e depois regressem à Califórnia, a Boston, ao Canadá ou onde for?

Deputado João Costa (PSD): O Governo nos seus discursos quer!

A Oradora: Queremos ou não queremos? Queremos que eles venham.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Precisamos ou não, sob todos os pontos de vista, da presença destes emigrantes na nossa Região? Precisamos!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, desejamos ou não, até em termos de *marketing* político e económico, dar a conhecer a muitos deles os novos Açores, que eles não conhecem há 10, 15 ou 20 anos, sobretudo a última geração nascida em terras estrangeiras e que ainda não conhecem esta Região? Desejamos dar-lhes este conhecimento até como forma de *marketing*, de atracção e de promoção desta Região na nossa comunidade da diáspora.

Então se estas são as nossas prioridades, se forem claramente, o Bloco de Esquerda defende esta prioridade como uma das prioridades desta Região. Se é assim então temos que olhar para a situação descrita neste Projecto de Resolução e para os custos acrescidos para quem já paga entre 600 e poucos euros e 1500 euros para se deslocar do continente americano aos Açores, para ainda taxarmos por cima disto mais 200 e poucos euros numa viagem de ida e volta. Isto é o que o Bloco de Esquerda considera contraditório.

Se a prioridade é trazer os nossos emigrantes então tem que haver aqui um esforço sensato para que este custo acrescido não possa continuar.

Deputado Francisco César (PS): O que é que é sensato?

A Oradora: Diz o Sr. Secretário Regional da Economia, e eu compreendi aquilo que o Sr. Secretário disse, que alterar este contexto é aumentar as desigualdades já existentes em termos de sobrecusto de excesso de bagagem para os residentes que viajam na SATA Air Açores e depois para os nossos emigrantes que viajam na SATA Internacional. É verdade, Sr. Secretário.

Mas também é verdade que essa desigualdade já está implantada nesta Região, como ainda há pouco muito bem explicou o Deputado Paulo Estêvão e não vou repetir, independentemente de agora podermos eventualmente vir a criar outra.

Mais. Essa desigualdade já existe quando vêm aqui estrangeiros de variadíssimos países a esta Região pagando metade daquilo que um continental paga, ou eu que sou residente nesta Região pago para ir, por exemplo, a Lisboa ou ao Porto.

Deputado João Costa (PSD): Imagine se fosse para ir ao estrangeiro!

A Oradora: O argumento da desigualdade também não colhe, porque a desigualdade já existe e até deste ponto de vista existe para o bem. Venham os turistas e nós aguentamos, nós, residentes, que pagamos bem mais do que eles.

A outra perspectiva que eu também gostaria de introduzir no debate, depois das prioridades, é que não estamos a falar de uma companhia qualquer. Estamos a falar da nossa companhia.

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que tem preços mais baixos que as outras!

A Oradora: Queremos ter orgulho na nossa companhia.

A nossa companhia é uma companhia pública, que presta um serviço público.

O Bloco de Esquerda considera que o direito à mobilidade dos residentes de cada uma destas nove ilhas, entre elas e para fora delas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pagam o mesmo!

Deputado Francisco César (PS): Fica mais barato!

A Oradora: ... é um direito tão inalienável quanto a saúde e a educação.

Se a nossa companhia é uma empresa pública, que presta um serviço público, tem que o prestar no sentido de garantir que este direito à mobilidade é uma realidade na Região e não é apenas um parágrafo ou um capítulo da nossa Constituição.

Se é assim, pode o Governo Regional trazer a argumentação da desigualdade e até da impossibilidade do ponto de vista económico, da empresa que é nossa, de alterar este contexto, de alterar estas taxas, de alterar a sobrecarga e o pagamento desta sobrecarga, de excesso de carga dos emigrantes, todos esses argumentos. Agora, uma coisa é certa, não há nenhum emigrante açoriano, Sr. Secretário, nenhum residente açoriano e nenhum português que almeje visitar esta Região que não diga uma coisa muito simples: as viagens nos Açores, para os Açores e dos Açores são o serviço público mais caro que existe à face da terra.

Os argumentos e as justificações o Sr. Secretário dá-las-á, mas o certo é que esta situação é aquela que existe e o certo é que o direito à mobilidade dos açorianos, estejam eles onde estiverem, não é servido por uma empresa que tem a obrigação de prestar um serviço público a esta Região.

Por estas razões, o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente o Projecto de Resolução do CDS/PP.

Muito obrigada.

Deputados Mário Moniz (BE) e Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Penso que no debate ficou claro as razões pelas quais entendemos que este Projecto de Resolução pode incidir e ser orientador noutros aspectos que não na questão do equivalente tarifário.

Em relação à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, é preciso ter em conta que não há companhia *low cost* (eu acho que é um bocadinho demagógico colocar a questão daquela forma) que cobre 7 euros por um excesso de bagagem.

Deputado Francisco César (PS): Exactamente!

O Orador: Cobra muito bem.

Não há companhia *low cost* nenhuma que ofereça 23 quilos de franquia de bagagem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Cobra é 26 euros por uma passagem!

O Orador: Não há companhia *low cost* nenhuma que dê a possibilidade de transportar 2 peças de bagagem de graça.

Acho que por uma questão de seriedade, pelo menos no meu entendimento, a questão não pode ser colocada daquela forma.

Por outro lado, Sr. Deputado Jorge Macedo, o senhor diz que gosta do meu registo.

Eu gostava de lhe dizer que também gosto muito do seu. Gosto mesmo muito do seu registo.

Em relação a algumas questões que no âmbito desta discussão têm sido colocadas e que relevam – é o principal que está aqui em discussão – do Projecto de Resolução do CDS/PP, no âmbito daquilo que é a articulação entre a SATA Air Açores e a SATA Internacional, há um conjunto de tarifas que, permitindo a acessibilidade a destinos externos à nossa Região, acabam por estar condicionadas por aquilo que é a nossa realidade geográfica.

Não podemos partir do princípio que temos infinita capacidade para colocar a questão a custo zero. Não podemos partir desse princípio. Acho que é uma má abordagem e acho que sobretudo na conjuntura que vivemos actualmente não é um bom serviço.

Eu sei que este campo é muito propício à demagogia. É e já tivemos aqui alguns exercícios dessa demagogia. Agora não podemos abordar este assunto com essa perspectiva.

Deputado João Costa (PSD): O senhor não tem feito outra coisa no seu mandato!

O Orador: Nesta matéria aquilo que seria o passo seguinte, lógico, da aprovação desta proposta e da passagem,...

Deputado João Costa (PSD): Lá se foi a coesão!

O Orador: ... por exemplo, à aceitação de 50 quilos na SATA Air Açores (Sr. Deputado, far-me-á pelo menos a justiça de reconhecer que já nos conhecemos a algum tempo)...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Felizmente!

O Orador: ... seria permitir a residentes que transportassem também os 50 quilos, porque era uma questão de discriminação.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Não é isso!

O Orador: Não! Pois!

Entraríamos aqui numa espiral que não é comportável.

A discordância em relação a este Projecto de Resolução (gostava também de clarificar esse aspecto) não tem a ver com aquilo que ela poderia originar no futuro. Não é isso.

Tem a ver com as circunstâncias, com o esforço que já é feito neste momento para facilitar a deslocação dos nossos emigrantes.

A questão não é passar do zero para o 210. A questão é que pagariam 420 e só pagam 210.

Deputado João Costa (PSD): O senhor tem que fazer a conta antes do aumento dos 400%!

O Orador: Eu gostava de reiterar um aspecto que me parece importante e julgo que é essencial reconhecê-lo nesta câmara.

Há efectivamente um problema de informação que tem que ser corrigido rapidamente e já foi chamada a atenção da SATA para esse aspecto. Um dos

nossos emigrantes não pode ser apanhado desprevenido no aeroporto de Ponta Delgada ou da Terceira...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas acontece!

O Orador: Eu sei que acontece, por isso é que estou dizendo que é um dos aspectos que precisa de ser corrigido rapidamente.

... e exigirem-lhe, na viagem inter-ilhas:

- O senhor tem que pagar!

- Mas ninguém me disse que eu tinha que pagar isso!

Não pode acontecer! A questão tem que ser sempre colocada do ponto de vista daquela que é a opção do viajante, do passageiro.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Se entende que nas condições – e essas condições têm que estar claras para ele – aceita levar os 50 quilos (também não é obrigado), deve saber o que é que o espera em todo o trajecto do seu percurso nessa matéria e quais as consequências, quais os custos dessa opção livre que ele toma, porque todos os outros passageiros que viajam nas outras companhias sabem que se passarem dos 23 quilos têm custos. Esse aspecto necessita de ser corrigido.

Em termos de diferenciação do custo, estamos a fazer um esforço que consideramos que neste momento se afigura, do ponto de vista da SATA Internacional e da SATA Air Açores, possível, tendo em conta sobretudo a actual conjuntura. E, sobretudo quando se exige ou quando se fixa um tarifário relativamente aos residentes, também não acho que seja correcto fixar-se em relação aos não residentes uma diferença tão significativa do ponto de vista do custo e do ponto de vista da franquia de bagagem.

Portanto, desse ponto de vista são esses os argumentos que coloco aqui na câmara. Já percebi que não são aceitáveis pela câmara, mas são esses os argumentos que coloco.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Qualquer debate sobre o transporte aéreo é sempre, com certeza, muito interessante.

É evidente que hoje não haverá espaço para o aprofundar mas gostaria de tecer uma consideração ou outra depois de dizer que, em nome até do princípio da continuidade territorial, vamos apoiar este Projecto de Resolução do CDS/PP.

Há aqui uma questão para a qual eu gostaria – o Sr. Secretário Regional da Economia já a trouxe aqui – de testemunhá-la.

Eu, como todos nós, certamente, porque viajamos muito entre as ilhas, já fomos confrontados com situações de queixas directas:

- Sr. Deputado, acontece-me isto: eu trouxe, e agora obrigaram-me a pagar (não sei quanto), umas coisas que era para dar ao império da minha freguesia.

Deputado João Costa (PSD): Para o ano não voltam!

O Orador: Isso é verdade. Mas a revolta centra-se no essencial na falta de informação.

É que a agência de viagens e a própria SATA, na ânsia de vender viagens, não informam convenientemente. Aí, Sr. Secretário, acho que deve exercer aquilo que é o seu poder para que esta situação seja de todo evitada, porque a revolta centra-se muito mais aí, na falta de informação, do que no facto do ter que pagar, porque se eu for informado correctamente é evidente que opto ou não por trazer mais bagagem.

De qualquer forma há aqui outras situações em termos das viagens inter-ilhas para as quais devemos ter a devida atenção, até porque se exigimos, relativamente à República, que se cumpra o princípio da continuidade territorial e, por isso mesmo, temos uma tarifa de residente sobre a qual é paga uma indemnização...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Estamos a falar de tráfego territorial normal!

O Orador: Sr. Deputado Lizuarte, se V. Exa. quiser ouvir aquilo que estou a dizer talvez perceba por que é que eu trouxe o conceito de continuidade territorial para aqui.

V. Exa., só porque eu vou aprovar o Projecto de Resolução do CDS, já está a manifestar-se da maneira como está a fazer.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, o senhor deve ter mais problemas do que nós em relação a aprovar qualquer diploma!

O Orador: Sr. Deputado, tenha calma e ouça aquilo que eu tenho a dizer sobre o princípio da continuidade territorial. Está bem, Sr. Deputado? Ouça, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, eu até ouvi duas vezes!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado, queremos ouvi-lo.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado está a confundir conceitos!

O Orador: Não estou a confundir conceitos. Aliás, eu sei do que é que estamos a falar.

Estávamos a falar de viagens transcontinentais, mas entretanto quero centrar a discussão neste plano, porque há outras situações das viagens inter-ilhas onde não é cumprido um princípio que nós exigimos à República, que é o princípio da continuidade territorial. Por isso mesmo, temos uma tarifa de residente. Já percebeu, Sr. Deputado?

Deputado Francisco César (PS): Não, não percebeu!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não percebi nada!

O Orador: Vamos lá ver se já percebeu, porque senão eu posso fazer-lhe os desenhos que V. Exa. quiser.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Quando os emigrantes viajam de Lisboa para as ilhas, exige à República que pague o diferencial dos Açores?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires faça favor de continuar. Não entrem em diálogo.

O Orador: Sr. Deputado, eu vou desculpá-lo e vou ignorar aquilo que V. Exa. acabou de dizer que é para irmos lá para a frente.

Eu até posso ter-me expressado, mal mas V. Exa. certamente concordará comigo. Já vamos conversar no intervalo. V. Exa. vai com certeza concordar comigo.

Eu quero chegar aqui à questão da tarifa de residente. Há aqui algumas confusões relativamente à questão do transporte aéreo e ao modelo de transporte aéreo que queremos para as viagens internas, quer com as ligações com o Continente, com o exterior, quer relativamente ao modelo de transporte. É aí que há uma grande confusão. Aliás, eu gostava muito de perceber qual é o modelo de transporte aéreo que o PSD preconiza para a Região.

Deputado Francisco César (PS): Isso ninguém percebe!

O Orador: Eu estou farto de ouvir o Deputado Jorge Macedo a dizer um chorrilho de asneiras sobre transporte aéreo. Aliás, Sr. Deputado Jorge Macedo, eu quero fazer-lhe uma pergunta:

Será que as companhias *low cost* não podem viajar para os Açores?

Há algum impedimento para as companhias *low cost* não viajarem para o continente?

Deputado Francisco César (PS): Mas aí ele sabe!

O Orador: Responda-me!

Deputado Luís Garcia (PSD): Responde se quiser!

O Orador: Há algum impedimento? É que não há, Sr. Deputado! Não há!

O senhor, com aquilo que acabou de dizer há pouco, com aquilo que costuma publicar sobre transporte aéreo, está a enganar as pessoas. Devia ter vergonha, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não há nada que impeça uma companhia *low cost* de viajar para os Açores. As companhias *low cost* não viajam para os Açores porque não querem! É preciso que se saiba isto, que as açorianas e os açorianos saibam que as companhias *low cost* não voam para os Açores porque não querem, porque não há mercado. Estamos esclarecidos, Sr. Deputado?

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O senhor tem andado a enganar toda a gente acerca disto.

Se tiver coragem desminta isto que agora estou a dizer.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Tem razão, Sr. Deputado!

Deputado António Toste (PS): Mas é preciso que tenha coragem!

O Orador: Agora deixe-me dizer-lhe uma coisa:

Também gostava de saber o que é que o PSD, ou a bancada do PSD, pretende fazer com a tarifa de residente e se a tarifa de residente, independentemente dela ser muito elevada, é ou não importante para todos os açorianos?

Deputado Berto Messias (PS): Boa pergunta!

O Orador: É ou não é, Sr. Deputado?

Certamente que é, porque se V. Exa. não tiver uma tarifa de residente perde um conjunto de direitos muito importantes.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Perde, sim senhor!

O Orador: Está a ver como concorda comigo?

(Risos da Câmara)

Só não estava era à espera que isto caminhasse desta maneira. Está a ver, Sr. Deputado? Para a próxima vez aguarde um bocadinho e depois faça os seus apartes.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu irei continuar numa segunda intervenção, depois de ouvir o Deputado Jorge Macedo.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Fez um esforço e conseguiu!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E consegui. Nem sempre o senhor consegue isso. Pelo contrário, o senhor consegue é outro tipo de coisas bem desagradáveis!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Dê-me um exemplo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos ouvir o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria referir-me ao Sr. Secretário Regional da Economia, que momentaneamente não está na sala...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aproveite para me responder e entretanto o Sr. Secretário entra na sala!

(Risos da Câmara)

... mas a todo o momento certamente o Sr. Secretário Regional da Economia poderá assistir ao nosso debate.

A questão deste Projecto de Resolução tem a ver com o facto de esta casa entender ou não ser importante o mercado da saudade, o mercado do continente americano.

Deputado Francisco César (PS): Isso é de uma demagogia!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não é isso que está em discussão!

Deputado João Costa (PSD): É verdade, é! É isso que está em causa!

O Orador: Se bem se lembram há menos de um ano o Governo, através da ATA, fez uma campanha promocional em Boston. Foi uma campanha tipo “toque e foge”, uma campanha que nem deu para perceber se tinha tido muito ou pouco resultado.

A única coisa que se verificou foi um aumento das consultas do *site* visitadores.com.

Mas fez-se e gastou-se dinheiro.

Se por um lado queremos investir no mercado da saudade como um mercado importante para o turismo dos Açores, por outro lado, dizemos que esse mercado da saudade pode chegar, sem problemas, a São Miguel e algumas vezes à Terceira, mas quando se trata de ir para qualquer uma das outras ilhas tem que pagar mais 105 euros para cada lado, ou seja, mais 210 euros, se por acaso trazer a totalidade da bagagem que estava habilitado e possibilitado no voo intercontinental.

É isso que se trata, é isso que é importante discutir e é isso que é importante que o Partido Socialista diga se quer ou não incentivar o mercado da saudade.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas não pode dizer que “quer, mas...”. Tem que dizer que quer e fazer tudo para que seja possível captar os nossos emigrantes e todos aqueles que não são emigrantes, mas que possam ter interesse em visitar ilhas no meio do Atlântico. Certamente também será um *claim* apetecível.

O Sr. Secretário Regional da Economia (já presente na sala) fez referência há pouco aos registos, mas há cerca de um ano atrás radiografei os seus registos do seguinte modo:

Quando o Sr. Secretário Regional, e perdoe-me a expressão, está entalado, puxa pela voz; quando está muito entalado fala pianinho, provavelmente agora a estratégia de campanha eleitoral também passará por falar sempre pianinho...

Deputada Catarina Furtado (PS): Isso tem tudo a ver com o tema!

Deputado João Costa (PSD): Com qualquer tema!

O Orador: ... para passar pelos pingos da chuva.

E direi campanha eleitoral, Sra. Deputada Catarina Furtado, porque foi o seu colega de bancada que falou de campanha eleitoral.

Deputado João Costa (PSD): Exactamente!

Deputada Catarina Furtado (PS): Isso é que são transportes aéreos!

O Orador: Quando se trata de fazer campanha eleitoral não se têm discussões sérias, como estamos a ter, pelo menos os partidos apoiantes deste Projecto de Resolução.

Deputado Francisco César (PS): Quais discussões sérias?

O Orador: Quando se fala de campanha eleitoral essas conversas não são feitas deste modo, são feitas de uma maneira, por vezes, mais acalorada e, por vezes, mais irrealistas.

Sr. Secretário, referiu há bocadinho que os emigrantes já têm um desconto, não pagam 400 euros mas, sim, pagam, 210; já não pagam 420 mas, sim, pagam, 210, considerando as duas pernas, naturalmente.

As contas não podem ser feitas assim, Sr. Secretário, porque antes os emigrantes pagavam 48 euros e agora passam a pagar 210.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: As contas não são de sumir, as contas são de somar.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é isso que os senhores querem a todo o custo não entender. Não conseguem esconder, porque está perfeitamente denunciado nesta casa, mas querem a todo o custo silenciar.

Deputado Francisco César (PS): Silenciar?

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, agora é que é!

Esse é o discurso convencido, diria mesmo afoito, do Sr. Secretário Regional da Economia.

O Sr. Deputado Francisco César diz: Bom... era melhor... nós gostaríamos de ter passagens mais baratas, mas...

É o discurso da fatalidade!

Eu diria que o seu discurso da fatalidade, face ao currículo dos insucessos coleccionados nos últimos 3 anos pelo Sr. Secretário Regional da Economia, é aquilo que, face ao agora é que é do Sr. Secretário, os açorianos sentem em casa.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É o discurso da fatalidade, porque já não acreditam que seja possível, em 10 meses, mudar o que quer que seja, quando se coleccionaram um, dois, três, quatro, cinco, seis insucessos (penso que há aqui mais umas outras páginas), sete e oito insucessos. Quer que eu diga quais são? Vou dizer!

Deputada Catarina Furtado (PS): Outra vez? Não vá por aí!

O Orador: Mas faço questão, Sra. Deputada.

Deputada Catarina Furtado (PS): O senhor já disse!

O Orador: O Atlântida era para chegar no dia 13 de Maio e “foi ao fundo” na Quinta-feira Santa.

Os *ferries* do triângulo já deviam estar a ser construídos, mas o concurso foi anulado, porque o caderno de encargos foi tão bem feito que o Governo Regional ficou a falar sozinho com um único estaleiro.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Os estaleiros de Peniche iam fazer grandes investimentos nos estaleiros navais da Madalena do Pico. Onde é que eles estão?

Deputado Berto Messias (PS): Isso é guerrilha ao candidato do Partido Socialista!

O Orador: Os Srs. Deputados do Pico, que vão e entram com frequência no porto da Madalena, podem testemunhar o grande investimento dos Estaleiros de Peniche nos estaleiros da Madalena.

Até na exploração da Água das Lombadas foi necessário o Governo cancelar o concurso.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Não discute as propostas para fazer guerrilha ao candidato do Pico!

O Orador: O casino é aquilo que, todos nós que habitamos em São Miguel, bem conhecemos.

Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Deputado, não estamos no tema!

O Orador: Relativamente às passagens aéreas já foi dito quase tudo aqui, mas não deixaria de responder às perguntas do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou à espera!

O Orador: A promoção turística, agora é que é!

Há 5 dias veio na revista Publicidade e Meios, a seguinte notícia:

“O Governo dos Açores vai fazer uma campanha promocional em 36 táxis Londrinos.”

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas isso não é a minha resposta!

Deputada Catarina Furtado (PS): Mas afinal o que estamos a discutir? É que já me perdi!

O Orador: 36 táxis Londrinos com o *claim* “*feel alive*”.

Deputada Catarina Furtado (PS): É turismo ou é transportes aéreos?

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Em que ponto da agenda o senhor está?

O Orador: Agora, imaginemos que em Londres existem 22 mil táxis. O Governo dos Açores vai fazer uma campanha promocional do turismo dos Açores em 36 táxis Londrinos e mais 16 em Manchester.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Não sei se isso é táxi que leva bagagem!

O Orador: A pergunta que faço: acreditam que vão vir *charters*? É porque se acreditam contratem o Futre para tratar dessa parte.

Acreditam isso?! 36 táxis num universo de 22 mil. Isso é deitar dinheiro ao lixo. O Sr. Secretário ainda não percebeu que isso é deitar dinheiro ao lixo? Ou isso é para satisfazer o “umbigo” de alguém?

Deputada Isabel Rodrigues (*PS*): O senhor é que está a satisfazer o seu agora!

O Orador: Ou isso é para satisfazer o prémio de alguma agência?

Deputado Berto Messias (*PS*): O que é que o senhor quer dizer com isso? Concretize!

O Orador: Srs. Secretários, Srs. Deputados, estamos a deitar dinheiro ao lixo!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo...

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

Presidente: Não é para terminar. É para voltar ao assunto.

O Orador: Volto já ao assunto, Sr. Presidente...

Presidente: Obrigado.

O Orador: ... registando também que alguns colegas nossos puderam falar de campanha eleitoral e de outros temas que não o tema central, mas respeito a sua orientação e voltarei ao tema.

Deputada Isabel Rodrigues (*PS*): O senhor já está há 10 minutos fora do tema!

O Orador: Sr. Secretário Regional da Economia, queremos ou não trazer os nossos emigrantes e a comunidade da saudade?

Era bom que quiséssemos e depressa, porque hoje foi conhecida mais uma notícia de mais um fecho temporário de um hotel em São Miguel.

Era bom que trouxéssemos o nosso mercado da saudade, e depressa, para poder obviar que mais hotéis continuem a ser encerrados.

Deputado Francisco César (*PS*): Não venha com os hotéis!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, apenas uma referência quanto às *low cost*. As *low cost* não vêm para os Açores. Sabe porquê?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga, Sr. Deputado!

O Orador: É porque existe uma coisa que se chama *code-share*. Sabe o que é? Sabe o que é que faz o *code-share*? Eu vou explicar-lhe, mas o Sr. Deputado já devia ter estudado isso um bocadinho.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor já se espalhou, mas está bem!

O Orador: *Code-share*, num mercado como o nosso, configura uma posição dominante. Sabe o que é uma posição dominante?

Sabe o que é que acontece quando existe uma posição dominante?

O que é que acontece à concorrência? Enxotam a concorrência!

Deputado Aníbal Pires (PCP): De facto, o senhor sobre isso não percebe nada!

O Orador: É isso que faz o *code-share* nos Açores. É por isso que outras companhias, em mercados pequenos como o nosso, não vêm voar para os Açores, embora podendo.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah não vêm por causa do *code-share*!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Isabel Rodrigues (PS): E ainda batem palmas!

Presidente: Informo as Sras. e os Srs. Deputados que o PSD terminou o seu tempo.

Vamos prosseguir o nosso debate. Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(Diálogo entre os Deputados Clélio Meneses e Berto Messias)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima faça favor.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, eu estou só a dar uma atençãozinha ao cronómetro...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Artur Lima faça favor.

O Orador: Sr. Presidente, Sr. Deputado Berto Messias, Sr. Deputado Clélio Meneses...

Presidente: Não entrem em diálogo Srs. Deputados.

O Orador: O cronómetro está parado, espero eu.

Presidente: Não, não está.

O Orador: Não? Não está?

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, Sr. Deputado Clélio Meneses, eu posso fazer a minha intervenção?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Com certeza!

Deputado Berto Messias (PS): Tenho gosto em ouvi-lo.

O Orador: Muito obrigado, Srs. Deputados.

Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu também aprecio o registo sereno quando V. Exa. o quer ter. Portanto, vamos num registo sereno, aqui, escamotear os nossos argumentos e centrarmo-nos efectivamente nesta resolução.

Sr. Secretário, o senhor falou aqui de discriminações.

O desafio que lhe quero fazer, Sr. Secretário, é que já que detectou esta discriminação entre os passageiros inter-ilhas e os passageiros que estão em voos, em trânsito, dos Estados Unidos ou do Canadá para outra ilha (são diferentes, é completamente diferente e não comparável, chama-se passageiros em trânsito), então vamos às discriminações, se me permite.

Se me permite, Sr. Secretário, faço aqui um elogio a V. Exa. e à SATA Internacional pela medida que tomou ao não aderir ao sistema que a TAP impôs, de duas peças ou de 23 quilos, a partir de Outubro. A SATA Internacional mantém o que mantinha para os voos para o Continente. Muito bem, Sr. Secretário. Isto quer dizer que afinal de contas é possível dar instruções à SATA contrariando mesmo as directivas do transporte aéreo internacional. A TAP adoptou para os Açores. A nossa companhia, e muito bem, não adoptou os 23 quilos e os 50 euros a mais se levassem mais um volume. Muito bem! Felicito a SATA por isso, Sr. Secretário.

Agora, onde é que está a discriminação?

A discriminação está, Sr. Secretário, numa ilha como o Pico (do Sr. Deputado e estimado amigo), que só é servida pela TAP. Então esses picoenses não são discriminados em relação aos outros, Sr. Deputado? Não há uma discriminação aqui?

Então os que são servidos maioritariamente pelos voos TAP não são discriminados em relação aos outros, Sr. Secretário, do Faial, da Terceira? São ou não são? Isto é uma discriminação.

O senhor falou de discriminações e eu estou a apelar-lhe para que corrija todas as discriminações, Sr. Secretário.

Queixamo-nos de haver portugueses de primeira, que são os continentais e de muitas vezes nos tratarem mal e sermos portugueses de segunda.

Pois o que eu lamento, Sr. Secretário, é que haja açorianos de primeira e açorianos de segunda.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Isso é o que lamento profundamente.

Sr. Secretário, vou dar-lhe mais um exemplo de discriminação. Já que o senhor quer, então tem a obrigação ética e moral de acabar com as discriminações todas.

Já lhe dei esta. É uma discriminação. Vou dar-lhe outra, Sr. Secretário.

Eu quero que o senhor me diga, qual é o preço da tarifa de um habitante de São Jorge para ir a Londres e qual é o preço da tarifa de um habitante de São Miguel para ir a Londres, destino da nossa companhia. Eu quero que os senhores me digam se estão em igualdade de circunstâncias ou se também não há aqui uma discriminação.

Deputado João Costa (PSD): Nem a campanha de residentes na semana passada!

O Orador: Srs. Deputados e Sr. Secretário, mais uma discriminação que os açorianos têm.

Mas vou dar mais uma, numa rota de serviço público.

Numa rota de serviço público os açorianos são discriminados no Ponta Delgada/Funchal. Têm de dormir forçosamente uma noite em Ponta Delgada. É a mesma igualdade de tratamento que o Governo e a SATA dão a todos os açorianos? É falso!

Deputado Francisco César (PS): O que é que o senhor quer?

O Orador: Não dão a mesma igualdade de tratamento a todos os açorianos, mesmo numa rota de serviço público.

De discriminações parece-me que o Sr. Secretário já vai ter muito que nos explicar.

Sr. Secretário, gosto muito de dizer, e digo em todo o lado, que eu sou filho de merceeiro e aprendi desde muito pequenino a fazer contas.

Quem se enganou na conta foi o senhor, porque é 105 para cá e 105 para lá. Dá 210 euros, Sr. Secretário. O senhor é que se enganou na conta.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não me enganei!

O Orador: O que o senhor vem aqui dizer é engraçadíssimo. É que a conta é de somar, Sr. Secretário, não é de sumir.

Há pouco mais de um ano, o preço de excesso de bagagem na SATA era de 1 euro e 60 cêntimos. Os senhores aumentaram para 7 euros. Agora vêm dizer que fazem o desconto para 3 euros e meio, sendo o dobro do que era há um ano, ou seja, os senhores aumentaram para o dobro, Sr. Secretário. Não há descontos. Há aumento de 100%, Sr. Secretário. Isto é que é fazer contas. Isto é que é matemática, Sr. Secretário.

Deputados Paulo Rosa e Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Os senhores aumentarem mais de 100%, Sr. Secretário.

Depois, dizer-lhe o seguinte:

Ainda bem que nas ligações transatlânticas a SATA Internacional trata bem dos nossos emigrantes. Dá-lhes 50 quilos de bagagem. Ainda bem!

O problema é a SATA Air Açores que penaliza os nossos emigrantes e aí nós não podemos aceitar.

Sr. Secretário, os 50 quilos são na volta e o senhor sabe porquê? Porque falamos aqui na promoção e na compra de produtos regionais. Os nossos emigrantes, Sr. Secretário, gostam de levar queijo de São Jorge...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... meloa de Santa Maria, meloa da Graciosa, queijo do Pico...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... manteiga dos Açores. Gostam de levar na sua bagagem carne dos Açores, Sr. Secretário. Por isso mesmo deviam ter esse direito.

Também quem vai visitar os seus parentes aos Estados Unidos gosta de levar umas coisinhas da nossa terra (e eu já disse, Sr. Secretário) e gosta de trazer umas coisinhas para os “pecanos” quando vêm para cá.

Deputado Francisco César (PS): Por isso os senhores se chamam Partido Popular. Mais do que isto seria impossível!

O Orador: Também gostam de trazer umas prendas para a família, Sr. Secretário.

O que os senhores estão aqui a fazer é absolutamente inacreditável, Sr. Secretário.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): É verdade!

O Orador: Não me diga que não pode, quando os senhores fazem descontos, e só apresento este: “visite dois destinos pelo preço de um” (SATA Internacional). Onde os senhores querem fazer.

Vou dizer-lhe mais, Sr. Secretário:

Relativamente à bagagem dos nossos estudantes quando vão para o Continente e bem, a SATA Internacional aumentou-lhes a tarifa de bagagem em mais 10 quilos. Nas regras da companhia está escrito assim: “No regresso às aulas, durante os meses de Setembro e Outubro, uma franquia adicional de 10 quilos de bagagem aos seus passageiros estudantes que viajam dentro do território português”.

Depois, diz o seguinte:

“Esta oferta é extensível aos voos da SATA Air Açores incluídos na tarifa”.

Sr. Secretário, faça uma regrazinha e diga: a oferta dos 50 quilos é extensível aos voos da SATA Air Açores. O senhor sabe que é bem possível, Sr. Secretário.

O que não é possível, Sr. Secretário, é a SATA querer armar-se em *low cost* (aí, sim) e nas viagens entre o Funchal e Lisboa ter tido um prejuízo de milhões de euros que nós, açorianos, vamos pagar para a SATA andar a servir os madeirenses...

Deputados Luís Silveira (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... os ingleses e mais quem quer que seja. Isto é que é inadmissível, Sr. Secretário.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS/PP e de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP e PPM)

Presidente: Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(Aparte inaudível da Câmara)

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, com muita pena minha, o senhor não está sozinho nessa bancada. Permita-me que me dirija a outras pessoas antes de me dirigir a si.

Se o PSD já não tem mais tempo, neste sentido, vou ter atenção às palavras que vou usar.

Lamento dizer que o comportamento do Sr. Deputado neste plenário foi uma vergonha.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Fui mal-educado?

O Orador: O Sr. Deputado teve um comportamento vergonhoso nessa bancada.

Eu tive atenção a isto porque assim permite ao Sr. Deputado defender a sua honra. Utilizei os termos exactamente tendo isso em conta, para o senhor defender a honra da sua bancada, mas vou justificar e justifico antecipadamente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Então quero a justificação para ver se depois respondo!

O Orador: Estamos aqui a discutir um assunto de extrema importância em que estamos a justificar a razão pela qual achamos que o actual sistema de tarifas de bagagem deve ser mantido.

O comportamento do PSD nesta sala foi vergonhoso.

O senhor praticamente não falou da proposta.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Lembra-se do 1º pedido de esclarecimento do Sr. Secretário?

O Orador: O senhor só fala dos incidentezinhos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sabe por que é que o senhor só fala dos incidentezinhos?

O senhor só fala do pequeno fenómeno, do pequeno pormenor. Sabe porquê? Porque o senhor quer disfarçar a falta de ideias do PSD sobre esta matéria.

Quais são as ideias do PSD sobre esta matéria?

Eu posso recordar quais são as ideias do PSD sobre esta matéria.

- É preciso baixar tarifas, diz a (Deputada, não!) Presidente de Câmara Berta Cabral. Temos que ter mais diálogo.

- Mas como? – pergunta a jornalista.

Deputado João Costa (PSD): Sra. Deputada Catariana, é melhor chamar a atenção do Deputado Francisco César que não é este o tema!

Braceje, grite com ele...

O Orador: A Presidente de Câmara responde:

- Temos que baixar!

- Mas como?

- Com mais diálogo!

- Mas como?

- Com mais prioridade!

- Mas como?

- Bom, temos que pensar e mexer em tarifa, temos que pensar em mexer em obrigações do serviço público!

As obrigações de serviço público não têm nada a ver com isto, com o Orçamento da Região. É esta a falta de proposta que o vosso partido tem.

O vosso partido, nesta bancada, a única postura que tem é uma postura de guerrilha. Infelizmente é este o exemplo que o PSD nos dá.

Quando os açorianos quiserem decidir e quiserem saber quais são as propostas que estão em cima da mesa terão da parte do Partido Socialista e do Governo a noção do que é que propomos e do que é que pretendemos para o futuro.

Dos senhores, apenas palavras vagas, apenas, e infelizmente, palavras vãs.

Relativamente à questão que nos traz aqui directamente e já noutra tom.

Devemos analisar isto de uma forma o mais séria possível. Aliás, nem gosto de utilizar o termo “o mais séria”, mas o mais racional possível.

Existe uma tendência na aviação a nível internacional para distinguir aquilo que são os voos de longa distância, os voos continentais, intercontinentais e os voos regionais.

Aquilo que sempre foi praticado em todo o mundo foi uma distinção entre aquilo que é o voo regional, que por ter aeronaves mais pequenas é penalizado em termos daquilo que se pode transportar em termos de bagagem, e os voos intercontinentais, com aeronaves maiores, com necessidades diferentes dos seus passageiros, e aquilo que foi sempre definido foi no sentido de que nestes casos era permitido transportar mais bagagem.

Com o aumento da competitividade e com a conjuntura as companhias praticamente todas abandonaram este modelo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não queremos saber dos outros! Queremos saber das nossas!

O Orador: Sr. Deputado, saber do que se passa no mundo faz-nos perceber melhor a nossa realidade.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor sabe tão bem como eu que não estamos isolados no mundo.

Temos aeronaves que não são feitas nos Açores, que têm o mesmo tipo de especificidades, obviamente, que nos outros sítios. Portanto temos que nos relacionar, porque os custos são semelhantes, tendo em conta apenas aquilo que são as nossas distâncias, as nossas especificidades mais directas.

Aquilo que aconteceu e que a maior parte das companhias fizeram foi no sentido de criar um peso máximo base, na ordem dos 23 quilos. Se formos ver, uma a uma, é isso que acontece, 23 quilos de peso máximo.

Depois, aquilo que disseram, até por acordos que foram feitos, era que mesmo com excesso de peso...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fale do Continente!

O Orador: Sr. Deputado, eu gostava de lhe explicar. Se o Sr. Deputado não quer ouvir está no seu direito, mas pelo menos deixe-me explicar aos restantes deputados que estão na câmara.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que aconteceu foi que deixaram de permitir que o excesso de peso ultrapassasse os 32 quilos. Ou seja, a pessoa chega com 40 quilos a um aeroporto e a companhia diz, pura e simplesmente, “mesmo pagando mais, eu não transporto esta bagagem”. Foi isso que aconteceu na maior parte das companhias aéreas no mundo.

Deputado João Costa (PSD): E na outra parte?

O Orador: Para além disso, o que começou a acontecer, não só em companhias *low cost*, foi que passou a ser permitido bagagem até 32 quilos, mas pagava-se a bagagem. O primeiro volume, em algumas companhias, passou a ser pago.

Deputado João Costa (PSD): Olhe que não!

O Orador: Tínhamos uma hipótese nos Açores de harmonização. Esta harmonização, como foi feito no resto do mundo, era baixar para todos. A consequência da harmonização não é passar tudo para 50, porque como o senhor bem sabe, aquilo que se faz tem a ver com as especificidades do mais

pequeno, das viagens mais pequenas, não das maiores, porque estamos a falar de aeronaves diferentes.

Portanto, a consequência de uma harmonização seria termos um limite máximo de 23 quilos.

O que é que o Governo Regional e a SATA optaram?

Em primeiro lugar, optaram por actualizar os seus preços, porque havia uma necessidade de actualização dos preços, uma vez que esses já não eram actualizados há muito tempo.

Deputado João Costa (PSD): Estou baralhado com a sua explicação!

Não sei o que é que as companhias aéreas têm a ver com isso!

O Orador: O Sr. Deputado sabe tão bem disso, como eu.

Foi actualizado o excesso de peso para todos os passageiros numa base inferior. Aconteceu no resto do mundo.

Se o senhor for ver, aquilo que aconteceu na maior parte dos países do mundo é que a taxa mínima por quilo, quando o critério é por quilo, está na ordem dos 12, dos 15 e às vezes até mais. Se formos à América muitas vezes até passa dos 50 ou dos 100 euros.

Outro critério que existe é que basta exceder, paga-se uma franquia máxima que pode oscilar entre os 50 e os 300 euros. Foi assim que aconteceu.

Optámos na Região por uma questão muito simples: tendo em conta as especificidades dos voos inter-continentais permitimos a bagagem a 50 quilos. Mas tendo também em conta as restrições que existem obviamente ao nível das carreiras regulares internas, tivemos que ter um peso mais baixo.

Deputado João Costa (PSD): Quais restrições?

O Orador: Posso terminar? O Sr. Deputado vai perceber.

Isto criava uma situação obviamente de grave prejuízo para...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Acha que não é discriminação?

O Orador: Sr. Deputado, eu gostava de conseguir explicar-lhe. Depois, se o Sr. Deputado não concordar comigo corrija ou tente corrigir pelo menos.

Se por acaso os emigrantes ficassem prejudicados, aquilo que a tutela decidiu foi ter uma tarifa mais baixa, metade, um desconto de 50% para que, na medida

daquilo que nos é possível realizar... Não nos podemos esquecer que em todo o mundo, tudo está a subir: as taxas moderadoras estão a subir, na economia os preços estão todos a subir, e os senhores estão a dizer: baixe-se!

Não é, baixe-se!

Não estamos a discutir se o desconto é 50 ou se é 40. O que os senhores estão a discutir é para zero. É isso que está aqui em causa.

Deputado José San-Bento (PS): Um diálogo!

O Orador: É permitir passar para 50.

Aquilo que assumimos, tendo em conta as limitações que temos, obviamente nesta conjuntura, é proporcionar um desconto na ordem dos 50%.

Deputado João Costa (PSD): Não! Um aumento na ordem dos 200%!

O Orador: É este o papel de um governo. É providenciar, dentro daquilo que nos é possível, discriminações positivas. É isso que temos feito e é isso que temos que continuar a fazer.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo pede a palavra para?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Para um protesto.

Presidente: Porque... É capaz de justificar?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pelo facto de ter sido afirmado pelo Sr. Deputado Francisco César que não nos centrámos no Projecto de Resolução.

Presidente: Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD mostrou neste debate que quem até agora não foi capaz de resolver os problemas do transporte aéreo para os Açores, que não conseguiu melhorar, antes pelo contrário, os números do turismo, não é agora que vai conseguir. Julga o PSD que isso ficou cabalmente demonstrado.

Dirigindo-me ao Sr. Secretário Regional da Economia, ...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Qual é o protesto?

Deputado Berto Messias (PS): Onde é que está o protesto? É que ainda não percebemos!

Presidente: Srs. Deputados, vamos perceber, talvez ouvindo.

O Orador: ... eu diria que a nossa colaboração foi tanta que nem até com a ajuda de toda a oposição o Sr. Secretário e bancada do Partido Socialista quer alterar o actual estado de coisas.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): O senhor está a protestar porque...?

Isso não é um protesto!

O Orador: Ou seja, vamos deixar tudo como está, pese embora o PSD e todos os partidos da oposição tenham colaborado e até ajudado o Governo a poder alterar esse estado de coisas.

Os senhores não quiseram entender. Mantêm-se na sua, pois paciência!

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é um protesto!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, para um contra-protesto. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar deixe-me dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado:

A única ideia que o senhor conseguiu discutir nesta Assembleia sobre transportes aéreos não é sua. É do Deputado Artur Lima. É preciso que se diga isso.

A única ideia que o senhor conseguiu discutir até hoje nesta Assembleia não é sua, é do CDS.

Deputada Zuraída Soares (BE): É um protesto?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Um contra-protesto!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O primeiro relatório de matéria de relevante interesse foi feito por uma pessoa deste grupo parlamentar.

O segundo foi feito pelo Sr. Deputado Duarte Moreira!

Presidente: Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Macedo...

O Orador: Srs. Deputados, foi a única discussão.

Eu lamento que o Sr. Deputado, mais uma vez, esteja mais preocupado em fazer campanha eleitoral contra o governo, em arranjar pequenos pormenores para tentar prejudicar o governo, para atingir a imagem do Secretário da Economia, que é também candidato do Partido Socialista às próximas eleições. Tem sido este o objectivo do PSD.

Por que é que os senhores não discutem ideias?

Por que é que os senhores não tentam falar da substância desta ideia?

Eu, na minha última intervenção, tive a explicar o contexto pelo qual somos obrigados a agir desta maneira.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ia ser mauzinho agora! Ia dizer ninguém percebeu!

O Orador: Deixe-me dizer outra coisa, Sr. Deputado.

Não somos obrigados a concordar. Por todos estarem contra a opinião do PS, não quer dizer que os senhores tenham razão ou que nós tenhamos razão. Temos as nossas opiniões, temos as nossas ideias.

Deixe-me que lhe diga uma coisa, Sr. Deputado:

Já aconteceu nesta sala o PSD ficar, por diversas vezes, isolado em termos de votação.

Deputado João Costa (PSD): Ficaram ciumentos?

O Orador: Alguma vez o senhor veio dizer que estava enganado?

Alguma vez o senhor veio dizer que estava errado?

Sr. Deputado, a postura do Partido Socialista será sempre discutir ideias, mas tendo em conta o grau de disparates que a vossa bancada tem feito, não nos escusaremos uma única vez de vos chamar a atenção.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve centrando-me exclusivamente no assunto que aqui estamos a debater.

Sr. Secretário da Economia, é claro que vou fazer uma apreciação crítica em relação à sua análise, não no sentido de o prejudicar. É uma discordância democrática em relação às suas opções.

Eu quero perceber qual é a sua opção política, porque é importante que o Sr. Secretário me clarifique isto.

Vou dizer-lhe qual é a minha e depois o Sr. Secretário da Economia fará o favor de clarificar a sua.

A perspectiva do PPM é esta:

Consideramos que existe uma porta de entrada. Essa porta de entrada é, na esmagadora maioria das vezes, a Ilha de São Miguel e pontualmente a Ilha Terceira.

Isso significa, na nossa perspectiva, que tendo que ser assim, a Região tem que ter um cuidado em termos de política de coesão territorial.

Isto significa que não sendo a porta de entrada, obviamente, pelas Flores ou pelo Corvo (não pode ser, não é lógico que seja, não se justifica que se construam infraestruturas para que essa porta de entrada seja nesta ilhas, é óbvio e racional que seja essa opção) a nossa perspectiva, do ponto de vista político, é que sendo aquela a porta de entrada, isto não deve provocar que o preço final que é pago pela viagem, por efeito do pagamento das tais tarifas do excesso de peso acima dos 50 quilos (estes 210 euros que estamos a falar) seja pago. Isto é que é uma política de coesão, é oferecer iguais oportunidades.

O que consideramos é que no Corvo, nas Flores, na Graciosa não se deve pagar este acréscimo, que é um acréscimo efectivo de mais 210 euros às viagens. É tão simples como isto.

Achei que o Sr. Secretário da Economia, há pouco na sua intervenção, achou que esta perspectiva era demagógica.

Eu não estou a fazer demagogia. É o que defendemos. Nós defendemos a coesão territorial, porque defendemos...

Deputado José San-Bento (PS): Nós, quem? O senhor!

O Orador: ... direitos iguais para todas as ilhas. Temos a geografia que temos. Temos 600 km de distância entre as ilhas. Sabemos isso, mas na nossa estrutura

política assumimos que temos que ultrapassar estas dificuldades e que temos que ter políticas de coesão.

Sr. Secretário da Economia, o senhor é candidato a Presidente do Governo Regional nas próximas eleições.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não é candidato a presidente!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já está a dizer asneiras! Não há candidatos a presidente do Governo!

O Orador: É! Politicamente é! Agora não podemos discutir essa questão, mas politicamente é candidato a Presidente do Governo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não é!

O Orador: É evidente que é.

Eu considero que é fundamental que isto fique clarificado.

Eu considero que é uma discriminação e não considero que seja demagógico chamar a atenção que todos, nos Açores, devem pagar o mesmo. Não deve existir esta penalização. Isto não é demagogia. É, pura e simplesmente, defender aqueles Açores que foram conquistados com a nossa Autonomia em 1976.

A Autonomia constitui isto: direitos iguais nas ilhas.

Temos que construir isto.

Se fosse uma empresa privada, se não existissem instrumentos para podermos criar esta igualdade, estávamos aqui perante uma dificuldade muito grande.

Mas fizemos uma opção em relação ao transporte aéreo que é ter uma participação maioritária nesta empresa.

Isto significa que temos a tutela, que podemos decidir. Temos um instrumento para decidir.

Temos um instrumento para apagar as desigualdades. Esta perspectiva não é demagógica. Esta é a perspectiva de uns Açores com direitos iguais para todos os açorianos e para os todos povos dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão que estamos a apreciar dizer que aquilo que é fundamental é garantir que o destino Açores só tenha um custo para o passageiro. É isso que deve ser atendido pelo Governo Regional e é isso que nos leva a subscrever ou a apoiar, melhor dizendo, a proposta do CDS/PP, como já referi há pouco.

Eu fiz duas perguntas ao Deputado Jorge Macedo. Não as vou referir pela ordem que as fiz.

O que pensa V. Exa. sobre a questão da tarifa de residente?

V. Exa. respondeu, nada! Não disse nada, absolutamente nada, para que fique registado.

Pressuponho que a bancada do Partido Social Democrata, a líder do Partido Social Democrata, sobre transporte aéreo tenha a dizer nada!

Deputado Luís Garcia (PSD): Pressupõe mal! Pressupõe muito mal!

O Orador: Segunda questão que coloquei ao Deputado Jorge Macedo:

Por que é que as *low cost* não voam para os Açores?

Deputado Rui Ramos (PSD): Já foi explicado!

O Orador: V. Exa. referiu que se devia ao facto de haver um *code-share*, um acordo, entre a TAP e a SATA.

Sr. Deputado Jorge Macedo, não se importa de olhar para mim?

É que gosto de dizer as coisas olhos nos olhos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas fale devagarinho! Meigamente!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de continuar.

O Orador: Pressuponho que se deve ao facto de haver *code-share* entre a TAP e a SATA, as *low cost* podem vir. O impedimento, segundo V. Exa., é o facto de haver um acordo entre a TAP e a SATA, mas não há nada que impeça as *low cost* de voar para os Açores.

Mas vou explicar-lhe ainda uma outra coisa a V. Exa, que é um grande especialista em transportes aéreos, marítimos e terrestres e...

Deputado Francisco César (PS): E afins!

O Orador: E afins.

Vou explicar-lhe o seguinte:

De facto, as companhias *low cost* só não voam para os Açores porque não querem, ...

Deputado João Costa (PSD): Afinal quem é o especialista?

O Orador: ...porque não há nada que as impeça legalmente.

Mas não é por causa do *code-share* que elas não voam para os Açores. É por razões, com certeza, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Razões climatéricas!

O Orador: ... de mercado e por uma outra razão, Sr. Deputado.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar.

V. Exa. sendo um especialista na área,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Afinal o senhor é que é o especialista!

O Orador: ... devia saber que o grande problema é que as companhias *low cost* podem voar para os Açores, mas têm de cumprir o mínimo de serviço público. Esse é que é o grande problema.

Podem voar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Obviamente!

O Orador: Está a ver, Sr. Deputado? Não tem nada a ver. O Sr. Deputado estava a falar de coisas que não sabe e o Sr. Deputado deve uma desculpa aos açorianos e às açorianas porque tem andado a enganá-los com os seus ditos e escritos sobre o tarifário aéreo, a questão das tarifas *low cost* e da abertura do destino Açores às companhias *low cost*.

V. Exa. deve um pedido de desculpa a todos os açorianos porque tem andado a enganá-los sobre este assunto.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já.

Presidente: Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Eu termino porque ficou perfeitamente claro:

1º - que o PSD sobre isto... nada!

Deputado João Costa (PSD): Já o senhor é tudo!

O Orador: 2º- V. Exa. tem andado a enganar toda a gente com os seus ditos e escritos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vamos às discriminações!

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, em relação à questão que coloca e sobretudo com a globalidade que coloca em relação a esta matéria, obviamente que as entidades públicas, nomeadamente a Região, deve mobilizar todos os recursos que são necessários para a concretização dessa política de coesão e dessa coesão regional.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Fale mais alto, Sr. Secretário! Não o consigo ouvir!

Deputado João Costa (PSD): É o que eu digo: hoje no PS ouve-se melhor os apartes do que as intervenções!

O Orador: Desse ponto de vista estamos perfeitamente esclarecidos.

Agora não pode nem deve fazê-lo de maneira a comprometer a sustentabilidade dos instrumentos que tem ao seu dispor. Eu estou a falar com a globalidade que V. Exa. colocou na sua questão. Não estou a falar deste caso em concreto, porque então aí é que estamos a comprometer aqueles que são os próprios instrumentos que temos ao nosso dispor para concretizar essa política de coesão.

O único limite, ou o único critério, deve ser, no fundo, a sustentabilidade da própria política de coesão naquilo que ela tem de instrumentos mais práticos para a sua operacionalização. Julgo que esse aspecto é fundamental.

Quando em falava em relação à questão da demagogia não me estava a referir... O que eu acho é que a coisa mais fácil é chegar aqui a este plenário e dizer (também não foi a forma como algumas das intervenções a colocaram, mas outras colocaram efectivamente): bom, nós estamos a discriminar, vamos apoiar.

Eu tentei explicar às Sras. e aos Srs. Deputados as razões que o Governo considera atendíveis e a ter em conta neste processo.

Em relação ainda à proposta de resolução, que é aquilo que estamos a discutir, aquilo que o Governo retira dela, do ponto de vista de sinalização de aspectos por parte desta câmara, por parte nomeadamente do proponente, que urgem ser melhorados, já o referi e volto a referir.

A solução propugnada pelo CDS/PP não merece a concordância do Governo, porque entendemos que essa solução não deve ser implementada ou não pode ser implementada.

Consideramos que a proposta do CDS/PP tem um mérito. O mérito da proposta do CDS/PP é, no fundo, dar visibilidade a este assunto.

Sobretudo o que entendemos que é possível fazer é resolver aquela que também é uma das grandes queixas dos nossos emigrantes e que é exactamente, em determinada altura do seu percurso, se verem confrontados com taxas e com a necessidade de pagar pelo excesso de bagagem.

Estes aspectos podem, devem e vão ser claramente melhorados, quer da parte da SATA Internacional, quer da parte da Azores Express, quer da SATA Express. Este aspecto pode e vai ser feito.

Em relação à equiparação das franquias de bagagem no inter-ilhas com as ligações internacionais, com as ligações externas, entendemos que isso não é concretizável nos termos em que é proposto pelo CDS/PP. Escuso-me de repetir aqui todos os argumentos que aduzi.

São essas as posições do Governo.

Eu podia adoptar perfeitamente outro tipo de postura neste debate.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Mas não o faço. São estas as razões que o Governo considera que são atendíveis e que levam a essa tomada de decisão.

É com esta frontalidade e com este respeito pela câmara que os senhores podem contar da minha parte.

Sr. Deputado, o senhor lembrou daquela tribuna o Winnipeg, mas não é só o Winnipeg.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há mais!

O Orador: É o Winnipeg, é Toronto, é Montreal, é Fall River, é Boston. Há! Eu tenho consciência disso tudo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas não mexe!

Deputado João Costa (PSD): Até às eleições vai mudar!

O Orador: Mas isto que estou a dizer aqui às Sras. e aos Srs. Deputados foi o que eu disse a todos os emigrantes que me abordaram.

Acho que a política também se faz assim. Também se faz com esta propositura, mas também se faz assim.

São estas as razões que o Governo considera relevantes.

Não entendemos ter condições neste momento para estender aquilo que é a franquia de 50 quilos nas ligações inter-ilhas.

Entendemos que deve ser melhorada a informação e vai ser. Esse assunto vai ser tratado já.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): É agora! Já foi relatado na Comissão de Economia!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Pese embora em campos diametralmente opostos e discordando, reconheço-lhe a sua forma frontal e honesta de fazer política.

Estamos discordantes, mas lamentamos, ou melhor, os açorianos lamentam esta discordância.

Relativamente à capacidade dos aviões, é engraçado que os senhores hoje arranjam uma desculpa porque já não podem dar a que deram há dois anos.

Relativamente a esse problema da carga o Sr. Doutor António Gomes de Meneses, Presidente do Conselho de Administração da SATA, dizia em 2009, exactamente sobre este problema e enquanto o preço era a 1.6 euros (em 2009

era 1 euro e 60 e os emigrantes já se queixavam, imagino o que é que eles não dizem agora):

“Não podia. As dificuldades da SATA Air Açores, em termos de espaço bagageiro, advenientes da pequena dimensão dos aparelhos...” os ATP. Portanto, não tinha espaço nos ATP.

A SATA adquiriu em 2010, como o Sr. Presidente aqui diz, os Bombardier e os Bombardier iam solucionar esta problemática. Era um grande contributo para solucionar esta problemática.

Sr. Secretário, os Bombardier já aí estão.

Fui talvez o único nesta casa a discordar da compra daqueles aviões. Mais ninguém discordou. Eu discordei e ainda discordo.

Sr. Secretário, estão cá os Bombardier, os DASH-Q400, com muita mais capacidade de bagagem e os senhores não resolveram esse problema.

Agora, os senhores arranjam outra desculpa. É a vossa desculpa, é a vossa política.

Sr. Secretário, o xeque-mate está aqui, em todo este debate. Este é que é o xeque-mate.

Os senhores estiveram em xeque durante este debate. Agora estão em xeque-mate. É que além de ter que pagar o excesso de bagagem, um emigrante que queira fazer a viagem Boston-Ponta Delgada, ou Ponta Delgada/Boston, paga 594 euros, isto a meados de Janeiro de 2012.

Um emigrante ou um açoriano que queira fazer um São Jorge-Ponta Delgada e vice-versa, paga 687 euros, paga quase mais 100 euros de tarifa por ir para São Jorge. É isto a tarifa da SATA.

Um picoense, se quiser ir a Boston, paga 691 euros. Um residente em São Miguel (tarifa da SATA)...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): É a tarifa ou é a passagem?

O Orador: É passagem, ida e volta, Sr. Secretário. Sabe o que é que eu estou a dizer.

... paga 594 euros.

Um residente em São Jorge paga mais 90.

Um residente no Pico paga mais 100.

Obviamente que pode haver aqui uma variação, conforme o dia e a tarifa que se consegue para aquele dia, mas para este dia de Janeiro (meados) e vir uma semana depois, é esta tarifa.

Portanto, além dos 220 euros do excesso de bagagem ainda paga mais 100 de passagem do que um açoriano residente em São Miguel. Isto é uma discriminação absoluta e inaceitável.

Isto os senhores têm que explicar: como é que a nossa SATA não serve bem os açorianos.

Sr. Secretário, mais uma discriminação. Os senhores fizeram uma promoção a partir do Porto-Lisboa-Funchal para os Açores desde 88 euros e meio.

Mas a SATA (denunciámos isso, o Deputado Luís Silveira fez uma conferência de imprensa) a pedido de esclarecimentos de vários órgãos de comunicação social, inclusive da radio Graciosa, que fez também um esclarecimento à SATA diz: estas tarifas (viagens) só estão disponíveis a estes preços para Pico, Faial, Terceira e São Miguel.

E a política de coesão Srs. Deputados?

Deputado João Costa (PSD): Coesão só no papel!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É agora com Winnipeg!

O Orador: E as ilhas da coesão, Srs. Deputados e Sr. Secretário Regional? Onde é que está a coesão?

O que ressalva deste debate é a imensa discriminação que a SATA faz dos açorianos, tratando uns como de primeira, outros como de segunda e outros como de terceira.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Isso é absolutamente inaceitável e reprovável para um partido como o Partido Socialista que sabe que quer fazer bem.

Sr. Deputado Francisco César, lembro-me perfeitamente da sua argumentação aqui ao nível da excelente capacidade de carga dos DASH-Q400. Então andam com os porões vazios, Sr. Deputado? Andam com o porão vazio, Sr. Secretário?

Deputado João Costa (PSD): Não lembra é das rotas!

O Orador: Por que é que com uma taxa de ocupação que tem aquele avião, sobretudo durante a época baixa, Sr. Deputado, os emigrantes não podem ocupar aquele porão de graça? Não é de graça, é nas mesmas condições que ocupam na SATA Internacional.

Mais uma contradição sua, da sua bancada e do seu Governo: antes os senhores faziam a ligação Ponta Delgada-Funchal num A 320, um jacto, com maiores porões do que o DASH-Q400. Agora fazem num DASH-Q400.

Sabe o que é que acontece, Sr. Deputado? Gasta 40% menos do que um A 320. Cobram a mesma passagem, o mesmo valor que num A 320. Mais uma vez estão a meter a mão ao bolso dos açorianos. Poupano 40% nos custos operacionais da ligação, estão a levar o mesmo preço num A 320. Isto é discriminação também.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso é que é má gestão!

O Orador: E quem quer ir tem que dormir uma noite em Ponta Delgada.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino os dois minutos que tenho para lhe dizer, Sr. Secretário da Economia, que depois de ouvir a sua resposta...

Presidente: O Governo terminou o seu tempo, entretanto, como devem ter percebido. É uma informação à câmara.

O Orador: Não vou então colocar-lhe nenhuma questão. Vou só dizer que a minha visão dos Açores é diferente da sua.

Eu acredito que as ilhas podem ser todas iguais, acredito que é possível ter os mesmos direitos de cidadania em todas as ilhas. Eu não me rendo a esses

burocratas que nos dizem que não, que é impossível, porque as despesas são grandes.

Há aqui coisas que não podem ser contrariadas. Há políticas que não podem ser contrariadas.

Eu acredito no sonho de 1976, de ilhas iguais com direitos iguais. Acredito nisso e vou continuar a lutar por esse projecto.

Eu não acredito que tenham que existir nos Açores as alemanhas e as franças que mandam nos mais pequenos e que tornam os outros eternamente periféricos. Eu não acredito nessa construção dos Açores.

Eu acredito numa construção dos Açores em que seja possível manter a igualdade de oportunidades para todos os açorianos e essa é a diferença fundamental que sai deste debate em relação a esta temática, Sr. Secretário da Economia.

Eu continuo a acreditar nuns Açores de iguais oportunidades para todos.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio que podemos passar à votação deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, presumo, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje, o CDS trouxe um assunto importantíssimo para a nossa diáspora, para os nossos emigrantes, para os açorianos e para a coesão territorial, social e para a ligação afectiva entre os Açores e a diáspora.

Infelizmente o Partido Socialista rejeitou a proposta do CDS, não apresentando um argumento válido.

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: O primeiro argumento que apresentou foi a discriminação. Agarrou-se à discriminação.

A seguir aponte quatro discriminações. O Partido Socialista não justificou uma discriminação daquelas que apontou.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso diz o senhor!

O Orador: Discriminação no excesso de bagagem relativamente aos passageiros dos destinos TAP exclusivamente ou dos destinos TAP maioritariamente, em contrário àqueles que são servidos pela SATA maioritariamente, o Partido Socialista não justificou;

Discriminação relativamente ao excesso de bagagem dos emigrantes na SATA Air Açores, o Partido Socialista não explicou;

Discriminação a um jorgense ou a um picoense por ter de pagar mais 90 a 100 euros de tarifa do que paga um residente em São Miguel ou na Terceira;

Discriminação quando uma tarifa que é promovida entre os Açores e Londres, é falsa. Há Ponta Delgada/Londres que custa, a partir de Ponta Delgada, 400 e poucos euros; a partir de São Jorge custa 660 euros. Mais uma discriminação que o Partido Socialista faz.

Mais uma discriminação na ligação do serviço público entre os Açores (outra vez!), não é entre os Açores, é entre São Miguel e a Madeira, em que obrigam os açorianos de todas as outras ilhas a gastar mais 60 ou 70 euros e, quando calha também, na volta, a gastar mais 100 ou 120 euros para usarem de um direito igual ao direito que os outros açorianos residentes na ilha maior têm, Sras. e Srs. Deputados.

Discriminação quando se faz uma campanha promocional dizendo-se que é para os Açores, quando para os Açores os Srs. Deputados dos Açores, do Partido Socialista, esquecem as ilhas da coesão.

Deputados Luís Silveira (CDS/PP), Pedro Gomes e João Costa (PSDS):

Muito bem!

O Orador: E depois vêm falar de políticas de coesão.

Quando se faz uma promoção “vá aos Açores por 88 euros e meio”, estão, isso sim, Srs. Deputados, a enganar quem nos visita e estão a enganar os açorianos.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS/PP, do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Essa é a verdade e é de uma gravidade extraordinária.

Portanto, não é “visite os Açores”! É visite São Miguel, visite a Terceira, visite o Pico e o Faial e esquecem-se das outras 5 ilhas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Eu não percebo como é que o Partido Socialista e o Governo caucionam esta política discriminatória, absolutamente discriminatória da SATA Internacional e da SATA Air Açores.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ficou hoje mais uma vez provado que com este PS e com este Governo não é possível dar um pequeno passo que seja para melhorar a acessibilidade aos Açores.

Deputados Cláudio Almeida e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ficou provado hoje nesta casa e neste debate que com este PS e com este Governo não é possível, são mesmo incapazes, de perceber que o transporte aéreo é o maior garrote à mobilidade dos açorianos e ao turismo dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Hoje, ficou provado neste debate e nesta casa que enquanto tivermos este Governo e este PS vamos continuar a ter mais do mesmo.

Muito obrigado.

Deputados Cláudio Almeida e João Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Francisco César para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ainda esta semana a Região Autónoma dos Açores foi galardoada com um primeiro lugar, pela revista “Budget Travel”, pelo facto de ela ser uma das regiões ou a primeira região em todo o mundo que vence pela sua qualidade e pelo seu preço.

Uma das menções que é feita nesta revista tem a ver com a vantagem de ter uma SATA.

Temos uma vantagem de ter uma SATA.

Deputado João Costa (PSD): Nem a si!

O Orador: Temos uma vantagem em ter uma nossa companhia.

Sabemos que muitas das vezes não é possível agradar a todos os açorianos, por muito que nos esforcemos, porque pura e simplesmente não há possibilidade de termos uma sustentabilidade para conseguirmos atingir todos, porque não há recursos para conseguirmos tratar todos por igual.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não há possibilidade de tratar todos por igual? Homessa! Claro que há!

O Orador: Mas este Governo e esta bancada têm feito um esforço. Têm tudo realizado, têm tido nesta Assembleia capacidade de propositura para tentar melhorar as acessibilidades dos açorianos inter-ilhas. Têm tido esta propositura ao contrário dos outros partidos da oposição que a única coisa que sabem é denegrir a imagem do Governo numa óptica de campanha eleitoral.

Não nos esquecemos das ilhas de coesão.

Deputado João Costa (PSD): Não! Diga lá uma medida que transparece para as ilhas da coesão!

O Orador: Não nos esquecemos da baixa de tarifas que realizamos inter-ilhas, com aumentos das indemnizações compensatórias no sentido de beneficiar as ilhas de coesão. Como também não nos esquecemos de todo um outro conjunto de políticas que realizamos no sentido de tentar diminuir as assimetrias que nos caracterizam.

Tem sido esta a nossa vontade.

Sabemos que esta é uma situação difícil que os emigrantes muitas vezes são obrigados a pagar.

Não nos podemos esquecer de uma coisa: hoje, um passageiro que vem de Boston paga metade por excesso de bagagem do que paga um residente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O dobro!

O Orador: Paga metade do excesso de bagagem que paga um residente. Esta é uma discriminação positiva que este Governo accionou.

Poderia ser mais. Gostaríamos que fosse mais, mas para termos uma Região sustentável, para termos uma companhia sustentável é esta a capacidade que temos de ter.

Foi esta a opção do Governo e é esta a opção que o Partido Socialista toma no sentido de rejeitar e não apoiar esta proposta.

Tenho dito.

Deputados Berto Messias e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados creio que agora estamos em condições de proceder a um merecido intervalo.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 45 minutos.

Até já.

Eram 18 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 53 minutos.

Vamos passar para o ponto 5 da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/2011 – “regime jurídico do licenciamento, instalação e operação de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas, tapetes e equipamentos similares”.**

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar para apresentar o diploma. Tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O diploma que agora vamos apreciar visa estabelecer a nível dos Açores um conjunto de normas que visam essencialmente garantir a segurança dos equipamentos electromecânicos de transporte de pessoas.

Esta é uma matéria que durante muitos anos teve pouca expressão na Região, mas que ao longo desta última década, graças ao crescimento, em altura, de edifícios e também devido às regras legais de acessibilidade a edifícios, obrigam a que a maior parte dos edifícios públicos e muitos outros edifícios tenham que ter equipamentos electromecânicos para permitir que pessoas com mobilidade reduzida possam chegar a todos os pontos dos prédios. Por isso há um número crescente de elevadores e de outros tipos de equipamentos desta natureza que têm vindo a ser instalados na Região.

Acontece que o único enquadramento legal até agora era o que resultava de uma portaria e de um despacho feitos na década de 80 e depois de um conjunto de legislação nacional que tem vindo a ser feita e que não tem grande lógica, mesmo a nível nacional. No caso dos Açores ainda menos tem, já que não tem em conta quer a realidade das próprias ilhas, quer as questões que têm a ver com a própria estrutura da Administração Regional Autónoma.

Um outro aspecto também muito importante nesta matéria é que com a legislação que actualmente está em vigor as empresas e as entidades que fazem o acompanhamento dos elevadores não precisam de ter pessoal na região, o que leva a uma situação um pouco caricata de alguém que fique num elevador encravado ter de falar com alguém que pode estar a uns milhares de quilómetros de distância. Isso obviamente não é compatível com os padrões de serviço e de segurança que queremos que estes equipamentos tenham na Região.

Daí que o diploma que agora está aqui presente estabeleça um regime jurídico aplicável a toda esta classe de equipamentos e quando falo em classe de equipamentos obviamente estou a falar essencialmente de ascensores, mas há outro tipo de equipamentos, desde as passadeiras rolantes às escadas rolantes, enfim, vários outros tipos de equipamentos de transporte de pessoas que têm particulares necessidades de segurança e que merecem um enquadramento adequado, de forma a garantir a segurança dos seus utilizadores e também de forma a garantir a viabilidade económica, a transparência do mercado das entidades que os instalam, das entidades que fazem a sua manutenção e das entidades que fazem a inspecção para que garantam a segurança desses equipamentos.

O objectivo do diploma é este, garantir a segurança de pessoas e bens e garantir a coerência e transparência no mercado regional destes equipamentos.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Benilde Oliveira tem a palavra.

(*) **Deputada Benilde Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Nas últimas décadas a opção por edifícios de habitação multifamiliar e a construção de edifícios de grande porte afectos a utilizações comerciais e de prestação de serviços provocou um assinalável crescimento dos meios mecânicos de elevação.

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional pretende estabelecer as disposições aplicáveis ao registo, manutenção e inspecção de extintores, monta-

cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes de pessoas, bem como as condições de acesso às actividades de manutenção e inspecção daqueles dispositivos.

Assim, as entidades inspectoras devem dispor na Região Autónoma dos Açores de pessoal técnico e administrativo e possuir os meios necessários para cumprir de maneira adequada todas as acções ligadas ao exercício da sua actividade.

Tal objecto não prejudica a competência dos municípios para licenciamento e fiscalização daqueles dispositivos a obediência ao disposto na alínea a), do nº 2 do artigo 17º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, que estabelece o quadro de transferências, de atribuições e competências para as autarquias locais.

A presente iniciativa legislativa visa, no fundo, proceder à consolidação do conjunto normativo presentemente em vigor adequando-o à estrutura e à realidade da Administração Regional Autónoma dos Açores.

Através desta iniciativa pretende-se igualmente melhorar o nível de segurança das instalações de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes bem como facilitar a fiscalização do cumprimento das respectivas normas.

Por outro lado, existem vantagens evidentes a integrar no Sistema de Certificação Energética implementando, através do Decreto Legislativo Regional nº 16/2009/A, de 13 de Outubro, as matérias referentes a ascensores e equipamentos similares instalados em edifícios, uma vez que com a racionalização e o processo de licenciamento e de certificação se dá mais um passo no sentido de unificação num procedimento único de licenciamento de todas as questões referentes à utilização de energia e da garantia de segurança dos equipamentos electromecânicos dos edifícios.

Com esta iniciativa fixa-se um conjunto de condições que dará mais segurança às nossas populações em todo o arquipélago, umas apontadas no Anexo I, que obriga a que as empresas que instalam ou fazem manutenção dos ascensores terão que ter quadros de pessoal na Região Autónoma dos Açores.

Como também se pode verificar no artigo 16º, na actividade de manutenção, só podem exercer a actividade de manutenção as entidades inscritas em registo

próprio no Sistema de Certificação Energética e com um serviço permanente instalado na Região Autónoma dos Açores.

Os serviços permanentes instalados na Região Autónoma dos Açores incluem obrigatoriamente, pelo menos, um perito qualificado residente e a disponibilidade local de técnicos necessários para proceder à manutenção corrente dos dispositivos que têm a seu cargo e a capacidade para disponibilizar, na ilha onde se encontra, os dispositivos de serviços de desencravamento.

Face ao exposto os Deputados do Grupo Parlamentar do PS vão votar favoravelmente a proposta de Decreto Legislativo Regional em análise.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa legislativa presente a esta Assembleia e que visa propor o regime jurídico de licenciamento, instalação e operação de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas, tapetes e equipamentos similares, visa, segundo o Sr. Secretário, na apresentação deste diploma, congregar numa legislação única matérias que precisavam de ter outro tipo de enquadramento, nomeadamente fazer uma adaptação daquilo que é a própria legislação nacional e comunitária.

Do nosso ponto de vista, baseado nessas questões (temos que nos basear sempre em pareceres técnicos de quem está habilitado a estudar os diplomas, não só na sua componente política, para tomar decisões políticas) temos de ter pareceres técnicos em relação a esses mesmos diplomas.

Convenhamos que o parecer da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores não é muito favorável em relação ao mesmo. Começa logo por dizer, numa análise geral ao diploma, que “a proposta de Decreto Legislativo Regional não tem em consideração as especificidades do nosso mercado como sejam, a título exemplificativo, a sua reduzida dimensão e dispersão pelas nove ilhas”.

Diz também que “esta proposta legislativa, por omissa, dificulta o aparecimento de entidades de manutenção de ascensores regionais, visto que no acesso à

actividade coloca em igualdade de circunstâncias empresas de pequena dimensão e empresas de grande dimensão multinacionais”.

É certo que a própria Câmara de Comércio exemplifica um dos aspectos que restringe. Se o Sr. Secretário Regional tomar em atenção o que a Câmara de Comércio diz é a título exemplificativo, porque não se cinge só à matéria da questão do seguro de responsabilidade civil.

Claro, depois, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (e nós concordamos com esta alteração, penso que não há problema nenhum em concordar com uma alteração a este nível) faz alguma diferenciação entre os contratos de manutenção para 50 ascensores e para cima dos 50 ascensores.

Esta é uma prova de que a lei não protege empresas de pequena dimensão ou o surgimento de pequena dimensão a nível regional.

Depois, numa análise mais específica ou especial, se quiser assim chamar, há aqui uma crítica.

Diz: “integrar as matérias referentes a ascensores, equipamentos similares, no Sistema de Certificação Energética, será desastrosa”. Diz mais: “A triste realidade de se ter misturado nos Açores as instalações de gás e o Sistema de Certificação Energética, agora ainda se pretende aumentar a confusão, juntando coisas tão diversas como os aspectos térmicos dos edifícios, a quantidade do ar interior, os seus sistemas de climatização, as instalações de gás e agora ascensores e equipamentos similares”, pode deixar alguma dúvida em relação à gestão de todo este processo.

Aliás, o próprio diploma está sub-dividido em quatro capítulos e respectivos anexos, nos quais, perante as disposições gerais, fala na questão do licenciamento e instalação, na questão da manutenção, inspeção e fiscalização e na parte sancionatória.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Até aqui não tem empresas, Sr. Secretário!

O Orador: São essas preocupações que nos levam a ter algumas reticências em relação ao mesmo, não discordando, digamos assim, da boa vontade de legislar estas matérias, depois a sua execução poderá não vir ao encontro de algumas necessidades.

Permita-me, Sr. Presidente, já que fiz referência a uma alteração proposta pelo Partido Socialista, também fazer referência a uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Comunista Português e que do nosso ponto de vista também é uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma, Sr. Deputado.

Aquilo que o Sr. Deputado, no fundo, pretende é, na realização das inspecções, reduzir os prazos das mesmas a serem efectuadas. Pois eu quero dizer-lhe uma coisa: nas matérias das inspecções o que é mais importante, quando estamos a falar nesse tipo de equipamentos, é a questão da manutenção.

Na questão da parte das inspecções até parece-nos muito razoável ter aqui prazos de 3, 7 e 8 anos, depende do tipo de equipamentos e de edifícios que estamos aqui a falar.

Se o Sr. Deputado Aníbal Pires viu o diploma, e penso que deve ter visto, sabe que para fazer essas inspecções implica duas situações:

Uma delas é que a própria entidade que gere a manutenção tem que notificar o proprietário para este pedir a inspecção à entidade inspectora e isso implica o pagamento de uma taxa, como bem sabe, que irá ser depois regulada por portaria.

Aquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires pretende é mais um encargo para uma empresa, mais uma taxa para cima das empresas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Com isso não concordamos, até porque é muito clara essa legislação em relação à questão da manutenção e ao rigor com que a mesma tem que ser feita. Vai implicar um contrato com estas empresas. Como disse, e muito bem, não será à distância, será no local e serão contratos com questões muito bem definidas, questões de rigor a nível desta mesma manutenção destes equipamentos. Portanto, esta proposta do Partido Comunista Português não faz sentido.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP considera esta iniciativa que o Governo nos trouxe importante e vai dar o seu apoio.

Da análise que fez ao documento julguei, e mantenho, que era importante, naquilo que estamos a analisar, considerar os aspectos relativos à segurança. Daí termos feito a proposta de alteração que o Sr. Deputado Pedro Medina acabou de dizer que era nada e coisa nenhuma...

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Isso não tem nada a ver com segurança!

O Orador: ... e que eu vou escusar-me de comentar.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Não foi o que eu disse!

O Orador: É um contributo que a Representação Parlamentar do PCP está a dar. Se for aceite, é aceite; se não for, não é.

A Representação Parlamentar do PCP vai dar o seu voto favorável ao diploma que estamos a avaliar, independentemente da crítica que o CDS/PP fez através do Deputado Pedro Medina e que se baseia num contraditório parecer da Câmara de Comércio.

Portanto, não tenho mais nada a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar alguns esclarecimentos na sequência da intervenção do Sr. Deputado Pedro Medina e para lhe dizer que para este diploma, na sua génese, foram ouvidas diversas entidades na área, obviamente, da especialidade, até porque versa matéria sobre a qual as nossas competências não são muitas.

Portanto, o diploma recolheu um conjunto de pareceres, um conjunto de opiniões de natureza técnica que levaram à sua elaboração.

Contudo, e já num segundo parecer, já que houve uma fase inicial e depois houve um parecer que foi emitido aqui para a câmara, nessa segunda volta de pareceres, apareceram algumas contribuições que ainda assim pareceram, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e ao Governo, como razoáveis.

Aquela que nos pareceu mais razoável tem exactamente a ver com a questão de criar espaço para que a nível regional surjam empresas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Empregos, desenvolvimento das empresas!

O Orador: Essa é uma área para a qual estamos absolutamente sensíveis no sentido de adequar o diploma de forma a proteger o aparecimento de empresas.

Obviamente não podemos criar barreiras à livre circulação de pessoas e de bens, não podemos discriminar entre empresas nacionais e multinacionais. Portanto, a discriminação tem que ser feita em função da dimensão. Isso é perfeitamente legítimo e foi isso que aconteceu nesta proposta que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em que o seguro passa de um milhão para 750 mil, já que o seguro é uma despesa razoável às empresas.

Também esclarece-se uma outra questão que era muito importante e tem a ver com o facto de criar condições de igualdade entre as empresas que já estão certificadas do ponto de vista do Sistema Português de Qualidade e aquelas que não estão (as que não estão essencialmente são as regionais, porque são mais pequenas) na obrigatoriedade de ter, a nível dos Açores, o seu pessoal.

O diploma foi substantivamente melhorado com as alterações que foram feitas ao Anexo I, exactamente seguindo o caminho que era apontado pela Câmara de Comércio.

Depois a Câmara de Comércio tece um conjunto de considerações que eu gostaria de pôr claro perante esta câmara. Tem a ver com a questão do Sistema de Certificação Energética.

O Sistema de Certificação Energética visa essencialmente criar, para o consumidor, para o dono da casa, para o empresário, uma resposta única, porque não se está a misturar obviamente elevadores com gás, com electricidade ou com o que quer que seja. O que há, sim, é um balcão único, um formulário único, em que especialistas das diversas áreas dão o seu imputo, para que o empresário não tenha que pedir “n” licenças (o empresário, o dono casa ou quem quer que seja) e tenha apenas um documento único que lhe certifica todos os aspectos que têm a ver com as questões energéticas do edifício.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O pagamento é único ou é um para cada um?

O Orador: O pagamento é único, obviamente, no que diz respeito à emissão de certificados. Os contratos que ele tiver com os diversos peritos são questões de foro privado, ou seja, tem a ver com as empresas.

O que acontece é que, em vez de termos um licenciamento para o gás, um licenciamento para a electricidade, um licenciamento para o ar condicionado, um licenciamento para o elevador, ou seja, todos aqueles equipamentos que têm grandes consumos energéticos, têm um licenciamento único, um impresso único, que é feito por especialistas únicos, quando os haja e tenham as diversas certificações, ou parcelarmente, por especialistas das diversas áreas quando os especialistas apenas tiverem certificados numa ou várias áreas. Portanto, não há mistura nenhuma a não ser na mesma folha de papel. Ninguém está aqui a misturar nada.

Não me parece razoável essa crítica. É uma crítica que, infelizmente, parece que não resulta de uma análise aprofundada do documento em si, porque cada campo está mantido com as suas especificidades. O que há, sim, é um sistema de certificação único, sistema esse que ainda não inclui a electricidade mas que já devia incluir, porque neste momento quem quer construir uma casa tem que tratar, à parte, tudo o que tem a ver com o licenciamento eléctrico, o que obviamente resulta em mais trabalho, mais complicação, mais confusão e mais despesas.

Estamos aqui a poupar despesas às pessoas e às empresas e facilitando os processos, dando celeridade aos processos, criando um portal único para o licenciamento.

Faz parte das intenções do Governo incluir nesse mesmo documento a parte eléctrica que é a única que neste momento está fora, para que quem queira construir uma casa só tenha um único documento e não precise de múltiplos documentos para obter o seu licenciamento.

São essas as razões que levaram a esta opção, razões que me parecem extremamente válidas e importantes do ponto de vista do utente e não tanto do

ponto de vista do prestador de serviços, porque é menos uma taxa e menos um contrato que faz.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Rego tem a palavra.

Deputado José Rego (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Poderia dizer que o PSD faz suas as palavras iniciais do Sr. Secretário Regional e da Sra. Deputada Benilde.

Podia acrescentar que concordamos com tudo o que sejam processos que possam agilizar quer o licenciamento, neste caso, quer também a certificação e a manutenção.

Evidentemente que estamos a falar de equipamentos que requerem grande segurança, preocupações de segurança que têm que ser acrescidas.

Felizmente nos Açores não têm existido incidentes ou acidentes com este tipo de equipamentos, pelo menos que seja do conhecimento público, como tal acreditamos que tudo o que seja possível facilitar a vida às empresas, facilitar a vida às pessoas, nos processos de licenciamento, certificação e manutenção, sem nunca prescindir daquilo que é fundamental, que é a segurança dos equipamentos, se traduzirá naturalmente na segurança dos seus utilizadores.

Há também vantagens evidentes (o Sr. Secretário acabou de referir isso há pouco) que têm a ver com o facto de o licenciamento poder ser feito também com o âmbito daquilo que é a unificação de processo único de licenciamento, incluindo também aquilo que é a parte do sistema de certificação energética.

Por isto que acabei de referir, o PSD, na generalidade, dará o seu voto favorável a este diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Assim sendo passamos à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos entrar na especialidade.

Sr. Deputado José Rego tem a palavra para apresentar o conjunto de propostas.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresentou na Comissão algumas propostas no sentido de melhorar o diploma.

Uma delas relaciona-se com a segurança e é para o artigo 21º.

O Governo, na sua proposta, havia retirado do diploma nacional uma matéria onde, após alguns anos de vida dos elevadores ou dos equipamentos mecânicos, havia uma obrigatoriedade, após duas inspecções periódicas, passarem a ser bienais e não com o período de 4 ou 5 anos conforme o equipamento que estivesse em causa.

Portanto, ao obrigar a que após duas inspecções periódicas elas passem a ser feitas bienalmente, estamos a melhorar a segurança desses equipamentos.

Ao mesmo tempo que estou aqui a falar na proposta para o artigo 21º feita em Comissão, o PCP tem aqui presente uma proposta que essencialmente visa...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mais despesa!

O Orador: ... utilizar os mesmos períodos que estão no diploma nacional.

Acreditamos na bondade que o Governo teve ao alargar alguns dos prazos e até a proposta que fizemos na Comissão também foi no sentido de melhorar essa segurança, porque através de uma inspecção achamos que estamos a melhorar a segurança e não aquilo que o Sr. Deputado Pedro Medina disse.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Não disse isso!

O Orador: Entendemos que a proposta do PCP poderia não fazer sentido, e o Governo também não tinha esta ideia, mas temos que reconhecer que há elevadores, ascensores e alguns equipamentos deste tipo que não têm a utilização que têm em alguns espaços urbanos. Se pensarmos, em determinadas ilhas pequenas levaria a que esses prazos fossem alargados, mas em algumas

idades, como Angra do Heroísmo ou Ponta Delgada, a diferença de utilização em prédios de 7, 8 e 10 andares é semelhante à nacional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sete, oito, dez andares?

O Orador: Em Ponta Delgada há, se não há em Angra... Vá para avenida contar, se em Ponta Delgada não há de 8, 9 ou 10 andares?

A utilização nesses edifícios é semelhante à de Lisboa, à de Setúbal ou a de qualquer lado e acompanharemos a questão relacionada com a proposta do PCP.

Relativamente às propostas que o PS entregou hoje, estas propostas vão ao encontro do que disse a Câmara de Comércio. Há pouco, o Sr. Secretário fez muito bem a análise do parecer da Câmara do Comércio. As duas propostas que fomos rebuscar ao seu parecer são importantes para aqui trazemos hoje.

Uma tinha a ver com a questão de que bastava que uma empresa estivesse certificada pelo Sistema Português de Qualidade, para estar certificada nos Açores ou ser uma entidade.

O objectivo deste diploma é que em cada ilha haja pelo menos um técnico para, se uma pessoa for apanhada num elevador, fazer o desencravamento e não tenha que telefonar para a Schindler ou para outro sítio, para um técnico que está em Lisboa ou no Porto.

Portanto, as empresas responsabilizam-se por ter um quadro técnico nos Açores que é posto em causa pela Câmara do Comércio, que no seu discurso no início diz que não estamos apoiando as empresas regionais e depois vem pôr até em causa o obrigar-mos que na Região passe a haver técnicos especializados nesta matéria.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Não há mais segurança? Há! A segurança parte daí!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, afinal quem é que não leu o diploma? Fui eu ou foi o senhor? Já lá vamos!

O Orador: Portanto, melhora a segurança dos açorianos, melhora a segurança das pessoas que cá vivem e não estão dependentes de empresas do continente.

Foi pertinente o que a Câmara do Comércio apontou, quer neste aspecto, quer até ao distinguir o número de contratos que as empresas possam ter e diferenciar em termos dos seguros. Foi por isso que apresentámos as duas propostas de alteração para os 7.1 e 7.2 relacionadas com a dimensão das empresas. Quem tiver mais contratos, terá que ter um seguro maior e quem tiver abaixo de 50, que é um número relativo, pagará os 750 mil euros de seguro ou terá que ter um seguro naquele valor.

Portanto, fomos ao encontro de algumas respostas da Câmara do Comércio. É muito importante por vezes fazer as audições, que melhoram muitas vezes os próprios diplomas e foi neste sentido que fizemos e apresentámos estas propostas de alteração.

Presidente: Vamos então passar à votação, Sras. e Srs. Deputados.

Coloco à votação o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Conforme resultou da intervenção do Sr. Deputado José do Rego há algumas propostas advindas da Comissão de Economia, três mais concretamente, que são subscritas pelo Grupo Parlamentar do PS. Esse papel foi-vos distribuído.

É o caso da proposta de eliminação do n.º 2, do artigo 2.º, advinda da Comissão, que agora coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Do artigo 3.º ao artigo 20.º da proposta não há qualquer proposta de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocar à votação esses artigos em bloco, 3.º a 20.º, inclusive.

Assim sendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 21.º há uma proposta de alteração para o n.º 3, advinda da Comissão e subscrita pelo PS.

Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Há também uma proposta de alteração para o mesmo artigo 21.º, mas para outras alíneas, designadamente para o n.º 1, do artigo 21.º, do PCP e que não ficou prejudicada.

Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 votos contra do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 21.º da proposta com as alterações que acabam de lhe ser introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Do artigo 22.º ao artigo 34.º não há qualquer proposta de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto, 22.º a 34.º.

Assim vou fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o n.º 2, do artigo 35.º, advinda da Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 35.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Se não houver oposição da Câmara coloco à votação em conjunto os artigos 36.º a 38.º, inclusive.

Assim vou fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo PS para o Anexo I do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para? Faça o favor.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, uma interpelação, para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Atendendo à hora não vale a pena voltarmos por 5 minutos.

Portanto, damos por terminados os nossos trabalhos de hoje.

Regressamos amanhã pelas 10 horas da manhã para concluirmos a nossa Agenda.

Boa noite. Bom jantar e até amanhã.

(Eram 19 horas e 25 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Nélia Maria Pacheco Amaral

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Manuel de Almada Macedo

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste Parreira

Joe Valadão Rego

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

1 – Projecto de Decreto-Lei:

Assunto: Que procede à extinção das caixas de previdência social – MSSS – Reg. DL 251/2011)

Autor: Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros.

Data de Entrada: 2011.12.13

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – DEZEMBRO – 22.

2 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar a substituição temporária por motivo relevante, com efeitos a 14 de Dezembro, por um período de 10 dias, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro

Proveniência: Alzira Maria Serpa Silva

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 14;

Assunto: Ofício a comunicar a incompatibilidade de funções, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA e na alínea j) do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Sandra Isabel Goulart Pereira da Costa

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 14;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência da substituição do mandato da Deputada Alzira Maria Serpa Silva, por um período de 10 dias, e da

indisponibilidade, por incompatibilidade prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, dos candidatos Sandra Isabel Goulart Pereira da Costa e Victor Rui Ramalho Bettencourt Dores, essa vaga será preenchida pela Sra. Deputada Ana Paula Garcia de Lemos, com efeitos a 14 de Dezembro

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 14.

3 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Projecto de Decreto-Lei n.º 188/2011 – “Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento \(CE\) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga a Directiva n.º 67/548/CEE e a Directiva n.º 1999/45/CE e altera o Regulamento \(CE\) n.º 1907/2006”.](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Projecto de Decreto-Lei n.º 190/2011 – “Estabelece um conjunto de medidas a respeitar pelo Estado português na sua relação com as organizações encarregues da inspecção vistoria e certificação de navios, com vista ao cumprimento das convenções internacionais sobre segurança marítima e](#)

[prevenção da poluição marinha, transpondo a Directiva n.º 2009/15/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009”](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Projecto de Decreto-Lei n.º 195/2011 – “Estabelece as prescrições mínimas em matéria de protecção de trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho, transpondo para a Directiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de Dezembro de 2009”](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 13

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 13

Comissão: Economia.

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco